

INDICADORES DA
◆ **QUALIDADE** ◆
NA EDUCAÇÃO

RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

**ANTIRRACISMO
EM MOVIMENTO**

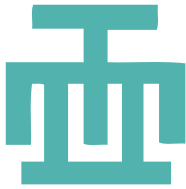


INDICADORES DA
♦ **QUALIDADE** ♦
NA EDUCAÇÃO

RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

**ANTIRRAACISMO
EM MOVIMENTO**





ADINKRA HWE MU
DUA. CONTROLE
DE QUALIDADE.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

(www.indicadoreseducacao.org.br)

- **Indicadores da Qualidade na Educação** – Ensino Fundamental (2004)
- **Indicadores da Qualidade na Educação** Infantil (2008)
- **Indicadores da Qualidade na Educação** – Relações Raciais na Escola (2013)
- **Indicadores da Qualidade** no Ensino Médio (2018)
- **Indicadores da Qualidade na Educação** – Relações Raciais na Educação Infantil (2023)
- **Indicadores da Qualidade na Educação** – Relações Raciais na Escola: Antirracismo em Movimento (2023)

Parceiros da coleção Indicadores: Ação Educativa e Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, além dos parceiros vinculados especificamente a cada uma das publicações.

Realização: Ação Educativa

Coordenação executiva Ação Educativa: Maria Virgínia Freitas (coordenação geral); Edneia Gonçalves e Marcos José da Silva

Coordenação de educação antirracista Ação Educativa: Edneia Gonçalves

Concepção da metodologia Indicadores (2004): Vanda Mendes Ribeiro e Joana Buarque de Gusmão

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: antirracismo em movimento** integram a coleção de materiais **Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**, lançada em 2013, desenvolvida pela Ação Educativa com apoio do edital público de microprojetos em Direitos Humanos da Comissão Europeia no Brasil. O projeto contou com a contrapartida, na época, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, Instituto C&A e Save the Children UK para a realização dos pré-testes e impressão dos materiais.

PROJETO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS

Coordenação: Denise Carreira. **Pesquisadora associada:** Ana Lúcia Silva Souza. **Assessoria:** Tania Portella (2008-2010); Uvanderson Silva (2011-2012) e Jaqueline Santos (2012-2013). **Colaboração:** Suelaine Carneiro; Renato Nascimento e Thais Bernardes.

Escolas que participaram da construção dos materiais da Coleção Educação e Relações Raciais: Escola Municipal Armando Righetti, Escola Municipal Fernando Azevedo, Escola Municipal Antonio Carlos de Andrada Silva e Escola Municipal Capistrano de Abreu, localizadas na cidade de São Paulo. Agradecemos a todas as pessoas que participaram do processo de construção dos materiais.

Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola (2013 – 1ª edição)

Parceiros: Ação Educativa, Unicef, Seppir (Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) e Ministério da Educação

Texto: Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza

Leitoras e leitores críticos: Allan Augusto Moraes Ribeiro; Antônio César Marques Silva (Se essa Rua fosse minha); Azoilda Loretto da Trindade (Universidade Estácio de Sá); Claudia Bandeira (Ação

Educativa); Gevanilda Santos (Soweto Organização Negra); Helena Oliveira Silva (UNICEF); Ilma Fátima de Jesus (Secadi/MEC); Lauro Cornélio da Rocha (Rede Municipal de Ensino de São Paulo); Lídia Vasconcelos (Instituto Formação); Luiz Barcelos (Seppir); Luiz Serrão (Ação Educativa); Macaé Evaristo (Secadi/MEC); Maria Lúcia Silva (AMMA Psique e Negritude); Maria Nazaré Mota de Lima (CEAFRO); Maria de Salette Silva (Unicef); Marilândia Frazão (Fórum de Educação e Diversidade Etnico-racial do Estado de São Paulo); Patrícia Santana (Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte); Paulino Cardoso (UFSC e ABPN); Paulo Neves (Ação Educativa); Petronilha Gonçalves Silva (UFSCar); Rosana Batista Monteiro (UFRRJ); Rute Miriam Albuquerque (Núcleo de Estudos Negros –NEN); Suelaine Carneiro (Geledés – Instituto da Mulher Negra); Valter Roberto Silvério (UFSCar); Vanda Mendes Ribeiro e Vera Lúcia Benedito

Coordenação dos pré-testes com escolas locais: São Luis (MA): Lidia Vasconcelos (Instituto Formação em parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão); **Salvador (BA):** Maria Nazaré Mota de Lima (CEAFRO); **Belo Horizonte (MG):** Patrícia Santana e **São Paulo:** Cláudia Bandeira (Ação Educativa).

Revisão de texto: Alessandra Miranda de Sá

Projeto gráfico e diagramação: Sandra Kaffka

Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Antirracismo em Movimento (2023 – Edição Atualizada)

Parceiros: Ação Educativa, Unicef, Ministério da Educação, Ministério da Igualdade Racial e Projeto Seta

Texto: Denise Carreira (Faculdade de Educação da USP/Ação Educativa) e Ana Lúcia Silva Souza (Universidade Federal da Bahia/Ação Educativa)

Leituras críticas + participantes de Oficina de Trabalho (29 e 30/8/2023): Ana Lúcia Silva Souza; Ana Paula Brandão; Ana Paula Maia; Andre Santos Luigi; Cláudia Bandeira; Cleber Santos Vieira; Clélia Rosa; Clélia Prestes; Denise Carreira; Ednéia Gonçalves; Eduardo Januário; Eliane Barbosa da Conceição; Eliane Chagas da Silva; Fernanda Lopes Rodrigues; Felipe de Souza Tarábola; Heloisa Trenche; Iara Felix Pires Viana; Ione Jovino; Iracema Santos do Nascimento; Jessika Tenório; Jéssica Teixeira; Júlia Ribeiro; Juliana de Paula Costa; Luana Tolentino; Luciana Viegas; Luciana Ribeiro de Oliveira; Luciano Silva; Lia Vainer Schuchman; Maria Nazaré Mota de Lima; Mariana Martha de Cerqueira Silva; Mônica Dias Pinto; Patrícia Santana; Regina Maria da Silva; Rosana Batista Monteiro; Suelaine Carneiro; Sueli Alves dos Santos; Tais Machado; Tania Portella; Tatiana Dias Silva; Wilma Coelho; Zara Figueiredo Tripodi.

Estagiária: Jéssica Teixeira

Assistência técnica: Deborah Monteiro, Jessika Tenório, Vagner Pereira dos Santos e Vanessa Cândida

Pré-testes em escolas: Belo Horizonte (MG): Escola Municipal Francisco Alves; **Imperatriz (MA):** Centro de Ensino Newton Bayonas; **Salvador (BA):** Colégio Estadual Dinah Gonçalves e Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima; **São Paulo (SP):** Escola Estadual Adhemar Prado e Escola Municipal Saturnino Pereira. Agradecemos a todos os profissionais de educação, estudantes e familiares que participaram dos pré-testes.

Revisão de texto: Agnaldo Alves

Atualização do projeto gráfico e diagramação: Aeroestúdio

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

139

Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na Escola – Antirracismo em movimento / Ação Educativa (Organização). – 2. ed. – São Paulo: Ação Educativa, 2023.

Realização: Ação Educativa, MEC, MIR, Unicef, Projeto Seta, Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza.

160 p.; 20,5 X 27,5 cm

ISBN 978-65-6050-005-1

1. Educação. I. Ação Educativa (Organização). II. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático
I. Educação

Dezembro de 2023

Ação Educativa: www.acaoeducativa.org.br

Unicef: www.unicef.org.br

Ministério da Educação: www.mec.gov.br

Ministério da Igualdade Racial: www.gov.br/igualdaderacial/pt-br

Projeto Seta: <https://projetoseta.org.br/>



INDICADORES DA
♦ **QUALIDADE** ♦
NA EDUCAÇÃO

RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

**ANTIRRAÇISMO
EM MOVIMENTO**



ADINKRA ANANSE NTONTAN. UNIVERSO.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



BOAS-VINDAS

É com imenso prazer que apresentamos a edição atualizada dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Antirracismo em Movimento**, metodologia de autoavaliação participativa escolar, comprometida com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei n. 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras em toda a educação (pública e privada).

Em 2023, ano em que celebramos os vinte anos dessa lei, grande conquista da luta histórica do movimento negro, e que realizamos o balanço crítico sobre os avanços, os desafios e os obstáculos para sua plena implementação em escolas e sistemas de ensino, o lançamento da nova edição dos **Indicadores Relações Raciais na Escola** vem se somar a retomada dos esforços nas políticas públicas nacionais comprometidos com a institucionalização da lei e com a promoção da corresponsabilidade efetiva com estratégias e ações voltadas para o enfrentamento do racismo, desafio dramático da democracia brasileira.

Desenvolvida pela Ação Educativa, organização não governamental de direitos humanos e educação popular, a metodologia foi usada em seus dez anos de existência por diversas escolas públicas e privadas e redes de ensino do país. Muitas ideias, aprendizagens e reinvenções decorreram desse uso criativo em diferentes contextos e foram incorporadas na nova edição, que conta com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Igualdade Racial (MIR), do Projeto Seta (Sistema Educacional Transformador Antirracista, desenvolvido por um grupo de entidades negras e antirracistas), além do apoio técnico da Faculdade de Educação da USP e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A metodologia proporciona uma experiência formativa coletiva, e é composta por um conjunto de dimensões e perguntas que contribuem para que a comunidade escolar, reunida em plenárias e grupos de trabalho, faça o diagnóstico sobre quais os desafios para a superação do racismo na escola e para a implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 e apresente ideias e propostas para um Plano de Ação Escolar. Busca contribuir com questões, referenciais e indicadores que permitam provocar conversas e debate público em escolas e comunidades sobre questões geralmente silenciadas nas escolas, e tornar mais preciso o significado, a corresponsabilidade e as implicações da construção de uma educação antirracista no cotidiano das instituições educacionais como processo de médio e longo prazo e eixo estruturante de uma noção de qualidade educacional transformadora.

Comprometida com o fortalecimento da gestão democrática e com uma política de avaliação educacional que possa ir além das chamadas avaliações de larga escala, como estabelecido no artigo 11 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei n. 13.005/2014), os Indicadores Relações Raciais na Escola são compostos por perguntas vinculadas a sete dimensões: relacionamento e atitudes; currículo e prática pedagógica; recursos e materiais didáticos; acompanhamento, permanência e sucesso; a atuação dos profissionais de educação; gestão democrática e participação; para além da escola: a relação com o território. Constituem um instrumento de avaliação institucional bastante flexível que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola, território e rede de ensino.

O racismo ainda é um problema pouco assumido na sociedade brasileira. Muita gente diz: *Aqui na minha escola ele não existe!* Porém, as estatísticas oficiais e diversas situações cotidianas dizem

o contrário: o racismo existe, persiste e se reinventa, está presente entre nós. É necessário nos dispormos a reeducar nossos sentidos para reconhecê-lo, e atuar para superá-lo, bem como outras discriminações presentes na sociedade e nas escolas, sejam elas contra mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiências, nordestinos, migrantes, entre outras.

O racismo afeta profundamente a qualidade das instituições educacionais, prejudicando a trajetória escolar e comprometendo a garantia do direito humano à educação de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos em nosso país. Enfrentá-lo é um desafio para toda a sociedade brasileira, conforme destaca o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2004.

É fundamental reconhecer que muito já vem sendo criado e movimentado por diversas educadoras, educadores, ativistas, coletivos e instituições em diferentes lugares do Brasil. Enfrentando as diversas dificuldades que marcam a educação brasileira, inúmeras experiências e práticas inovadoras desenvolvidas em escolas ganham raízes, constroem redes de troca de aprendizagens e apoio, ensinam novos caminhos, lançando sementes e alimentando a esperança de um Brasil mais justo para todas as pessoas.

Com base nessa capacidade criativa e no efetivo compromisso político com a construção de uma educação antirracista, convidamos todas, todes e todos a se abrirem a descobertas e reflexões sobre como o racismo e outras discriminações estão presentes no cotidiano das escolas e nas políticas educacionais.

Mas não podemos apenas parar no diagnóstico. Ele precisa resultar em um plano de ação – com metas viáveis, realistas – que responda “o que fazer com o que descobrimos” e que permita dar novos passos em direção à melhoria da situação. O diagnóstico realizado na escola também pode contribuir para o monitoramento das políticas educacionais e apontar demandas e gerar recomendações que devem ser apresentadas às secretarias de educação municipais e estaduais e ao MEC – ou seja, nem tudo cabe às escolas: há necessidades e desafios que precisam ser enfrentados pelas políticas públicas, inclusive de outras áreas.

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** podem ser usados de forma articulada com outros **Indicadores de Qualidade na Educação** (Ensino Fundamental, Educação Infantil, Relações Raciais na Educação Infantil e Ensino Médio) e com os demais materiais da coleção **Educação e Relações Raciais**. São eles:

- o Guia Metodológico (anexado a esta publicação);
- o vídeo Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar;
- o vídeo Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul; e
- os dez cartazes Afro-brasilidades em Imagem.

Voltaremos a falar sobre todos esses materiais na seção “Como utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola” e no Guia Metodológico, que consta como parte desta nova edição. Ao final da publicação, você encontrará também outras dicas e fontes de informação e inspiração na seção Para saber mais.

Desejamos um bom trabalho, que junte pessoas, fortaleça compromissos e promova transformações efetivas!

APRESENTAÇÃO

Todos somos humanos, e a resistência aos processos desumanizadores do racismo é, de longe, a maior contribuição dos negros à cultura brasileira.

Luiza Bairros (2011)

É fundamental celebrar as duas décadas de existência da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), para tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. A mudança na política curricular, apontando objetivamente para o enfrentamento às desigualdades, é um marco na luta negra pela igualdade racial na educação brasileira.

A legislação institucionaliza o modelo de ensino que considera e valoriza a participação do povo negro na formação histórica, econômica, política e cultural do país, buscando corrigir as distâncias de aprendizagem entre crianças negras e brancas, promovendo um ambiente de formação antirracista e de educação das relações étnico-raciais. Soma-se a outros marcos históricos, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) também em 2003, a sanção do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e da Lei de Cotas nas universidades (Lei nº 12.711/2012), atualizada este ano (Lei nº 14.723/2023) com aprimoramento das condições de acesso e permanência de pessoas negras, indígenas, pessoas em situação de vulnerabilidade e quilombolas, agora expressamente inseridos na lei.

Vinte anos depois, o Brasil avança com a criação do Ministério da Igualdade Racial e ainda vivemos o desafio da implementação da Lei nº 10.639 nas escolas, que para ser superado exige uma combinação de ferramentas de fortalecimento da lei, até que a promoção da equidade racial seja entendida como critério indispensável à educação de qualidade.

É neste contexto que a nova versão da publicação Indicadores de Qualidade na Educação – Relações raciais na escola vem apoiar estabelecimentos de ensino e a comunidade escolar nesta tarefa. Lançada há quase uma década pela iniciativa da organização de direitos humanos Ação Educativa, em parceria com a então Seppir, o Ministério da Educação (MEC) e o Unicef, a revisão realizada para esta edição contou com a colaboração de pesquisadoras e pesquisadores, docentes e ativistas especialistas no tema, além de um trabalho de pesquisa e escuta com instituições de ensino em diferentes estados do país.

O material atualiza em 20 anos a linguagem do campo e as ferramentas da lei, oferecendo também uma metodologia de avaliação institucional participativa, que envolve alunos(as), educadores(as), gestores(as) e outros integrantes da comunidade na construção de um plano de ações estratégicas que fortaleça a sua implementação e, acima de tudo, a promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

O Ministério da Igualdade Racial, apoiando-se no importante legado deixado pela Seppir e na missão de fomentar modelos de ensino antirracistas e voltados à promoção da igualdade, considera fundamental valorizar e disseminar a publicação revisada. Apoiaremos, também, a difusão

da publicação entre os municípios que aderirem ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), de modo a fortalecer o pacto federativo em ações educacionais de promoção da igualdade racial.

Os avanços na implementação de diretrizes antirracistas em todos os aspectos da educação, que impactam na diminuição das desigualdades raciais educacionais no Brasil, só serão possíveis pela ação articulada entre os órgãos governamentais, instituições de ensino e a sociedade civil. O nosso Ministério continuará atuando ao lado do Ministério da Educação na linha de frente desta missão.

Assim, convidamos os(as) leitores(as) a conhecer e utilizar esta publicação em seus estabelecimentos de ensino e contar conosco na defesa do direito a uma educação antirracista, mais justa e inclusiva para toda a população.

Anielle Franco
Ministra de Estado da Igualdade Racial

APRESENTAÇÃO

Em comemoração aos 20 anos da Lei n. 10.639/2003, o Ministério da Educação (MEC) vem se somar à edição da nova versão dos **Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola**, metodologia desenvolvida pela organização de direitos humanos Ação Educativa. Eles foram publicados em 2013, em parceria com a então Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (Seppir) e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A edição atualizada, que conta agora também com a parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Projeto Seta, se justifica, pois trata-se de um instrumento que permite às escolas avaliarem – por livre adesão – suas práticas e, concomitantemente, conhecerem caminhos possíveis para a construção de uma Educação Antirracista, podendo ser adotada para uso por redes de ensino. A metodologia participativa orientou a elaboração dos indicadores, desenvolvidos por meio de amplo trabalho coletivo realizado com escolas públicas, considerando, ainda, experiências internacionais e nacionais sobre a Educação das Relações Raciais, sobretudo aquelas desenvolvidas por organizações sociais, em destaque para o Movimento Negro.

A coleção **Indicadores da Qualidade na Educação (Indique)** é composta por outros volumes: **Indicadores da Qualidade no Ensino Fundamental**, **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**, **Indicadores Relações Raciais na Educação Infantil** e **Indicadores da Qualidade no Ensino Médio**. Contudo, o objetivo dos **Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** é apostar na participação da comunidade escolar e contribuir com inúmeras possibilidades que estimulem e organizem o envolvimento de diferentes sujeitos escolares em estratégias de promoção da igualdade racial nas instituições educativas.

A publicação busca chamar atenção para o fato de que a relação entre qualidade da educação e racismo no Brasil é muito mais profunda do que se imagina, como apontam diversas pesquisas que demonstram que escolas onde o preconceito e a discriminação são mais evidentes, especialmente essas, apresentam piores médias na Prova Brasil – uma avaliação educacional desenvolvida anualmente pelo governo federal em todas as escolas brasileiras de Ensino Fundamental.

Assim, aprofundar avanços que viabilizem a garantia do direito de aprender a História e Cultura Afro-brasileira e Africana é um desafio a ser enfrentado para propiciar a crianças, adolescentes, jovens e adultos um ambiente escolar que respeite a diversidade, valorize as matrizes africanas e reconheça a importância dessas culturas e populações na formação do nosso país, pois não é possível garantir o direito à educação de qualidade para todos e todas no Brasil sem enfrentar as desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades que marcam a nossa sociedade.

Com a publicação da nova versão dos **Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola**, o MEC reafirma seu compromisso com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) alterada pela Lei n. 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação) e com a construção de uma educação antirracista em todo o país.

Zara Figueiredo Tripodi
Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI)
Ministério da Educação

ADINKRA BESE SAKA. RIQUEZA, PODER, ABUNDÂNCIA, MUITA UNIÃO E UNIDADE.



Os símbolos Adinkras, utilizados nesta publicação, foram criados pelos povos akan, presentes em Gana, Costa do Marfim e no Togo, países da África do Oeste. Os Adinkras constituem um sistema de escrita pictográfica e de ideias comprometidas com a preservação e transmissão de valores fundamentais. Um dos adinkras mais conhecidos é o Sankofa, representando por um pássaro olhando para trás (que consta na capa da publicação). O Sankofa representa o desafio humano de retomar e aprender com o passado esquecido, para transformar o presente e avançar no futuro.



ADINKRA NEA ONNIM NO SUA
A OHU. CONHECIMENTO E
APRENDIZAGEM PERMANENTE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. O racismo e a qualidade na educação 13

COMO UTILIZAR OS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO.

Relações Raciais na Escola 21

DIMENSÃO 1. Atitudes e relacionamentos 37

DIMENSÃO 2. Currículo e proposta político-pedagógica 51

DIMENSÃO 3. Recursos didáticos e paradidáticos 59

DIMENSÃO 4. Acesso, permanência e sucesso na escola 65

DIMENSÃO 5. A atuação das/dos profissionais de educação 73

DIMENSÃO 6. Gestão democrática e participação 81

DIMENSÃO 7. Para além da escola: a relação com o território 87

QUADRO SINTÉTICO DOS INDICADORES 93

PARA SABER MAIS 95

GUIA METODOLÓGICO 105

CARTAZES “AFRO-BRASILIDADES EM IMAGENS” 151

INTRODUÇÃO

O racismo e a qualidade da educação

Vamos refletir e conversar: o que o racismo tem a ver com o direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas? Qual a relação entre o debate sobre como melhorar a qualidade da educação brasileira e as desigualdades raciais na educação e na sociedade? Como o racismo e outras discriminações têm impacto nas condições do atendimento educacional, no acesso, na permanência e no desempenho escolar? O que o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, principal referência atual para medir a qualidade em uma rede de ensino, tem a ver com os efeitos do racismo?

De modo geral, os gestores e gestoras educacionais e muitos educadores se acostumaram à ideia de que uma coisa é pensar em qualidade educacional, ancorada nos sistemas de avaliação de larga escala por meio da aplicação nacional de testes padronizados nas escolas, debatida em muitas reuniões e em grandes eventos, e outra é abordar a agenda de discriminações na escola. Desafios reconhecidos até como um problema “de fato”, uma reivindicação “justa” de “grupos discriminados” diante da experiência histórica de exclusão – algo tão sério que até se tornou “lei” (como a Lei n. 10.639/2003, que alterou a lei máxima da educação brasileira, a LDB), mas que ainda impacta muito pouco as decisões do que é prioritário nas escolas e políticas educacionais.

Com esta publicação, queremos chamar a atenção para o fato de que a relação entre qualidade educacional e racismo no Brasil é muito mais profunda do que se imagina, como apontam diversas pesquisas¹. O aprimoramento de estratégias e políticas que promovam a qualidade educacional e o direito humano à educação no Brasil exige enfrentar esse que é um dos grandes desafios históricos, ainda negado e invisibilizado nos debates sobre a educação brasileira. O salto de qualidade também passa por aí.

Um grande obstáculo ao direito humano à educação

Durante muito tempo, a ideia de raça foi encarada como um conceito biológico, defendido por teorias racistas do século XIX, noção que foi duramente denunciada e superada. Em dias atuais, a raça é assumida por movimentos negros e outros movimentos sociais, e também por pesquisadores/as, como um conceito político que nos permite compreender e denunciar determinadas

O **Ideb** foi criado em 2007 pelo governo federal como um indicador para medir se um sistema educacional ou mesmo uma escola oferece um bom atendimento educacional à população. As notas do Ideb variam de 0 a 10 e combinam indicadores de desempenho e de fluxo escolar (se um sistema de ensino reprova e exclui mais seus estudantes das escolas). Porém, o Ideb é considerado por diversos pesquisadores e pesquisadoras um indicador muito limitado, porque tem como uma das suas principais bases o resultado da avaliação de estudantes por meio da aplicação nacional de testes padronizados sobre língua portuguesa e matemática. Além desses testes serem falhos, sequestrarem muito tempo de profissionais de educação e de estudantes e induzirem as escolas a reduzirem os conteúdos importantes dos currículos para treinarem os alunos para irem “bem nos testes”, a qualidade da educação é algo que vai muito além do desempenho de estudantes nesses testes.

¹ Entre as pesquisas, destacamos Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, coordenada por José Afonso Mazzon e realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). A partir de levantamento nacional, a pesquisa mostra que as escolas que vivenciam mais o preconceito e a discriminação apresentam piores médias na Prova Brasil, avaliação educacional desenvolvida anualmente pelo governo federal em todas as escolas brasileiras de Ensino Fundamental. O relatório da pesquisa Preconceito e Discriminação está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>.

desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas – construídas e vivenciadas historicamente por pessoas negras, indígenas e outros grupos discriminados, em função de características físicas ou de origem regional ou cultural – e atuar pela superação delas.

Tal perspectiva nos permite entender o racismo como fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a direitos, recursos, informações, atenção, afeto e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas de Estado – fenômeno esse que é revelado por diversas estatísticas de institutos de pesquisa e denunciado por movimentos de mulheres e homens negros, entre outros movimentos sociais.

Nas relações cotidianas, o racismo prejudica o reconhecimento social e o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de milhões de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados e, muitas vezes, alimenta o sentimento de superioridade de pessoas brancas. Ele é um obstáculo à democracia e à construção de relações respeitadas e de solidariedade entre as pessoas, ao promover a ideia de uma sociedade hierarquizada, na qual uns “valem mais que outros” e que determinadas histórias, conhecimentos e culturas são melhores do que outras.

Mais do que nas relações pessoais, o racismo está presente, de forma enraizada, nas instituições – é o chamado racismo institucional. Trata-se de um obstáculo muito concreto para o acesso ao direito à educação e a outros direitos humanos. É um obstáculo para que todos participem de maneira igualitária, a partir de suas diferenças, da esfera pública e da construção de uma sociedade efetivamente democrática. O racismo institucional aumenta as barreiras para o acesso a direitos em um sistema educacional caracterizado historicamente por diversos problemas, desafios e desigualdades.

O que queremos destacar é que não é possível garantir o direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas no Brasil sem enfrentar as desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades que marcam a realidade brasileira, como as de renda, gênero, região, campo/cidade, as relativas a deficiências, orientação sexual, identidade de gênero entre outras. Ou seja, ao deixar de enfrentar tais problemáticas de modo adequado, as políticas educacionais cometem omissão perversa e mantêm grandes obstáculos à garantia do direito humano à educação para a população, a sua maioria constituída por pessoas negras (IBGE/2022).

A herança racista na política educacional

É necessário ter consciência de que a história da política educacional no Brasil, e de seus graves problemas de qualidade, é marcada profundamente pelo racismo, entendido de maneira ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento pleno da condição humana àquelas e àqueles considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais.

O racismo deu base para que a elite econômica do começo do século XIX, pós-independência do Brasil, em 1822, justificasse a falta de investimento em uma política universal de educação pública como parte de um projeto de nação². Naquela época, a gigantesca maioria da população do recém-criado país era constituída por mulheres e homens descendentes de diferentes povos africanos, com suas diversas culturas, conhecimentos, línguas e histórias – pessoas que, em decorrência da

2 CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 21 abr. 2013.

experiência da escravização, eram chamadas (de modo homogêneo e pejorativo) de negras³. Muito tempo depois, o termo negro foi ressignificado pelos movimentos negros do Brasil e de outros países, adquirindo um caráter de afirmação positiva da população negra como sujeito político na luta contra o racismo centrado na cor da pele.

No entanto, no recente país independente do século XIX, essa grande população negra era temida por muitos setores das elites econômicas, em decorrência dos inúmeros movimentos de resistência e rebeliões contra o sistema escravagista, que surgiram desde quando os primeiros navios negreiros aportaram em terras brasileiras, no século XVI. Nesses movimentos, a educação ocupou muitas vezes um lugar de destaque. Foram nas fazendas, nos quilombos, nas irmandades religiosas, em clubes, em terreiros de candomblé, em oficinas profissionais e em diversos outros espaços que experiências educativas promovidas por coletivos de pessoas negras se multiplicaram em todo o país⁴, ampliando o acesso à escolarização à margem do Estado e à luta pelo direito à educação, mesmo depois da Abolição da Escravatura, em 1888.

A República foi proclamada em 1889, e o investimento em uma política de educação universal não vingou. Apesar disso, proliferaram experiências de educação não formal promovidas por associações negras, operárias, de mulheres e de trabalhadores do campo. Foi somente a partir da década de 1930, após o forte investimento na imigração europeia como forma de “branquear” a população brasileira, que a proposta de uma política de educação pública avançou, em meio a conflitos entre grupos progressistas e conservadores, expressos na Constituição de 1934. Constituição que, entre diversos avanços em prol do direito à educação, manteve uma contradição em seu artigo 138: o estímulo à chamada educação eugênica, de cunho racista, voltada para compensar as “deficiências naturais” da população negra e indígena, considerada inferior às pessoas brancas pelas teorias racistas da época.

Dessa disputa política, em prol da democratização da educação pública, fizeram parte diversos movimentos e organizações negras, destacando-se entre elas a Frente Negra Brasileira, criada em 1931 na cidade de São Paulo, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), surgido no Rio de Janeiro em 1944. Depois vieram os golpes políticos e uma nova tentativa de construir um projeto republicano de educação ancorado na Constituição de 1961, que também foi sabotado pelo golpe militar de 1964.

A construção de uma política educacional nacional foi assumida pela ditadura militar (1964-1985) como parte de seu projeto desenvolvimentista, baseado em um modelo de expansão do acesso à escolarização com baixo investimento por aluno e forte desvalorização salarial do professorado – profissionais que viram seu poder de compra e voz despencar, assim como outros sujeitos políticos da época, submetidos à profunda repressão que assolou o país. Mesmo nesse contexto, muitas experiências educativas desenvolvidas em escolas, comunidades e movimentos sociais buscaram evidenciar a existência das muitas desigualdades sociais, do racismo, do sexismo e de outras formas de discriminação, bem como propor novas perspectivas para a educação.

3 É importante lembrar que o uso do termo negro no período de escravização, mais do que descrever a cor de pele escura, referia-se à relação de dominação imposta pela elite escravocrata sobre africanos(as) e seus descendentes.

4 SANTOS, Lays Regina Batista Macena Martins dos; BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Estado da arte da produção sobre história da educação: o negro como sujeito na história da educação brasileira. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.04.pdf. Acesso em: 21 abr. 2013.

O processo de democratização e a Constituição Brasileira de 1988 trouxeram novas esperanças, conquistas de movimentos sociais na legislação e avanços em muitas políticas locais e estaduais, que foram em grande parte minimizadas pela onda das reformas neoliberais dos anos 1990 na América Latina. Reformas que pregavam o enxugamento do Estado e defendiam a diminuição dos gastos públicos já insuficientes diante da gigantesca e histórica dívida social e racial brasileira. O acesso à educação cresceu, o país chegou quase à universalização com relação à etapa obrigatória do Ensino Fundamental na década de 1990, mas tudo com base em uma educação de baixa qualidade.

Em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares, promovida por diversos movimentos negros em Brasília, foi um importante marco na denúncia do racismo presente no Estado brasileiro e de como ele atua para comprometer o acesso da população negra a certos direitos, entre eles, o da educação.

Apesar de importantes avanços legais nas últimas décadas, de modo geral, podemos dizer que da negação do outro como ser humano, como detentor de direitos, que caracterizou a história brasileira desde o século XVI e grande parte do século XX, passamos por políticas que reconheceram o direito ao acesso à educação, mas garantido ainda com base em uma educação de baixa qualidade; uma educação para uma sociedade hierarquizada, fortemente desigual; uma educação para uma inserção precária no mundo da aprendizagem.

Avançar rumo a uma educação de qualidade efetivamente para todas as pessoas é superar a herança racista e a histórica tolerância para com as desigualdades raciais e sociais que ainda marcam a sociedade e o Estado brasileiros. É apostar em políticas que efetivamente garantam o direito humano à educação, pensado sempre em profunda articulação com os demais direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece o direito humano à educação em seu artigo 26 e estabelece que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Os direitos humanos são um conjunto de princípios comprometidos com a garantia da dignidade humana. Eles são universais (para todas as pessoas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e um não tem mais importância que o outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e devem ser exigidos frente aos governos por meio da pressão política da sociedade e de ações jurídicas. O Brasil assinou diversos documentos internacionais, com força de lei, que reconhecem a todas as pessoas o direito humano à educação.

Mas que qualidade educacional é essa?

Há um consenso nacional de que é necessário melhorar a educação brasileira, de que é necessário avançar em qualidade. Mas, com os sentidos mais atentos, percebemos que atrás desse consenso há diferentes perspectivas e entendimentos do que é qualidade educacional e de quais são os caminhos para alcançá-la. A discussão a respeito desse assunto é fundamental para entendermos qual a relação entre qualidade educacional, direito humano à educação e relações raciais no país.

Muitos acreditam que qualidade educacional é apenas responder às demandas do mercado de trabalho, e que basta construir mais escolas, aprimorar a gestão educacional, distribuir computadores, acompanhar de perto os professores e professoras ou criar novas avaliações das escolas – com mais testes padronizados – para alcançá-la.

Nosso entendimento é de que qualidade educacional é algo que tem de ser negociado e construído socialmente, ou seja, não se trata de uma coisa pronta e acabada. A qualidade da educação de um país deve estar sintonizada com os anseios da sociedade por justiça, democracia e qualidade de vida para todo mundo, com respeito ao meio ambiente do qual somos parte. Ela está comprometida com a formação de pessoas como sujeitos de direitos e de vida plena, e com a concretização do direito humano à educação no dia a dia. Direito que toda pessoa tem, ao longo da vida, de aprender em diferentes espaços, de se apropriar de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e do progresso científico e de suas aplicações. Direito de ter as próprias formas de expressão e de vida, a própria estética, as próprias histórias, conhecimentos e saberes reconhecidos como detentores de igualdade, dignidade e legitimidade, tanto no que é ensinado dentro da sala de aula como no cotidiano de outros espaços de vida.

Eixos fundamentais

Para alcançar a qualidade educacional, destacamos três eixos fundamentais: garantir as condições materiais, promover a participação social efetiva e enfrentar desigualdades e discriminações. Esses eixos se relacionam às dimensões da qualidade em educação: 1) acesso à escolarização (ampliação da oferta educativa e estímulo à demanda social por direito à educação); 2) insumos (condições concretas da oferta educativa: infraestrutura, valorização das(dos) profissionais de educação, materiais educativos etc.); 3) processos (pedagógicos, participativos, avaliativos e de gestão) e 4) equidade educativa (superação das desigualdades e discriminações, com o reconhecimento de sujeitos, culturas e histórias silenciadas, ampliação do que se entende por conhecimentos universais e condições de permanência e sucesso na escola).

A qualidade exige condições materiais para sua efetivação. As condições materiais são chamadas de insumos, que se relacionam à melhoria da infraestrutura e funcionamento das escolas; à valorização urgente das profissionais de educação; à existência de materiais didáticos e paradidáticos; à garantia de condições não somente de acesso, mas de permanência e sucesso de crianças, jovens e adultos nas aprendizagens escolares.

O acesso aos insumos também é marcado pelas desigualdades raciais, de renda, de gênero, regionais, campo/cidade etc. O financiamento da educação deve garantir os recursos financeiros necessários para que tal qualidade seja alcançada. Essa é a base da proposta do Custo Aluno Qualidade Inicial, desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2007)⁵. Tal financiamento também deve ser sensível às desigualdades, apostando em políticas redistributivas e garantindo condições de equidade para as regiões que concentram os piores indicadores sociais, como periferias das cidades e áreas rurais, entre elas, territórios negros, quilombolas e indígenas.

Para avançarmos na qualidade, é necessário apostar na participação efetiva, no fortalecimento da gestão democrática, na ampliação da roda de diálogo, na multiplicação das vozes no debate público, que expressem a diversidade – uma participação pensada como formação de uma cultura democrática e que não tolere as desigualdades; uma participação como fator de controle

5 CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Rezende. Custo aluno qualidade: rumo à educação pública de qualidade. São Paulo: Global/Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007; e CARREIRA, Denise. Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito? São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011. Disponível em: http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQieducativo_2Edicao.pdf. Acesso em: 21 abr. 2013.

SÉC. XVI A XVIII

Educação entregue aos jesuítas: catequese para povos indígenas X educação da elite.

Processos de resistência indígena e negra contra a opressão colonial (quilombos, terreiros de candomblé, irmandades religiosas, entre outras).

SÉC. XIX

1804 Revolução Haitiana: rebelião de pessoas escravizadas expulsa elite branca.

1822 Independência do Brasil.

1827 Lei de Instrução Geral.

1834 Ato Adicional, que desresponsabiliza o governo central da oferta da educação primária.

1881 Lei Saraiva: proibição de pessoas não alfabetizadas de votar.

1888 Abolição da Escravatura: sem o estabelecimento de políticas de reparação e de garantia de direitos para a população negra.

VIRADA PARA O SÉCULO XX

Primeira República Cerca de 70% da população brasileira não alfabetizada. Os movimentos de resistência negra e as experiências de educação não formal promovidas por associações negras, operárias, de mulheres e de trabalhadores do campo. Disseminação de teorias racistas eugenistas do século XIX e de estímulo ao branqueamento da população por meio da imigração de trabalhadores europeus.

Anos 1930

1931 Fundação da Frente Negra Brasileira, maior entidade do movimento negro das primeiras décadas do século XX, extinta pelo Golpe Militar de 1937.

1932 Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova.

1934 Constituição de 1934: avanços no direito à educação e contradição – defesa da educação eugênica, baseada em teorias racistas.

1937 Golpe militar (retrocessos).

1944 Fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), pelo ativista Abdias do Nascimento.

Anos 1960 Efervescência de movimentos de educação e cultura popular. Reformas de base extintas pelo golpe militar de 1964. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966).

SÉCULO XXI

Anos 1970 Ditadura: ampliação da escolarização com baixo investimento por aluno. Repressão às entidades de profissionais de educação e estudantis, entre outros movimentos sociais.

Anos 1980 Degradação do ensino público (ampliação do acesso, evasão e repetência: promoção da cultura do fracasso escolar), expansão do ensino privado e segmentação do sistema (popular X elite).

1985 Emenda Constitucional torna facultativo o voto das pessoas não alfabetizadas, que continuam inelegíveis.

1986/88 Luta por direitos educativos na Constituinte. Torna obrigatório o voto das pessoas não alfabetizadas, que passam a ser elegíveis. Reconhece os direitos das populações indígenas e quilombolas.

1989 Lei Caó: Lei n. 7.716, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, etnia, religião e procedência nacional.

1995 Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em Brasília.

1996 Nova LDB.

1997 Injúria Racial: Lei n. 9.459 altera o Código Penal – define pena de três anos de reclusão e multa.

2001 Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, África do Sul) e aprovação do Plano Nacional de Educação (2001-2011), com vetos à parte de financiamento.

2003 Lei n. 10.639 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras em toda a educação básica.

2006 Lei Maria da Penha estabelece a obrigatoriedade da abordagem de gênero e raça nas escolas como forma de prevenção da violência doméstica e intrafamiliar.

2008 Lei n. 11.645 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da história e das culturas dos povos indígenas brasileiros.

2010 Estatuto da Igualdade Racial é aprovado pelo Congresso Nacional.

2012 Lei de Cotas para Acesso às Instituições Federais de Ensino.

2014 Plano Nacional de Educação (2014-2024).

2023 Lei n. 14.532 equipara injúria racial e crime racial, tornando a punição mais severa. Lei n. 14.723 altera a Lei de Cotas, expandindo sua abrangência para a pós-graduação e para estudantes quilombolas.

BORA CONVERSAR! Para além desses, há muitos outros marcos históricos importantes na luta por uma educação antirracista. Quais outros sua escola incluiria, considerando também as realidades local e regional?

social e de aprimoramento das políticas e como estímulo à demanda social por direito humano à educação de qualidade.

Nesse ponto, é fundamental destacar a importância de os sistemas de avaliação educacional efetivamente valorizarem a participação e as vozes dos sujeitos escolares (estudantes, familiares, profissionais de educação, ativistas comunitários etc.), visando aprimorar a própria avaliação, dotá-la de sentido e de potencial transformador, articulando a avaliação da realidade escolar à avaliação das políticas educacionais. A coleção **Indique (Indicadores da Qualidade na Educação)** está comprometida com essa perspectiva, apostando na avaliação institucional e de redes de ensino, com base em uma metodologia de autoavaliação participativa escolar, que visa dotar de sentido e ampliar a noção de avaliação educacional no país.

Além disso, a qualidade educacional exige traduzir nas práticas educativas e no cotidiano das relações escolares um conjunto de normativas internacionais e nacionais, com força de lei, que transformem a escola em um lugar que de fato reconheça a diversidade humana, valorizando estéticas, conhecimentos e histórias ainda negadas e desqualificadas. É preciso atuar de forma a reconhecer e superar o racismo e outras discriminações e desigualdades que se manifestam de muitos modos no dia a dia de creches, escolas e universidades, e no processo de tomada de decisões e de implementação das políticas educacionais.

É a partir desses eixos fundamentais que vamos iniciar o nosso trabalho com os **Indicadores da Qualidade de Educação – Relações Raciais na Escola**.

Na próxima seção, apresentaremos algumas ideias de como utilizar o material em escolas e comunidades, a fim de mobilizar estudantes, profissionais de educação, gestores, familiares, integrantes das comunidades do entorno e muitas outras pessoas, para discutir formas de superação do racismo no cotidiano escolar e na sociedade. Afinal, superar o racismo no mundo da escola e nas políticas educacionais é um desafio de todas as pessoas e instituições, em especial das brancas, e não um problema a ser enfrentado somente por pessoas e coletivos negros, indígenas e de outros grupos discriminados.

Vamos em frente!

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade, que nos ajudam a compreender algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores, como febre, dor, desânimo etc., que indicam se há algum problema de saúde. Para monitorar a economia do país, usamos como indicadores a taxa de inflação, a taxa de juros, a taxa de desemprego, o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, entre outros.

A variação dos indicadores sinaliza que há mudanças (se a febre baixou, pode significar que a pessoa está melhorando; se a taxa de desemprego está mais baixa, é possível dizer que a economia está melhorando etc.). Em relação à metodologia aqui apresentada, os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** buscam identificar como está a implementação em nossa escola da LDB alterada pela Lei 10.639/2003 e de suas respectivas Diretrizes Nacionais Curriculares, que tornaram obrigatória o ensino das histórias e culturas africana e afro-brasileira em toda a educação (pública e privada) e a reeducação das relações étnico-raciais em uma perspectiva antirracista.

Com um bom conjunto de indicadores, tem-se um quadro de sinais que possibilita identificar de forma simples e acessível o que vai bem, o que pode ser melhor e o que vai mal na escola, de forma que todos compreendam melhor essa realidade e tenham condições de discutir e decidir quais são as prioridades de ação para avançar. Algumas dessas ações cabem à escola implementar, e outras vão depender das políticas públicas.

Vale lembrar que a luta para fazer do direito humano à educação uma realidade precisa envolver toda a comunidade: estudantes, profissionais de educação, gestoras e gestores escolares, conselheiros de direito, movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil, órgãos públicos, universidades e sociedade em geral. Educação é um assunto de interesse público. Por isso, pretendemos que a utilização deste material envolva mais gente na luta por uma educação antirracista, somando forças para que ela se concretize na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos de todo o Brasil.

Primeiro passos: organizando o uso dos Indicadores

Assim como os demais volumes da Coleção **Indicadores da Qualidade na Educação** (Educação Infantil, Relações Raciais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), não há uma receita pronta para usar a metodologia. Este material é um instrumento de autoavaliação escolar bastante flexível que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola. Apostando nessa flexibilidade, deixamos aqui uma série de dicas, ideias e recomendações:

- É importante que a escola constitua um grupo de pessoas para organizar o processo de utilização dos Indicadores. Na medida do possível, esse *Grupo de Referência* deve ser composto por estudantes, direção da escola, equipe pedagógica, demais profissionais de educação e familiares. É fundamental que o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil (quando existente) estejam envolvidos em todo o processo de utilização dos Indicadores, contribuindo para planejar o uso da proposta, mobilizar o conjunto da escola e dar consequência às decisões coletivas.

- Para compreender a proposta dos Indicadores, é fundamental que este grupo estude o material, leia com cuidado e atenção as dimensões, os indicadores e suas perguntas para entender as diferentes possibilidades e planejar seu uso. Aqui destacamos a importância da equipe gestora e das professoras e professores da escola, profissionais familiarizados com as questões de educação, em mediar e traduzir para as demais pessoas os termos e questões educacionais abordadas no material. Para tanto, será necessário fazer uma reunião prévia com diretoras, professores, coordenadores pedagógicos e funcionários.
- Como parte da preparação para o uso do material, uma dica é assistir ao vídeo *Autoavaliação participativa – por uma avaliação viva: das escolas aos planos de educação*¹, que explica como utilizar a metodologia. Outra dica é visitar o *blog* dos **Indicadores da Qualidade na Educação**², com vários materiais de subsídio e ideias para o uso do material na escola.
- O planejamento do trabalho com os Indicadores deve prever a mobilização dos estudantes, familiares e do conjunto da comunidade escolar, definir o tempo necessário, preparar o espaço físico para que ele seja acolhedor e antecipadamente providenciar os materiais que serão usados nas atividades.

Mobilização da comunidade

A mobilização de estudantes para participar é o primeiro ponto importante no uso dos Indicadores. Sem elas e sem eles, este processo não tem sentido! Todos os esforços devem ser feitos para estimular esta participação fundamental no processo, trazendo questões-chave para provocar a escola a se repensar, além de trazer propostas para avançar e de muita energia para enfrentar os desafios.

A mobilização de outros integrantes da comunidade escolar (profissionais de educação, familiares, comunidade etc.) para participar da avaliação é fundamental em todo o processo. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da qualidade educacional, maiores serão os ganhos para as alunas, alunas e alunos que estudam, maiores serão os ganhos para a escola, para a sociedade e para a educação do país. O uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** fortalece os vínculos entre escola, estudantes, famílias e a comunidade do entorno.

É muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, e não somente aqueles mais atuantes no dia a dia da escola. O grupo responsável pela preparação da escola para a avaliação deve usar a criatividade para mobilizar estudantes, familiares, professoras e professores, funcionárias e funcionários, conselheiras e conselheiros escolares, coletivos juvenis e culturais e outras pessoas, grupos e instituições da comunidade.

Faixas na frente da instituição, lambe-lambes (cartazes pregados em espaços públicos), cartas e bilhetes para os familiares, divulgação no jornal, no transporte público, na rádio e TV local, nas redes sociais e em diferentes espaços da internet, além da discussão prévia da proposta com os

1 O vídeo *Autoavaliação participativa – por uma avaliação viva: das escolas aos planos de educação* está disponível em: <https://youtu.be/UUMyeLPnWc>, no portal **De Olho nos Planos** www.deolhonosplanos.org.br e no *blog* da **Coleção Indicadores da Qualidade na Educação** www.indicadoreseducacao.org.br.

2 O *blog* da **Coleção Indicadores da Qualidade na Educação** está disponível em: www.indicadoreseducacao.org.br.

estudantes, são algumas das possibilidades para mobilização. Especial atenção precisa ser dada ao convite para que grupos e organizações locais, entre elas os coletivos juvenis e culturais, organizações e movimentos sociais existentes na comunidade, participem do processo.

As dimensões dos Indicadores

Os **Indicadores da Qualidade na Educação** – Relações Raciais na Escola são compostos por sete dimensões, que tratam de forma sistêmica de questões fundamentais para a construção de uma educação antirracista:

1. **Relacionamentos e atitudes** – é a dimensão que introduz e concretiza, por meio de perguntas às pessoas participantes, o que significa abordar as relações raciais no cotidiano escolar em seus diferentes aspectos.

2. **Currículo e prática pedagógica** – a dimensão estimula discussões sobre quais as perspectivas e conteúdos a escola prioriza nos processos de ensino-aprendizagem e como eles são abordados junto aos estudantes no sentido de promoverem uma escola mais sintonizada com a realidade, com a diversidade de saberes, experiências, histórias e estéticas. Uma escola que amplie seu currículo e reconheça e valorize efetivamente as diversidades étnico-racial, regionais, de gênero, de identidade de gênero e orientação sexual, das pessoas com deficiências, de pessoas migrantes, de pessoas do campo e das florestas, entre outras diferenças que questionam os padrões dominantes da sociedade.

3. **Recursos didáticos e paradidáticos** – a dimensão aborda a existência, o acesso, o uso e a organização de recursos e materiais didáticos e paradidáticos que apoiem processos pedagógicos comprometidos com o ensino da história e da educação brasileira e a reeducação das relações raciais, previstos na Lei 10.639/2003 e em suas Diretrizes.

4. **Acompanhamento, permanência e aprendizagem dos/das estudantes na escola** – a dimensão problematiza as condições da escola para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos seus estudantes. Ela aborda também como a instituição pode identificar e enfrentar as barreiras que levam alunas, alunas e alunos negros e de outros grupos sociais discriminados a serem mais excluídos da escola.

5. **A atuação das/dos profissionais de educação** – a dimensão chama a atenção para o papel fundamental dos profissionais da educação na construção de uma educação antirracista e não discriminatória. Apresenta questões que estimulam a reflexão dos profissionais sobre suas concepções de relações raciais, suas trajetórias de vida e de como elas impactam o cotidiano escolar.

6. **Gestão democrática e participação** – a dimensão traz um conjunto de questões que partem do entendimento de que o desenvolvimento de uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento e a valorização efetiva da diversidade na escola. Faz perguntas que provocam a escola a refletir até que ponto seus processos e condições estimulam e garantem a participação da comunidade escolar e quais os mecanismos que operam contra isso.

7. **Para além da escola: a relação com o território** – a dimensão estimula a escola a refletir que o avanço na garantia do direito humano à educação passa por sua maior articulação com a comunidade do entorno, com os movimentos sociais – entre eles, os movimentos negros – e com outras

instituições, setores governamentais e grupos que devem compor a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), como conselhos tutelares, unidades de saúde, serviços de assistência social, sistema de justiça etc.

Cada uma dessas sete dimensões do material reúne um conjunto de indicadores. Cada indicador é composto por duas partes: um pequeno texto que explica sobre ele e um grupo de perguntas para estimular o debate da comunidade escolar. Essas perguntas servem para estimular a comunidade a avaliar os desafios da escola e, posteriormente, construir propostas não só para escola, mas também para a gestão educacional do município, do estado e do país.

O Sistema de Cores

Como já abordado, este material foi elaborado para apoiar as escolas de ensino fundamental e ensino médio no diagnóstico dos seus problemas e na busca de caminhos para a construção e enraizamento de uma educação antirracista. Para facilitar a avaliação, é proposto que as pessoas participantes do processo atribuam cores às perguntas contidas em cada um dos indicadores. As cores simbolizam o resultado da avaliação feita:

- **Verde:** se a situação é boa ou satisfatória, indicando que o processo de melhoria da qualidade da escola está em um bom caminho.
- **Amarelo:** se a situação da escola é regular e merece atenção e cuidado. Passos já foram dados, mas ainda a situação é um desafio.
- **Vermelho:** se a escola tem muito a caminhar e ainda não enfrentou adequadamente o problema. Nessa situação, a escola precisa agir imediatamente.

As cores atribuídas a cada uma das perguntas ajudarão o grupo a decidir qual é a situação da escola em relação a cada indicador. Por sua vez, para dar uma cor à dimensão, também será importante visualizar as cores atribuídas a cada um dos indicadores. Porém, é necessário observar: não se trata de gerar uma média das respostas para se chegar às cores dos indicadores e da dimensão, nem de contabilizar qual cor é a mais frequentemente presente nas perguntas de um determinado indicador. É preciso que essa decisão sobre a cor do indicador e da dimensão seja também debatida democraticamente entre as pessoas participantes.

ATENÇÃO: não necessariamente uma escola que tem mais bolinhas verdes está melhor do que outra com mais bolinhas amarelas e vermelhas. Às vezes, a predominância de bolinhas verdes pode revelar a limitada capacidade da escola em refletir sobre seus próprios desafios: uma baixa capacidade de autocrítica. **Por isso, destacamos: os processos de autoavaliação participativa jamais se prestam à comparação entre escolas.** A riqueza da experiência da autoavaliação escolar passa pela possibilidade de construção de um diagnóstico participativo, de viver um processo formativo coletivo, que agrega a comunidade, identifica e amplia a compreensão dos desafios, pactua um plano de ação escolar e traça recomendações para as políticas educacionais.

No próprio material, ao lado de cada pergunta e indicador, há bolinhas em branco que podem ser coloridas pelos participantes com as cores atribuídas pelo grupo. É recomendável registrar o

resultado da discussão sobre cada indicador, pontuando os aspectos mais importantes do debate, explicando por que o grupo atribuiu essa ou aquela cor ao indicador.

No fim do trabalho de cada grupo, a relatora ou o relator terá uma lista de pontos fortes e pontos fracos da escola em relação àquela dimensão. O grupo poderá, então, definir as prioridades da escola para melhorar sua qualidade naquela dimensão, havendo um quadro ao final da dimensão para sistematizar essas preferências.

Os outros materiais da coleção Educação e Relações Raciais

Os Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola integram a Coleção Educação e Relações Raciais na Escola. A coleção foi desenvolvida³ a partir do trabalho da Ação Educativa com escolas e do acúmulo da instituição no desenvolvimento de metodologias participativas e de educação popular, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações raciais – em especial, as desenvolvidas por organizações do movimento negro brasileiro⁴ – e com outras experiências comprometidas com uma educação não discriminatória e de promoção dos direitos humanos.

O objetivo da *Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar* é contribuir com um leque de metodologias que estimulem e organizem o envolvimento do conjunto da comunidade escolar em estratégias de promoção de uma educação antirracista nas instituições educativas, entendida como componente-chave para a melhoria da qualidade educacional do país. Comprometidas com a institucionalização da LDB alterada pela Lei 10.639/2003, as metodologias se baseiam no seguinte triângulo conceitual::



3 O trabalho foi desenvolvido com apoio de edital público da linha de microprojetos em direitos humanos da Comunidade Europeia no Brasil (2008), com contrapartida do Unicef, Instituto C&A e Save The Children UK.

4 Entre as organizações do movimento negro, destacamos: Iceafro (BA), Instituto Geledés (SP), CEERT (SP), Núcleo de Estudos Negros (NEN), Nzinga Coletivo de Mulheres Negras (MG), Ceap (RJ), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Se Essa Rua Fosse Minha (RJ), Grupo Africanidades e Imagens da Unicamp (SP), Instituto AMMA Psique e Negritude (SP), Soweto (SP), além de diversos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) vinculados a universidades de todo o país. A experiência do projeto A Cor da Cultura, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, em articulação com ativistas e pesquisadores/as do campo da educação das relações raciais também foi considerada.

As metodologias visam à construção de um ambiente escolar favorável, a promoção da corresponsabilidade e a definição de um conjunto de ações planejadas coletivamente que possam contribuir de forma mais sistemática para o enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a proposta também visa reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas por escolas, Secretarias de Educação, universidades e organizações não governamentais destinadas a promover a igualdade racial na educação.

Além dos **Indicadores de Relações Raciais na Escola**, a coleção é composta também por:

1. Afro-brasilidades em Imagens. Conjunto de 10 cartazes produzidos por artistas plásticos⁵ a partir de temas que emergiram do trabalho de Ação Educativa com escolas públicas. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a ainda insuficiência de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população negra nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: cabelos, Áfricas, mídia e negritude, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas negras, resistências e movimentos sociais, religiosidade de matriz africana, povo negro em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.

2. Guia Metodológico (que consta nos anexos desta publicação). A publicação aborda a metodologia construída pela Ação Educativa e suas muitas possibilidades a serem exploradas, recriadas e adaptadas para diferentes contextos escolares. O Guia contém uma seção dedicada a sugestões de trabalho e abordagem – dentro e fora da sala – relativas ao conjunto dos dez cartazes e aos vídeos que compõem o conjunto de materiais.

3. Vídeo 1 – Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar (16 minutos). Construído a partir da linguagem da animação, o vídeo apresenta os desafios envolvidos no enfrentamento do racismo e na valorização da cultura e história africana e afro-brasileira no ambiente escolar. Apresenta as bases da metodologia do projeto Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar e busca sensibilizar estudantes, profissionais de educação e familiares sobre a importância de uma ação antirracista articulada e sistemática no ambiente escolar e na comunidade.

4. Vídeo 2 – Educação e Relações Raciais: diálogos Brasil e África do Sul (58 minutos). Lançado em 2013, o foco desse vídeo é o lugar da agenda racial nas políticas educacionais no Brasil e na África do Sul, dois países marcados por democracias recentes e históricas e profundas desigualdades raciais. A partir de entrevistas com gestores(as), pesquisadores(as) e ativistas dos dois países, o vídeo explicita os desafios colocados para o campo das políticas públicas. Este vídeo é um material mais complexo e adensado, que pode ser utilizado na íntegra ou em capítulos (introdução, parte Brasil, parte África do Sul).

Os materiais da coleção **Educação e Relações Raciais** (cartazes, vídeos e publicações) podem ser utilizados de forma combinada ou isolada em diversos momentos e espaços da vida escolar: em atividades pedagógicas em sala de aula, no pátio, em horários de planejamento pedagógico e de formação de professores, em reuniões de pais, mães e familiares, nas festas, em reuniões do grêmio estudantil etc.

5 Para saber mais sobre os artistas plásticos dos cartazes **Afro-brasilidades em Imagens**, da **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**: Rosana Paulino (@rosanapaulino.official); Michel Onger (@onger); Mateus Subverso (@mateusubverso) e Thiago Vaz (@thiagovaz.arts.).

Nas atividades vinculadas ao uso dos **Indicadores de Relações Raciais na Escola**, o vídeo 1 pode ser utilizado para estimular o debate e uma primeira aproximação dos participantes com a proposta. Os cartazes podem ser usados nos espaços nos quais serão discutidos os Indicadores em grupo ou em plenária. O vídeo 2 (principalmente a parte brasileira) pode ser utilizado na etapa de formação e preparação do grupo que impulsionará o uso dos Indicadores na escola. O Guia metodológico traz muitas outras ideias para estimular e manter o debate vivo na comunidade escolar sobre a problemática e a implementação das metas do Plano de Ação na escola.

Além dos outros Indicadores (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Ensino Médio), o conjunto dos materiais da Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar está disponível para download gratuito nos sites www.indicadoreseducacao.org.br e <https://relacoesraciais.acaoeducativa.org.br/>.

Como conduzir a avaliação com os Indicadores

Para facilitar o diálogo e a reflexão coletiva, nossa proposta é que o conjunto de participantes da comunidade escolar seja distribuído em grupos separados por dimensões. Se houver um número grande de pessoas, cada grupo pode se encarregar de apenas uma dimensão. Para viabilizar a participação de todas as pessoas na discussão, é conveniente que os grupos sejam compostos por, no máximo, 20 pessoas.

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO 1

Sugerimos que, como primeiro passo, todos os grupos façam a discussão da Dimensão 1, justamente pelo fato de ela provocar a escola a refletir as atitudes e os relacionamentos no cotidiano. Depois, na segunda rodada, os grupos podem ser divididos e cada um discutir as demais dimensões: 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Cada grupo deve ser composto por representantes dos vários segmentos da comunidade escolar, elegendo uma pessoa para coordenação do debate e outra para o registro das discussões e das decisões. No grupo, recomenda-se a leitura em voz alta de cada um dos indicadores de cada dimensão separadamente, seguido de conversas de esclarecimento sobre o texto e do debate. A pessoa responsável pela coordenação cuidará para que todas as perguntas sejam respondidas, buscando chegar a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores.

A escola também poderá propor que as estudantes e os estudantes se reúnam antes do processo com a comunidade escolar para discutirem os Indicadores da Dimensão 1 e levarem suas ideias e propostas para os demais. Esta ação é bem interessante porque fortalece os estudantes na participação ativa do uso dos Indicadores com as demais pessoas de outros segmentos

É primordial que a coordenação do processo garanta a possibilidade de todas as pessoas se expressarem e identifique as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso. Por sua vez, a pessoa dedicada ao registro (relatora) será responsável por tomar nota das decisões do grupo e expor na plenária o resultado das discussões, sempre destacando os pontos importantes e polêmicos do debate realizado.

Para além de discutir a situação atual da escola, o grupo também pode promover um debate sobre como melhorar esse quadro. Com as prioridades de cada dimensão, os grupos estarão prontos

para o grande momento: o encontro com os demais para ouvir o que cada um tem a dizer e debater sobre o retrato que a comunidade escolar está tirando da escola.

É muito importante que, durante as apresentações dos grupos na plenária, todas as pessoas participantes possam entender o que foi discutido em cada dimensão. As prioridades de ação de cada grupo também devem ser levadas e explicitadas.

Algumas dimensões são maiores e outras são menores, portanto, alguns grupos terminam suas discussões antes dos outros. Para que os participantes das dimensões de menor extensão não se sintam desestimulados a esperar pela realização da plenária, pode-se propor que um mesmo grupo discuta duas dimensões.

Plenária

Para facilitar o debate na plenária, cada grupo de trabalho precisa deixar um quadro-resumo em um local de boa visibilidade para que todas as pessoas possam acompanhar. A exposição dos relatores à plenária deve girar em torno de dois pontos:

- Apresentação resumida da discussão do grupo e das justificativas para a escolha das cores atribuídas a cada um dos indicadores.
- Relato das prioridades indicadas e das ações propostas para a melhoria da escola que se referem ao assunto em foco.

Após a apresentação de todos os grupos e explicitação de dúvidas na plenária, sugerimos que ocorra ainda o debate para a definição final das prioridades, que deverá ser a base para a produção conjunta de um plano de ação.

Com o objetivo de preparar esse plano de ação, muitas das escolas que já usaram a metodologia dos **Indicadores da Qualidade na Educação** recorrem ao agendamento de uma nova data com a comunidade escolar, pois muitas vezes sua elaboração é inviável no mesmo dia da avaliação.

Há escolas que optam por criar uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar (incluindo estudantes, mães, pais, avós e funcionários) para elaborar o plano de ação: nesse caso, a reunião deve ocorrer em outra data, acordada entre todos e todas.

Materiais necessários

Cada pessoa participante da avaliação deverá receber uma cópia da dimensão a ser discutida. É importante que as cópias contenham tanto os Indicadores e suas perguntas como também os textos explicativos que os acompanham. O ideal é que todas as pessoas disponham de uma cópia do material completo, caso o grupo queira tirar dúvidas. Caso a comunidade escolar conte com conexão de internet acessível para todas as pessoas, pode-se utilizar o material por meio de celulares, mas sempre observando o fato de que o manejo de textos pelo celular nem sempre é confortável, sendo preferível a cópia impressa. Se isso não for possível, cada participante precisa, pelo menos, ter acesso à lista dos Indicadores e das perguntas da dimensão a ser discutida no seu grupo.

- Cada participante precisa receber caneta ou lápis para fazer anotações.

- Cada grupo deve ter um cartaz com o quadro-resumo para que todas as pessoas possam visualizar o resultado da avaliação.
- Para registrar as cores no quadro-resumo, podem ser utilizados lápis ou canetas nas cores verde, amarelo e vermelho.
- Para facilitar a manifestação de opiniões quanto às cores atribuídas às perguntas e aos Indicadores, cada participante pode receber cartões com as cores verde, amarelo, vermelho e branco (este em caso de abstenções). Levantando os cartões durante a reunião do grupo ou na plenária, os participantes manifestam seus votos. Esse procedimento pode facilitar a identificação dos consensos e questões conflitantes.

Participação de estudantes

Boas ideias para estimular a participação das estudantes e dos estudantes são bem-vindas. Eles têm muito a dizer sobre a vida escolar⁶. No entanto, é recomendável organizar algumas atividades específicas para estimular a participação. Algumas ideias são:

- Falar, em sala de aula e nas rodas no pátio, sobre a importância da avaliação e do processo que está acontecendo na escola.
- Propor a criação de produções individuais e coletivas (textos, imagens, raps e outros gêneros musicais, vídeos, peças de teatro etc.) sobre a escola e as dimensões da qualidade apresentadas neste instrumento.
- Realizar uma pesquisa de opinião sobre o assunto na escola, liderada por estudantes, como proposto no Guia Metodológico (parte final desta publicação) na seção Agitando a Escola: o uso da Pesquisa de Opinião.
- Como já abordado, discutir a Dimensão 1 em rodas de conversas de adolescentes e jovens.

PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

É preciso verificar se na escola há pessoas que necessitam de recursos de acessibilidade, tais como: o texto em formato digital, sonoro, em braille ou em caracteres ampliados, entre outros. No caso de pessoas com dificuldades de identificar as cores, uma solução é substituí-las por três diferentes formas: quadrado, triângulo e círculo. Pessoas com outros tipos de deficiência devem receber o apoio necessário para que possam participar do processo.

Estimativa do tempo necessário

Há escolas que reservam meio período para o trabalho com os **Indicadores da Qualidade na Educação**, outras utilizam um dia inteiro para realizar as discussões com mais tranquilidade e profundidade. Exemplo de programação:

1. Apresentação da proposta para a comunidade escolar com explicações sobre a forma de trabalho com os Indicadores e divisão dos grupos. Tempo previsto: entre 30 minutos e 1 hora.

⁶ Um material de subsídio para essa discussão é o *Guia de participação de crianças e adolescentes*, da Iniciativa **De Olho nos Planos**, disponível em: www.deolhonoplanos.org.br.

2. Discussão da Dimensão 1 nos grupos e seleção de problemas prioritários (cada grupo, por exemplo, pode ficar responsável por 2 indicadores da Dimensão 1; não tem problema se o mesmo indicador for trabalhado por mais grupos). Tempo previsto: entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos.

3. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários. Tempo previsto: até 30 minutos.

4. Plenária (encontro de todos os grupos de trabalho para apresentação das discussões, identificação de conflitos e consensos quanto às cores atribuídas e suas razões). Tempo previsto: entre 1 hora e 30 minutos e 2 horas.

5. Construção de consensos sobre os problemas de ordem prioritária. Tempo previsto: entre 30 minutos e 1 hora.

Total de horas utilizadas para a discussão: entre 4 e 6 horas aproximadamente.

No próximo encontro, pode-se trabalhar as dimensões restantes (de 2 a 7), distribuindo uma dimensão para cada grupo.

As escolas com mais de um turno podem propor uma discussão por turno, facilitando a participação de mais pessoas. Ou seja, cada turno faz sua avaliação e elabora seu plano de ação. Nesse caso, pode ser necessário um momento para verificar ações comuns em todos os planos de ações.

ATENÇÃO ESPECIAL à participação de estudantes e profissionais de educação da EJA – Educação de Jovens e Adultos. Essas pessoas não podem ser excluídas do processo de autoavaliação participativa!

Escolas muito grandes também podem optar por eleger representantes de estudantes para participar da discussão sobre os Indicadores com os demais segmentos da comunidade escolar. Assim, deve-se garantir uma boa discussão na sala de aula e, a partir daí, eleger as pessoas representantes.

Lidando com conflitos

Durante os trabalhos em grupo, é importante que todas as pessoas participem das discussões e das atribuições de cores, evitando que alguém ou algum grupo imponha determinada visão sobre o assunto tratado. É necessário ouvir e respeitar o que o outro tem a dizer, aproveitando o momento para o diálogo. É fundamental que todas as pessoas sejam preparadas para o debate a ser realizado em torno da qualidade da escola. Inclusive, sejam preparadas para digerir as críticas que possam surgir, buscando o momento adequado para apresentar seu ponto de vista.

Ressaltamos que o processo de escolha das cores precisa ser negociado com todas as pessoas. Caso não haja consenso entre o conjunto de participantes, o grupo pode optar pela mistura de cores ou pelo uso de uma cor diferente para registrar a divergência de opinião, levando-a para a plenária. Conflitos de opinião existem em toda sociedade. É importante reconhecer e lidar com eles de forma madura, negociada e democrática.

O plano de ação

Para ver concretizado um projeto de mudança, é preciso planejar. O planejamento ajuda-nos a definir e organizar as atividades que colocaremos em prática para alcançar nossos objetivos, a decidir quais serão as pessoas responsáveis por essas atividades e a prever o tempo e as condições necessárias para sua execução.

O primeiro passo em um planejamento é saber o que queremos alcançar. Em seguida, precisamos saber o que faremos para alcançar os objetivos traçados e, então, de quais recursos (financeiros, humanos, materiais, entre outros) precisaremos para colocar em prática nosso plano em ação.

No nosso caso, o principal objetivo é construir uma escola antirracista. De antemão, sabe-se da existência de uma grande força: a comunidade escolar interessada em apoiar o processo de avaliação e mudança na escola. Mas é possível ainda identificar outras forças e também fraquezas, ou seja, aquilo que reforça uma ação e aquilo que pode dificultá-la. As forças têm de ser potencializadas e as fraquezas, monitoradas de perto.

Difícilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começou. Há coisas que acontecem como o previsto, e outras nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo, mas, sim, que ele exige acompanhamento e avaliação. Assim, é preciso estar atento, alterando o que não está dando certo e observando o que muda para melhor. Nesse sentido, reuniões periódicas ajudam a verificar se as ações estão acontecendo como foram planejadas e no tempo determinado anteriormente.

E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)?

Se a sua escola já tem um projeto político-pedagógico (PPP), que se rememore junto às pessoas participantes suas principais diretrizes, seus objetivos e seus princípios. Caso a escola não possua um PPP, a utilização do Indique Relações Raciais na Escola é uma excelente oportunidade para que ele seja elaborado com a participação de toda a comunidade escolar. Escolas que já usaram os Indicadores afirmam que este material contribui para a revisão ou até mesmo a elaboração do PPP.

Para facilitar o percurso planejamento-acompanhamento-avaliação, apresentamos como exemplo algumas situações hipotéticas. Uma vez definidas as ações, estabelecidos os prazos e os responsáveis pelas atividades, é importante indicar se as ações são de curto (nos próximos meses), médio (a serem realizadas no ano seguinte) ou longo prazo (a serem realizadas em mais de um ano).

Após realizar uma avaliação com base nos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais**, a escola chegou a uma lista de problemas considerados prioritários. Com o olhar voltado ao objetivo de avançar na construção de uma educação antirracista, inicia-se a elaboração de um plano de ação com as ações a serem desenvolvidas para enfrentar cada um dos problemas em ordem de prioridade, os passos para a efetivação dessas ações, seus responsáveis e os prazos possíveis para cada uma delas. Para que se possa ter uma ideia sobre como proceder, apresentamos aqui parte de um plano de ação.

Dimensão	Ambiente educativo e valorização da diversidade juvenil
Indicador	Superação de discriminações, racismos e violências.
Problema	Muitas professoras e professores sentem dificuldade de tratar do assunto. Algumas vezes, ouvem piadinhas racistas, sexistas e LGBTfóbicas entre os estudantes e não sabem o que fazer.
O que fazer	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa e formação dos professores sobre racismo e discriminação em cinco reuniões de horário de trabalho coletivo. • Realização de uma pesquisa de opinião conduzida pelos estudantes sobre se os adolescentes e jovens da escola já se sentiram humilhados e o que pensam para superar o problema. Com os resultados, promover um grande debate na escola. • Lançamento da campanha: Respeito eu gosto: nossa escola pode ser diferente. • Levantamento de projetos e de ações de estudantes e professores que podem contribuir para a escola melhorar seu ambiente educativo. • Utilização de práticas de justiça restaurativa para lidar com casos de racismo e de outras discriminações.
Responsabilidade	Adelaide (coordenadora pedagógica), Lúcio (professor de língua portuguesa), Sonia (merendeira) e Jenifer (aluna do segundo ano)
Prazo	Maio

Quando utilizar os Indicadores – a autoavaliação como um processo

Nossa sugestão é que a avaliação baseada nos **Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** e a elaboração do plano de ação ocorram no início do ano letivo, momento em que tradicionalmente a escola planeja e define o que será feito durante todo o ano. Algumas escolas já utilizaram os Indicadores no segundo semestre e também alcançaram bons resultados. Quando se estabelecem metas de curto, médio e longo prazos, fica mais fácil para a escola distinguir as ações mais simples, que podem ser imediatamente executadas, daquelas mais complexas, que exigem mais empenho e integração.

Recomendamos que esta metodologia venha a ser utilizada a cada dois anos, pois, tão importante quanto a avaliação da qualidade da escola pela comunidade, é o acompanhamento do processo, dos resultados, dos limites e das dificuldades encontradas na implementação do plano de ação. É importante que o uso dos Indicadores seja visto como um processo pelo qual a escola passa, e não como um evento que só ocorre nos dias de avaliação e planejamento.

A decisão de compartilhar os resultados da avaliação é da comunidade escolar

Os resultados da avaliação feita com base neste material não passarão por análise externa nem serão divulgados compulsoriamente por órgãos oficiais ou utilizados para fins de premiação ou punição de escolas. De forma alguma, como já destacado, a autoavaliação participativa pode ser

usada para fins de comparação ou de ranqueamento entre escolas. A decisão de utilizar a metodologia e de compartilhar seus resultados é da escola. O objetivo, com este instrumento de avaliação, é contribuir para que a comunidade escolar se engaje na construção de uma educação antirracista.

Sabemos que a busca pela qualidade da escola não é uma responsabilidade somente da escola. Os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no país. Por isso, recomendamos que, ao fim das discussões, os grupos sinalizem, entre os indicadores que receberam as cores vermelha e amarela, os problemas que devem ser encaminhados à Secretaria da Educação e ao Conselho de Educação, por exemplo. Para tanto, a comunidade precisa se organizar, dialogar com outras escolas e apresentar as demandas à Secretaria da Educação para que suas ações passem a integrar os próprios planos de melhoria da educação, como parte da implementação dos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal.

Os Indicadores e sua articulação com a proposta pedagógica da escola

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** ganham significado quando se tornam um processo de compreensão da realidade escolar e contribuem com a proposta pedagógica. A avaliação deve subsidiar as tomadas de decisões e direcionar as intervenções para que ocorra a melhora do trabalho escolar, tendo como referência o projeto educacional da escola.

O uso combinado da coleção Indicadores da Qualidade na Educação

Como dissemos anteriormente, há volumes da metodologia **Indicadores da Qualidade na Educação** para o Ensino Fundamental, para a Educação Infantil, para Relações Raciais na Educação Infantil e para o Ensino Médio. Os materiais específicos das etapas de ensino – Infantil, Fundamental e Médio – podem ser combinados com o de Relações Raciais na Escola, que busca enfrentar um dos grandes obstáculos negado e invisibilizado à garantia do direito humano à educação: o racismo.

Para combinar o uso dos diferentes Indicadores, é importante estudá-los antes. São diversas as possibilidades de uso conjunto, tais como aumentar a quantidade de grupos de discussão, selecionando as dimensões prioritárias para a realidade da escola e de sua comunidade escolar, ou planejar o debate de mais de uma dimensão por grupo, entre outras. O uso combinado é uma oportunidade de trabalhar o conceito de qualidade na educação de maneira plena.

O uso da coleção Indicadores da Qualidade na Educação para processos de monitoramento da política educacional

A partir de 2013, iniciou-se um processo de estímulo do uso da **Coleção Indicadores da Qualidade na Educação** na construção, revisão e monitoramento participativo de Planos Estaduais e Municipais de Educação por parte da Iniciativa De Olho nos Planos. Os Planos de Educação são uma lei educacional que estabelecem metas para que um município, estado ou país melhorem o atendimento educacional em um prazo de dez anos.

Os **Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola** podem ser usados de forma articulada pelo conjunto das escolas de um determinado bairro, território, município, estado ou rede de ensino na elaboração do diagnóstico da situação educacional e na construção de propostas que contribuam para que os Planos de Educação virem realidade, avançando na implementa-

ção da LDB alterada pela Lei n. 10639/03 e suas respectivas Diretrizes Nacionais rumo à reeducação das relações étnico-raciais em uma perspectiva antirracista.

A participação da comunidade escolar é fundamental para que os Planos sejam documentos vivos e consigam estabelecer metas sintonizadas com os problemas, os acúmulos e as possibilidades presentes nas escolas. Os processos de monitoramento da implementação dos Planos devem ser liderados formalmente pelos Fóruns de Educação, Conselhos de Educação e/ou Secretarias de Educação.

Para saber mais sobre o uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação** no monitoramento participativo de Planos de Educação, visite o **Portal De Olho nos Planos** – www.deolhonosplanos.org.br.

POR QUE UTILIZAR UMA LINGUAGEM NÃO SEXISTA E NÃO BINÁRIA?

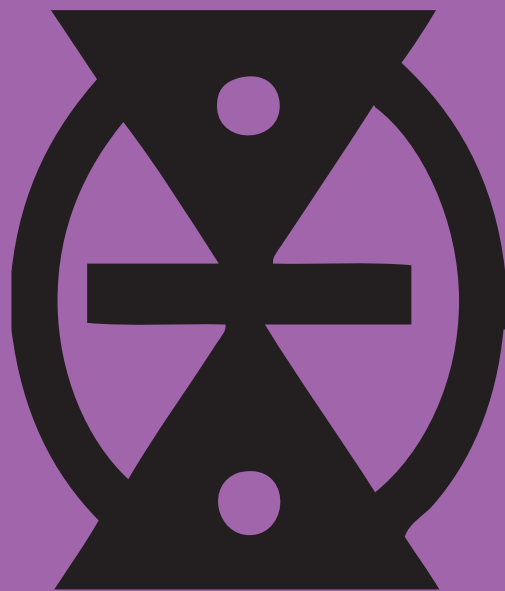
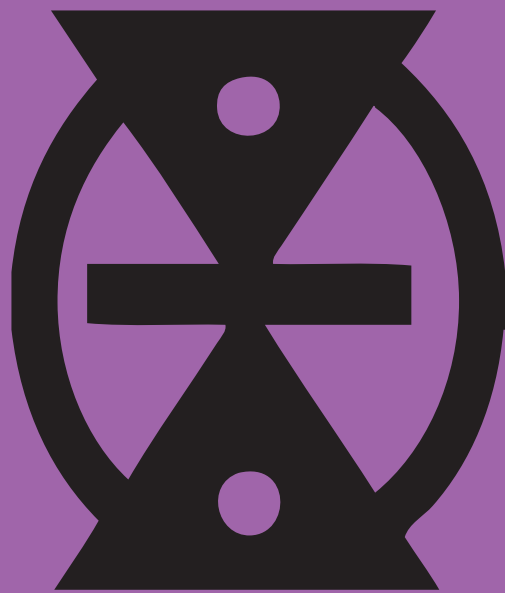
A linguagem é algo vivo, em transformação, que expressa as lutas por igualdade em nossa sociedade. A igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios para uma educação de qualidade. Porém, na nossa linguagem, muitas vezes não nos damos conta e as meninas e mulheres ficam invisíveis, algo denunciado por movimentos feministas.

A noção do gênero masculino como “neutro” na língua portuguesa parte da ideia de que o homem é “universal”, é o “padrão”, ele representa a todos. Por exemplo, ao usar de forma genérica os termos masculinos “professores”, “pais” ou “alunos”, podemos não nos dar conta de que, em determinados ambientes escolares, há uma maioria de mulheres. Por exemplo, as mulheres constituem 80% do professorado da educação básica; as mães e as avós constituem a maioria dos familiares que vão às reuniões de “pais”; em vários cursos, as adolescentes e jovens são a maioria, mas falamos “os alunos”.

Por isso, neste material, para reconhecer na linguagem as mulheres e as pessoas não binárias (aquelas que não se reconhecem como homens ou mulheres), utilizamos em muitos casos tanto a forma feminina, masculina e neutra (como “mães, pais e familiares” e não apenas “pais”) ou demos preferência para termos verdadeiramente neutros, como “professorado”, “adolescentes e jovens”, “população negra” ou “pessoas com deficiência”. Em alguns casos, utilizamos o “e” proposto pela linguagem neutra, como no caso de “alunas, alunes e alunos”, reconhecendo as pessoas não binárias.

A linguagem não binária é um fenômeno social, político e linguístico vinculado às lutas dos movimentos LGBTQIA+. No Brasil, seu uso tem sido atacado por movimentos ultraconservadores que estimulam perseguições e censuras nas escolas (sobre isso, consulte o Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas: www.manualdedefesadasescolas.org.br).

Certamente, esse esforço em nossa publicação não dá conta de todas as desigualdades expressas na língua portuguesa, mas é um passo para refleti-las criticamente, desconstruí-las em nossa cabeça em prol de uma linguagem que reconheça efetivamente todas as pessoas em suas diferenças.



ADINKRA BOA ME NA ME MMOA WO. MUDANÇA, A VIDA É DINÂMICA.

O **racismo** é um conjunto de crenças e valores que tem por base o entendimento de que os seres humanos são “naturalmente” desiguais em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas e/ou culturais. O racismo nega a igualdade entre as pessoas e tem como base a ideia absurda de que pessoas brancas são superiores a outras pessoas (negras, indígenas, ciganas, migrantes etc.).

A discriminação racial é o racismo em ação e se manifesta de diferentes formas no dia a dia das pessoas, seja na família, no mercado de trabalho, na comunidade, nos espaços educativos e nas instituições.

Nas creches e escolas, a discriminação racial acontece entre crianças e estudantes, **profissionais de educação** e familiares. Ela se concretiza por meio de atitudes ativas (como agressões e humilhações, como piadas, xingamentos, apelidos, violência física) ou de forma mais “sutil”, por meio da distância social, da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de pessoas negras.

Como diversas pesquisas apontam, o racismo tem um impacto negativo na aprendizagem e no desenvolvimento da **autoestima** de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, e pode alimentar o sentimento perverso de superioridade de crianças, adolescentes e jovens brancos com relação a pessoas de outras origens **raciais e étnicas** (negras, indígenas, ciganas, migrantes, entre outros).

O primeiro passo de qualquer estratégia que vise à superação do racismo no ambiente escolar passa por afinar e reeducar os sentidos para identificar as situações no cotidiano e superar um discurso defensivo presente em muitas escolas de que “aqui todos são iguais e não há racismo”. Seja por meio de palavras, gestos ou silêncios, as situações de discriminação são muitas vezes negadas, naturalizadas ou invisibilizadas, o que torna mais difícil o enfrentamento do problema.

Em muitos lugares, as situações de racismo que marcam historicamente a realidade escolar brasileira vêm sendo consideradas como parte do chamado *bullying*, palavra em inglês que significa o ato de maltratar e humilhar alguém. É necessário discutir criticamente a relação entre racismo e *bullying*, já que muitas vezes o *bullying* é abordado a partir de uma perspectiva que descontextualiza e

O **racismo** está longe de ser “uma questão dos negros e das negras” e de outros grupos discriminados. Ele é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos por pessoas negras, indígenas, ciganas, migrantes etc. Superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade, que exige da população branca a reflexão sobre seu papel na sustentação do racismo e atuação em prol do seu fim.

Os **profissionais de educação** são pessoas que trabalham na escola e nos órgãos de administração educacional. Na escola atuam os profissionais do magistério (professores/as, diretores/as, coordenadores/as pedagógicos/as...) e os funcionários ou agentes escolares (merendeiras, vigias, serventes, equipe da secretaria escolar etc.). Constata-se que, cada vez mais, a função de agente escolar tem sido repassada a empresas terceirizadas pelas redes públicas de ensino e por escolas particulares, o que tem contribuído para a maior precarização dessa categoria, constituída em sua maioria por mulheres negras.

Autoestima é o sentimento de amor-próprio, de valorização dos atributos pessoais e da cultura a que pertence, que é construído a partir das relações que estabelecemos com as outras pessoas na família, na escola e em outros espaços sociais.

Etnia refere-se a um grupo de pessoas que compartilham algumas heranças históricas e/ou características culturais ou linguísticas. Um grupo étnico pode ou não apresentar características físicas comuns.

Durante muito tempo, **raça** foi encarado apenas como um conceito biológico, defendido pelas teorias racistas no século XIX. Atualmente, ressignificado pelos movimentos negros, **raça** é assumido como um conceito social e político que permite compreender e denunciar as desigualdades entre seres humanos e as discriminações geradas contra determinadas pessoas ou grupos em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas ou da origem regional ou cultural.

O **capacitismo** é a discriminação contra pessoas com deficiências. O capacitismo tem múltiplos contornos, como a exclusão, falta de acessibilidade, infantilização ou expressões preconceituosas voltadas a pessoas com deficiência. O capacitismo parte da ideia desumanizante de que essas pessoas são inferiores, tratadas como anormais e incapazes; alguém que precisa de cura (a deficiência como doença); ou um exemplo de “superação”. Segundo o documento governamental *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), consideram-se estudantes com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em decorrência das diversas barreiras sociais podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

individualiza o fenômeno da discriminação, apagando sua dimensão social, contribuindo para silenciar sobre o racismo, a LGBTQIA+fobia, o sexismo, o **capacitismo** (discriminação contra pessoas com deficiências), o etarismo (discriminação por idade, geralmente afeta os mais jovens ou as pessoas mais velhas) e outras discriminações que atacam a dignidade de determinados grupos.

A seguir, apresentaremos um conjunto de indicadores que devem ser levados em conta para identificar e discutir como o racismo se manifesta nas relações entre pessoas em sua escola e quebrar o silêncio e conformismo que ainda marca a posição de grande parte dos educadores e educadoras diante dele. Para além das “agressões e humilhações” explícitas, o racismo manifesta-se de muitos outros jeitos na escola, nem sempre entendidos dessa forma pela equipe escolar, por quem o pratica, testemunha-o e por quem é vítima dele.

1. Intervenção imediata contra xingamentos, piadas e apelidos discriminatórios

O nosso jeito de falar é, muitas vezes, permeado por preconceitos de toda a ordem presentes na sociedade. Diariamente, xingamentos, piadas e determinados apelidos que humilham geram sofrimentos e constrangimentos em crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e de outros grupos discriminados. Muitas vezes, essa discriminação acontece de forma combinada – que chamamos de interseccional –, por exemplo, por ser negro e apresentar alguma deficiência; por ser uma pessoa negra, mulher, LGBTQIA+; por ser negra e ser uma pessoa mais velha... Quando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros estão envolvidos em situações de conflito, não são poucas as vezes em que a primeira coisa a ser chamada a atenção, de forma desqualificada, é a sua raça/cor. A ação rápida e consistente das educadoras e educadores – buscando levar os envolvidos a entender a discriminação que está em jogo – é uma estratégia importante para o enfrentamento do racismo e de outras discriminações existentes na escola. Outro aspecto para o qual se deve atentar é o acolhimento da pessoa que sofreu a discriminação com escuta ativa, carinho e apoio (mesmo que seja para compartilhar o silêncio); trata-se de atitude imprescindível para que a criança, adolescente, jovem ou adulto humilhado possa se reorganizar internamente, sentir que não está sozinho e compreender que a vítima não é a responsável por gerar a situação de racismo.

- 1) A escola reconhece quando acontecem situações que envolvem xingamentos, piadas e apelidos pejorativos contra pessoas negras?
- 2) Os apelidos pejorativos, piadas e xingamentos são entendidos pela escola como ofensa e humilhação e não como “brincadeira inofensiva”?
- 3) Diante de situações de xingamentos, piadas e de apelidos pejorativos, os educadores repreendem imediatamente os agressores, acolhem as pessoas discriminadas e utilizam a situação para refletir com os envolvidos as causas da situação e a responsabilidade de cada um no conflito, bem como as razões históricas desse fato?
- 4) Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de casos de racismo, entre outras discriminações, contra alunos, profissionais de educação e familiares?

2. Quebra de silêncio e mudança de olhares para desnaturalizar o racismo

O silêncio de profissionais de educação, estudantes e familiares diante de situações de racismo dá sustentação para que o problema continue. Mas é importante reconhecer que há vários tipos de silêncio: o silêncio de concordância (“é isso mesmo!”), o silêncio de **constrangimento**, o silêncio da omissão (“não tenho nada a ver com isso”), o silêncio de quem não sabe o que fazer com a situação. Há também os olhares dos educadores que não conseguem enxergar “pra valer” crianças, jovens e adultos negros (sua história, beleza, conhecimentos, participação etc.) e que reforçam **preconceitos** e **estigmas**.

- 1) A escola atua por meio da orientação da equipe pedagógica, da discussão coletiva e da formação para que os profissionais de educação desenvolvam seu **letramento racial crítico** e construam expectativas positivas com relação à aprendizagem e ao desempenho de todas as crianças?
- 2) Diante de situação de racismo, as crianças e os adolescentes são orientados a não ficarem calados e a procurarem a ajuda de adultos preparados para acolhê-los?
- 3) A escola possui estratégias de prevenção e de identificação de racismo, bem como de outras formas de discriminação, que ocorrem em diferentes espaços da escola: da sala de aula ao pátio?

Apelidos pejorativos são aqueles que humilham as pessoas diante das demais, que as fazem se sentir mal, inferiorizadas ou hostilizadas.

Constrangimento é a vergonha por algo que sofremos ou fizemos, ou que os outros fizeram na nossa frente.

Preconceitos são julgamentos negativos que fazemos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, sem ter base na realidade, antes mesmo de conhecê-las.

Estigmas são características negativas que atribuímos a pessoas ou grupos e que comprometem o seu pleno desenvolvimento humano.

Letramento racial crítico é um processo reflexivo e formativo voltado para a reeducação racial na perspectiva de desconstruir formas de pensar e agir que sustentam o racismo e que são naturalizadas na sociedade. Uma das pesquisadoras que abordam este conceito é Aparecida de Jesus Ferreira¹.

1 FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul-out. 2014. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf>.

4) Diante de situações de racismo, os familiares dos(as) envolvidos(as) são chamados pela escola para conversarem e pensarem juntos sobre ações, a fim de superar o problema?

5) Diante do silenciamento sobre a história do povo negro no Brasil, as educadoras e educadores são estimulados a pesquisar, a se formar e a trocar informações sobre como abordar o assunto nas várias disciplinas escolares?

3. Distribuição de afeto e atenção, e fortalecimento de relações de amizade

Estudos² apontam que, muitas vezes, estudantes negros recebem menos atenção, estímulo e carinho de profissionais de educação do que crianças brancas. Além disso, muitas vezes, as crianças negras não contam com o mesmo acolhimento por parte dos demais estudantes, não sendo valorizadas na formação de grupos de trabalho e chegando a sofrer até mesmo isolamento. É importante considerar que a afetividade é uma dimensão fundamental dos processos de ensino e aprendizagem e da formação de uma autoestima positiva, e que o racismo é uma barreira de acesso a ela.

1) As crianças negras têm oportunidade de conhecer e ouvir por parte das professoras e professores falas positivas sobre sua estética (beleza), a história, os conhecimentos e a vida de pessoas negras no Brasil e no mundo?

2) Todas as crianças negras recebem carinho, elogios e atenção das professoras e professores e agentes escolares, tanto quanto as demais crianças?

3) Há preocupação do professorado em escutar e compreender a situação de vida, os diferentes jeitos de participar e as diferentes formas de se comunicar e de aprender de todas as crianças?

4) A escola desenvolve atividades que estimulem maior interação e relações de amizade e solidariedade entre seus estudantes para além dos grupinhos de amigos?

4. Reconhecimento do corpo e da estética (beleza) negra

Apesar de mais de 50% dos estudantes brasileiros serem negros (pretos e pardos, segundo critérios do IBGE), grande parte das escolas do país ainda valoriza predominantemente um referencial branco e europeu como único modelo de beleza, de cultura e de conhecimento. Isso

² Entre eles, destacamos: CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

está expresso muitas vezes nos cartazes pregados nas paredes das escolas, nas imagens e atividades trabalhadas dentro da sala de aula, nas festas, nos trabalhos de colagem e de desenho, nas produções audiovisuais. Um outro ponto a ser destacado é que o modelo predominante de educação em nossas escolas divide corpo e mente, elegendo a mente como o espaço da “razão e da inteligência” e fazendo do corpo dos estudantes algo somente a ser “domesticado” e “controlado”, inclusive com o uso abusivo de medicamentos. É bom lembrar que um dos valores civilizatórios que os povos africanos trouxeram para o Brasil foi o de afirmar que nosso corpo é o “templo da vida”, espaço de aprendizagem que sente, pensa, elabora, e que a inteligência se constrói mobilizando vários sentidos (tato, visão, olfato, audição, intuição, movimento etc.). Compreender as pessoas “por inteiro”, sem a divisão corpo e mente, é um grande desafio da educação brasileira.

1) Na sua escola, os(as) estudantes têm acesso a imagens de pessoas negras além daquelas do período de escravização?

2) A escola promove o contato dos(as) estudantes com imagens de pessoas negras com diferentes estéticas e em diferentes lugares sociais?

3) Os agentes escolares e professores(as) valorizam o cabelo crespo, os penteados e as características físicas e culturais dos(as) estudantes negros?

4) As educadoras e educadores promovem ações pedagógicas destinadas a estimular um olhar crítico de suas alunas, alunas e alunos com relação à supervalorização de um modelo de beleza (branco, louro, de olhos claros etc.) na sociedade?

5) A escola promove ações pedagógicas que levem à reflexão sobre o significado de produções culturais, tais como capoeira, danças e outros movimentos corporais e intelectuais criados por negros e negras como parte da luta histórica de resistência contra o racismo?

6) A escola garante condições para que os(as) estudantes vivenciem experiências de aprendizagem que mobilizem atividades corporais diversas como danças, jogos, culinária, música, brincadeiras (das infantis às voltadas para jovens e adultos) etc.?

5. Abordagem da indisciplina, sem exclusão

A indisciplina deve ser tratada pela escola como uma questão complexa, relacionada a diferentes fatores vinculados ao mundo da escola, da família e da sociedade. Também é importante considerar que o que é indisciplina e desrespeito em um lugar pode não ser entendido assim em outro. Um bom exemplo disso é a proibição do uso de bonés e de

Em linhas gerais, **identidade** é aquilo que caracteriza uma pessoa ou um grupo como alguém ou algo singular, em decorrência de sua experiência de vida, do passado histórico e dos vínculos culturais. Assim, a identidade de uma pessoa pode identificá-la a um grupo, a uma comunidade da qual se sinta parte, bem como lhe permite ser reconhecida por outros como pertencente a um determinado grupo. Stuart Hall³ chama atenção para o fato de que cada pessoa assume diferentes identidades, conforme o contexto e os grupos a que está vinculada. Toda identidade pessoal ou coletiva é construída na relação com outras pessoas e grupos e não se constitui em algo fixo, transformando-se ao longo do tempo. Nesta publicação, abordamos a necessidade de a escola reconhecer e valorizar as identidades dos grupos discriminados pela sociedade (negros, indígenas, LGBTQIA+, mulheres, migrantes, ciganos etc.) em suas diversidades e atuar pela superação das desigualdades, ampliando as possibilidades para que as pessoas vivam de forma positiva e de diferentes maneiras suas várias diferenças. No entanto, tal reconhecimento e valorização de identidades coletivas não são válidos para aqueles grupos que pregam o preconceito, o desrespeito, a intolerância e a violência contra as outras pessoas, ferindo os marcos normativos dos Direitos Humanos.

A **medicalização** de estudantes nas escolas brasileiras é um fenômeno crescente e extremamente preocupante, que consiste em tratar predominantemente a indisciplina, as dificuldades de aprendizagem e a inadequação à escola como questões médicas e biologizantes, acarretando a proliferação de laudos e o uso abusivo de remédios, em especial de psicofármacos. A perspectiva da medicalização nas escolas descontextualiza os problemas e nega sua dimensão social, responsabilizando as crianças, adolescentes e jovens por não se adequarem ao modelo de escolarização. Nesse sentido, a prescrição equivocada de medicamentos tem sido utilizada, muitas vezes, para silenciar rebeldias e resistências e docilizar corpos que sofrem com o racismo e com outras discriminações na escola.

toucas por muitas escolas do país, norma que carece de sentido, desconsidera o universo e as culturas juvenis e é motivo de conflito entre estudantes e educadores. Outro exemplo é a criação de códigos de vestimentas, que estabelecem regras rígidas, binárias e equivocadas (coisas de menino X coisas de menina) para o que pode ser usado por estudantes nas escolas.

É importante considerar que, muitas vezes, a quebra e o desrespeito a determinadas normas e regras de convivência escolares podem ser: um ato de resistência (reação) a um modelo de escola autoritário, desinteressante ou que não valoriza diferentes histórias, **identidades**, belezas e saberes; um pedido de socorro ou de atenção; uma reação a discriminações, a toda uma condição desigual de vida, à falta de perspectivas positivas, às condições de atendimento escolar (salas cheias, baixa qualidade do ensino, falta de profissionais etc.); um quadro de sofrimento psíquico em decorrência, entre outras causas, de situações de discriminação, de violação de direitos e de fragilidade das condições familiares. O desafio é ir além de colocar a “culpa” nos estudantes e em suas famílias, ou de responsabilizar um professor ou professora por solucionar o problema de forma solitária ou de **medicalizar** os estudantes considerados indisciplinados e inadequados. É necessário buscar caminhos que permitam contextualizar as situações, construir coletivamente respostas pedagógicas e, conforme o caso, mapear situações de risco, encaminhar para serviços de saúde mental e mediação de conflitos escolares, além de fortalecer a articulação da escola com outras instituições da rede de proteção de crianças e jovens, prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre elas serviços locais de assistência social, psicologia, saúde, conselhos tutelares etc.

1) A escola possui um número máximo de estudantes por sala de aula compatível com as referências nacionais?⁴

3 HALL, Stuart. “Quem precisa de Identidade?”. In: *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em http://conflitosociais.files.wordpress.com/2011/02/stuart_hall.pdf.

4 A Resolução n. 8/2010 do Conselho Nacional de Educação estabelece os seguintes referenciais de número máximo de crianças/estudantes por turma: 13 para creche, 22 para pré-escola, 24 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 30 para as séries finais do Ensino Fundamental e 30 para o Ensino Médio. Há municípios e estados que possuem normas próprias, definindo o número máximo de alunos por turma.

2) A escola possui um número de professores suficiente para as turmas, não enfrentando problemas recorrentes de falta ou de mudanças de professores e de professoras?

3) A escola sabe quem são as crianças e adolescentes envolvidos em situações recorrentes de indisciplina e conhece as histórias de vida desses estudantes?

4) As normas da escola e as situações de indisciplina são refletidas pedagogicamente em espaços de trabalho coletivo dos educadores, para além de colocar a “culpa” em estudantes ou famílias?

5) Existe diálogo com os familiares de estudantes envolvidos em situações de indisciplina?

6) As educadoras e educadores que enfrentam situações recorrentes de indisciplina contam com o apoio pedagógico da direção e da equipe pedagógica, não ficando sozinhos diante do problema?

7) A escola integra a rede de proteção da criança e do adolescente da região, formada pelo conselho tutelar, entidades de apoio, unidade básica de saúde local, assistência social etc.?

6. Construção positiva do pertencimento racial

São vários os obstáculos impostos pelo racismo para o reconhecimento e a valorização do pertencimento racial negro por parte de estudantes, familiares e profissionais de educação. Afirmar “eu sou negro”, “eu sou negra”, em uma sociedade racista, não é nada fácil. Mesmo assim, cada vez mais muitas brasileiras, brasileiros e brasileiros, descendentes de africanos, vêm se declarando pretos e pardos nos censos populacionais. Segundo o IBGE, foi em 2009 que o número de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, ou seja, negras, superou o de pessoas brancas no total da população do país. Informações divulgadas pelo IBGE em julho de 2022 revelam que 56,1% da população brasileira são pessoas autodeclaradas negras, e 43% de pessoas brancas.

É sempre importante ressaltar que a construção de uma autoestima positiva não é resultado somente de empenho individual, mas fruto da relação com outras pessoas e de como a sociedade trata os diferentes grupos humanos. A escola tem um papel fundamental ao valorizar os grupos historicamente discriminados para o conjunto da comunidade escolar e criar condições para que todas as pessoas reconheçam seu pertencimento racial e o dos outros como experiência positiva. Assim como para problematizar a **branquitude**, a identidade branca, na perspectiva antirracista.

Branquitude é a identidade branca, compreendida como um sistema de valores, crenças e comportamentos que valoriza o ser branco como “o modelo universal de humanidade”, o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de “cegueira social”, fazendo com que grande parte das pessoas brancas não se reconheça como integrante de um grupo racial, não reconheça as hierarquias raciais, os privilégios acessados por brancos na sociedade e o sofrimento das pessoas que enfrentam o racismo. Tais valores contribuem para o desenvolvimento de um certo sentimento de superioridade, muitas vezes não assumido, por parte de pessoas brancas com relação a outros grupos raciais. Um dos principais desafios da educação das relações raciais é reeducar pessoas brancas na perspectiva de uma branquitude antirracista, desconstruindo práticas racistas. Cida Bento, Lia Vainer Schucman, Edith Piza, Lourenço Cardoso são alguns dos pesquisadores que estudam a branquitude.

Pertencimento racial é o sentimento de se reconhecer e se sentir pertencendo a um grupo que compartilha histórias, culturas e experiências (inclusive de discriminação racial) em função de apresentar características físicas comuns (cor da pele, cabelo etc.).

O **quesito cor/raça** foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2005. Dessa forma, todos os estudantes brasileiros acima de 16 anos passaram a autodeclarar sua cor/raça segundo categorias utilizadas pelo IBGE para caracterizar a população brasileira (preto, pardo, branco, amarelo e indígena). Para estudantes com menos de 16 anos, a classificação nas escolas é de responsabilidade das famílias. O quesito cor/raça veio contribuir para tornar mais visíveis as desigualdades raciais na educação do país e, dessa forma, subsidiar ações e políticas de governo para o enfrentamento do problema. Ele também vem sendo implementado em outras políticas públicas, como as da saúde.

Sexismo é um conjunto de crenças, valores e práticas que defende a superioridade dos homens em relação às mulheres, com a imposição, por meio da educação, de: modelos de masculinidades e feminilidades considerados adequados em um mundo machista e da cis-heterossexualidade como norma que nega a humanidade da população LGBTQIA+. Segundo Formiga, Golveia e Santos (2002), o sexismo se manifesta como sexismo hostil (agressivo, competitivo e violento) e sexismo “benévolo” (aparentemente menos prejudicial, mas extremamente perverso: é paternalista, negando a capacidade das mulheres, considerando-as frágeis ou inadequadas).

1) Nas atividades escolares (com desenhos, músicas, brincadeiras, textos etc.), a cor preta é valorizada tanto quanto as outras cores, não sendo citada como sinônimo de sujeira, maldade e outras coisas ruins?

2) A escola coíbe (não aceita) brincadeiras, histórias, músicas infantis e outras que desvalorizam a população negra, bem como qualquer outro segmento da população brasileira?

3) Na escola, quando se afirma que uma pessoa é negra, a afirmação é feita de forma positiva e digna?

4) As alunas, alunes e alunos da escola têm oportunidade de construir uma imagem positiva do povo negro na história brasileira, superando a visão de passividade difundida pela história oficial e mostrando as muitas formas de resistência ao longo dos séculos?

5) Em sua escola, discute-se com estudantes, profissionais de educação e familiares o significado do **pertencimento racial** no Brasil, inclusive, a branquitude, a identidade racial das pessoas brancas?

6) Os agentes escolares que trabalham na secretaria da escola passaram por alguma formação ou discussão coletiva sobre o significado e a importância do preenchimento do **quesito cor/raça** na matrícula dos estudantes junto com as famílias para o monitoramento das desigualdades raciais?

7. Valorização das meninas e mulheres negras

Entre a população brasileira, as meninas e mulheres negras enfrentam muitas barreiras sociais para alcançar melhores condições de vida, conforme mostram estatísticas oficiais. Nas últimas décadas, apesar do grande investimento feito por elas na educação, as oportunidades de trabalho e de renda não acompanharam esse avanço. Ainda hoje permanecem profundas desigualdades entre as mulheres negras e as brancas e entre mulheres negras e homens brancos, decorrentes da associação do racismo com o **sexismo**. Desigualdades, discriminações e violências que se acirram ainda mais no caso das garotas e mulheres negras trans e das travestis negras. Além disso, consideram-se também como agravantes desse cenário desfavorável vivenciado pelas mulheres e meninas negras a desqualificação cotidiana de sua estética e be-

leza, a **erotização precoce** (que tenta transformá-las em objetos sexuais), a falta de divulgação de imagens e de referências positivas pela sociedade, a baixa expectativa por parte de determinados profissionais de educação, além de dificuldades enfrentadas, grande parte delas no cotidiano familiar. A abordagem pedagógica nas escolas sobre masculinidades é ponto fundamental para a promoção da igualdade de gênero e raça na sociedade.

1) Em sala de aula, as professoras e os professores estimulam, valorizam e dão atenção às meninas e adolescentes negras tanto quanto às demais meninas e adolescentes?

2) Em sala de aula e no todo da escola, há imagens e ações que valorizem a estética/beleza, a opinião e o trabalho das meninas e mulheres negras?

3) Na escola, em caso de discriminação por meio de apelidos pejorativos, piadas e xingamentos ou de assédio/abuso sexual contra meninas e mulheres – de diferentes pertencimentos raciais, **orientações sexuais e identidades de gênero**, sejam estudantes, profissionais de educação e familiares –, elas têm a quem recorrer a fim de que haja uma intervenção concreta e rápida na situação?

4) A escola desenvolve atividades pedagógicas com crianças, adolescentes e jovens que abordem as masculinidades, ou seja, os muitos e diferentes jeitos de ser homem na sociedade?

5) Estimulam-se todas as meninas a se aventurarem no mundo da matemática e das ciências, superando-se a visão de muitos educadores de que essas são “áreas de homens”?

6) São apresentadas na escola mulheres negras exercendo diferentes profissões e com diferentes atuações na sociedade?

Erotização precoce consiste em tratar as crianças como objetos sexuais a partir da perspectiva da sexualidade adulta. Muitas vezes, a erotização precoce de crianças é utilizada pelos meios de comunicação como forma de estimular a venda e o consumo de determinados produtos pela população. É fundamental que a escola tenha uma visão crítica sobre a erotização precoce das crianças sem, no entanto, confundir-la com o necessário reconhecimento da sexualidade infantil. A sexualidade é uma dimensão da vida humana presente desde os bebês e que se desenvolve de diferentes maneiras entre crianças e adolescentes. É necessário que a escola busque informações e orientações adequadas para garantir o direito à educação em sexualidade, adequada à faixa etária, inclusive como forma de prevenção do abuso sexual infantil.

Orientação sexual e identidade de gênero: a orientação sexual é por quem as pessoas se sentem atraídas sexual ou afetivamente, por quem o nosso desejo se manifesta: as pessoas são heterossexuais, quando sentem atração pelo gênero oposto; homossexuais, quando a atração é por pessoas do mesmo gênero; bissexuais, quando sentem desejo por homens ou mulheres; pansexuais, quando a atração se dá por pessoas independentemente da orientação sexual e da identidade de gênero; assexuais, quando estabelecem relações românticas com pouco ou nenhuma atração sexual, independentemente do gênero. Já a identidade de gênero se refere a como uma pessoa se vê, independentemente do sexo com o qual nasceu. É como ela se apresenta para o mundo: feminina, masculina ou não binária. Quando a identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer, a pessoa é cisgênera. Quando a identidade de gênero não corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer, a pessoa é transgênera. Para as pessoas que não se reconhecem como masculinas ou femininas, a identidade de gênero é chamada de não binária.

8. Democratização do acesso aos lugares de poder

É fundamental refletir criticamente sobre os lugares de poder ocupados por pessoas negras e brancas na sociedade. Onde estão as crianças, jovens e adultos negros em nossa escola e na sala de aula? Onde estão os profissionais negros na nossa escola?

A política de **ação afirmativa** é uma forma que alguns países encontraram para acelerar o enfrentamento das desigualdades existentes em suas sociedades e garantir mais condições de acesso a recursos, conhecimentos, oportunidades e poder aos grupos discriminados. Um dos mecanismos de ação afirmativa são as cotas, ou seja, a reserva de vagas. No Brasil, existem cotas para candidaturas de mulheres nas eleições, para pessoas com deficiências físicas no mercado de trabalho, para negros e negras, indígenas e estudantes de escolas públicas acessarem as universidades, para obtenção de crédito por agricultoras e agricultores familiares etc. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade das cotas com recorte de renda e raça. Aprovada em 2012, a Lei de Cotas (Lei 12.711) estabelece a reserva de vagas de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e determina que 50% das vagas estejam destinadas a estudantes provenientes de escolas públicas. Dentre essas vagas, 50% para alunos de famílias com renda per capita mensal inferior a 1,5 salários mínimos. E, dentro desse grupo, foi definida uma subcota para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI), proporcional à presença deles na população de cada estado. Em 2016, a Lei 12.711/2012 foi alterada incluindo a subcota para estudantes com deficiências. Em 2023, a Lei de Cotas foi alterada pela Lei n. 14.723/2023, que ampliou as cotas também para a pós graduação e inclui estudantes quilombolas. Quanto ao desempenho de estudantes cotistas nas universidades, pesquisas revelam que ele é – em média – igual ou superior ao dos estudantes não cotistas. Ver mais informações no site <www.stf.jus.br>.

Muitas vezes, em decorrência do racismo, considera-se natural o domínio de pessoas brancas e, em especial, de homens brancos em postos de poder. Atuar nessa realidade, buscando garantir condições efetivas para que pessoas negras e dos demais grupos discriminados socialmente acessem outros lugares de poder na escola e na sociedade, é um ponto fundamental de uma estratégia de educação e de transformação comprometida com a democratização efetiva.

- 1) Em sua escola, estudantes, profissionais de educação e familiares negros têm oportunidade de exercer liderança, representação de grupos (em conselhos escolares, comissões, grêmios, representação de turmas etc.) ou ocupar posições de evidência entre os colegas?**
- 2) Nas festas das escolas, as crianças, adolescentes e jovens negros são valorizados e participam tanto quanto as outras crianças?**
- 3) Existem professoras e professores negros em sua escola?**
- 4) Caso a escola conte com outros profissionais de educação negros, essas pessoas ocupam lugares de poder na instituição?**
- 5) Em brincadeiras e jogos coletivos e no trabalho em grupo, dentro e fora da sala de aula, as crianças negras são acolhidas, respeitadas e valorizadas pelos colegas?**
- 6) Em suas atividades pedagógicas, a escola aborda a vida de pessoas negras que foram e são fundamentais em seu cotidiano, na comunidade, na história e na sociedade em geral, para além das pessoas negras que se destacaram ou se destacam no futebol e na música?**
- 7) Se sua escola integra a rede particular de ensino, possui alguma política de **ação afirmativa** e de promoção da diversidade que estimule a contratação e a valorização de profissionais negros e o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes negros na instituição?**

O PAPEL PEDAGÓGICO DA ESCOLA NA PREVENÇÃO E NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (CNE, 2004) afirmam o papel pedagógico primordial da escola na reeducação das relações raciais em uma perspectiva antirracista, sobretudo quando nos referimos a situações entre crianças, adolescentes e jovens menores de 18 anos. Nesse sentido, o enfrentamento de situações de racismo no cotidiano deve acarretar, em primeiro lugar, o acolhimento das vítimas como sujeitos de direitos e o posicionamento firme das instituições contra essas situações, resultando na ampliação e no aprofundamento de ações educativas na escola sobre o que é o racismo, seus efeitos nas pessoas e como enfrentá-lo, implicando agressores e suas famílias no desenvolvimento desse trabalho.

Os círculos de justiça restaurativa têm sido utilizados como possibilidade de abordagem de casos de racismo e de outras discriminações em escolas, visando a transformação de atitudes e o reestabelecimento da convivência cotidiana, com base em uma crítica ao punitivismo como único modelo de justiça. Em casos de reincidências de casos de racismo por parte dos estudantes, o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA, 1990) prevê outras medidas socioeducativas como advertências, prestação de serviços à comunidade, ações de reparação, entre outras.

A escola deve prevenir e atuar contra qualquer forma autoritária e violenta de humilhação, cancelamento, isolamento social e ataques a estudantes que cometem racismo: esse não é o caminho para a reeducação das relações raciais na perspectiva antirracista! Em caso de racismo envolvendo adultos, outras medidas legais podem ser tomadas, considerando que o racismo é crime previsto na Constituição Federal (1988) e nas Leis n. 7.716/1989 e n. 14.532/2023, com o encaminhamento dos envolvidos a delegacias especializadas em crimes raciais e a outras instâncias. Sobre Justiça Restaurativa: <https://www.cdhep.org.br/conteudos>.

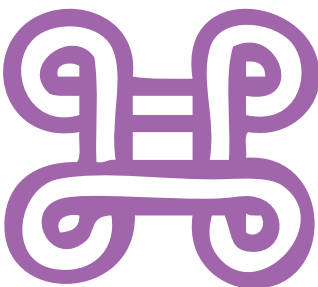
9. Superação do racismo religioso e a garantia de uma educação laica

Racismo religioso é um conjunto de práticas violentas que expressam a discriminação e o ódio pelas religiões de matriz africana e seus adeptos, assim como pelos territórios sagrados, tradições e culturas afro-brasileiras. Ele é uma realidade em muitas escolas brasileiras exercido contra estudantes, familiares e profissionais de educação adeptos de religiões de matriz africana, como o candomblé, a umbanda, entre outras. Historicamente, no Brasil, as religiões de matriz africana foram e ainda são desrespeitadas, desqualificadas e fortemente reprimidas. Essas religiões têm sido, ao longo dos séculos, espaços de resistência

Ancestralidade nas culturas africanas constitui um conceito bastante complexo e profundo que – de forma simplificada – significa o vínculo de todos nós com o ciclo da vida, com todas aquelas pessoas que nos antecederam e com os valores fundamentais que elas deixaram para nós.

A **intolerância religiosa** se caracteriza pela não aceitação de outras religiões diferentes daquela que a pessoa professa. A pessoa intolerante, além de não respeitar, muitas vezes apresenta atitudes de discriminação e até de perseguição contra pessoas que não professam religiões (ateus e agnósticos) e contra outras religiões, em especial, no Brasil, contra religiões de matriz africana, caracterizando o racismo religioso.

Os **direitos sexuais e reprodutivos** são direitos previstos nas normas internacionais e nacionais de direitos humanos. Os direitos sexuais são direitos que garantem que toda e qualquer pessoa possa viver sua vida sexual com prazer e livre de violência, coerção e discriminação com acesso a todo tipo de informação, educação e serviços de saúde sexual. Os direitos reprodutivos se referem ao direito de decidir livre e responsabilmente sobre ter ou não ter filhos, em que momento da vida e quantos filhos ter; de tomar decisões informadas sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência; de participar com iguais responsabilidades na criação dos filhos; de acessar serviços de saúde pública e tratamentos para a infertilidade; e de adotar filhos.



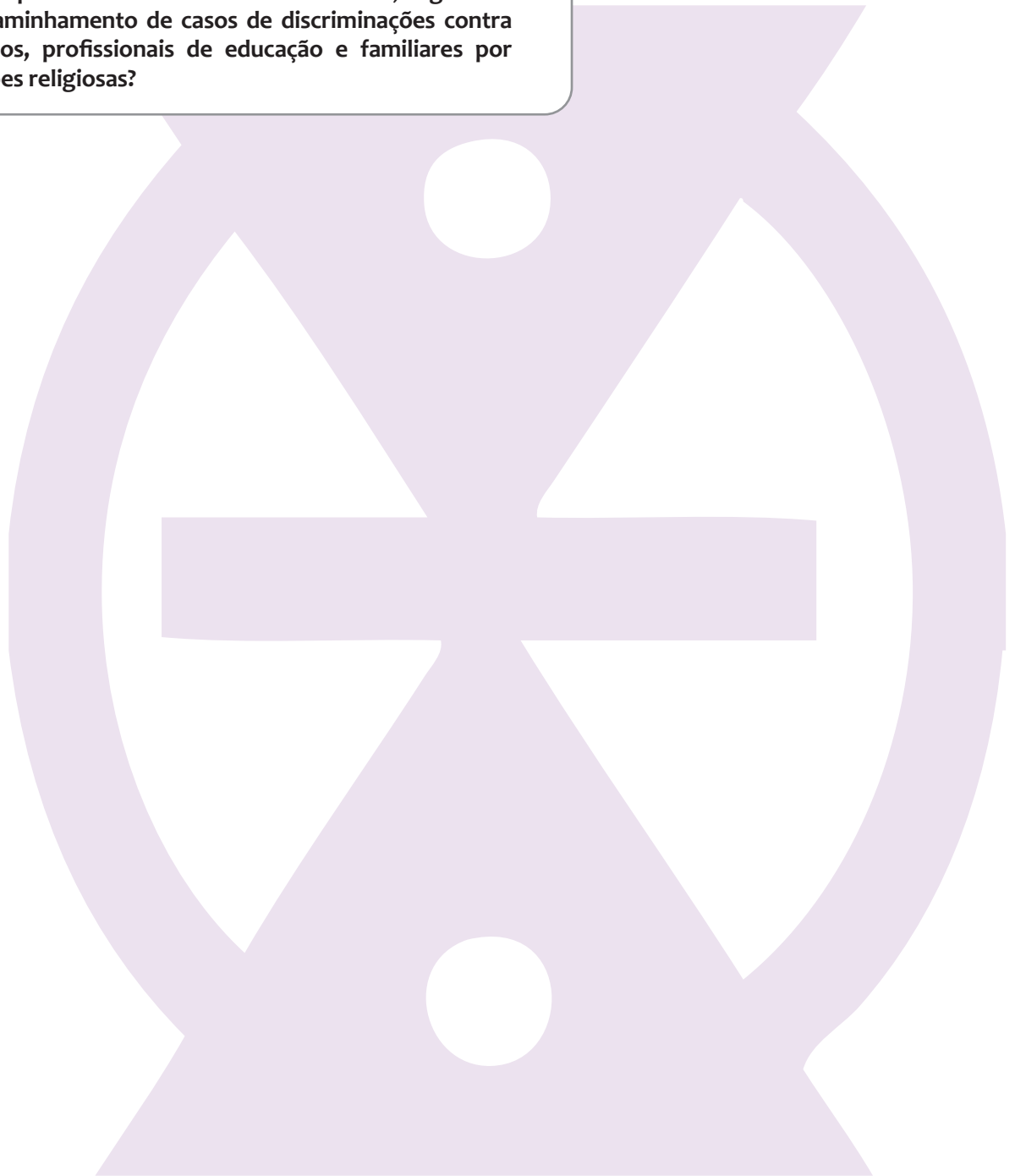
ADINKRA MPATAPO.
PACIFICAÇÃO E RECONCILIAÇÃO.

da cultura e da história do povo negro no país. São religiões ancoradas na valorização da **ancestralidade**, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida. São religiões iniciáticas, que não fazem proselitismo religioso em busca de mais adeptos. Por outro lado, infelizmente, familiares e profissionais de educação **intolerantes**, que usam o seu fazer profissional para promover determinadas crenças e conseguir mais adeptos para suas religiões, têm utilizado o espaço da escola para propagar preconceitos e discriminações contra religiões de matriz africana. Este quadro leva, muitas vezes, estudantes vinculados às religiões de matriz africana a negarem seu credo, a sofrerem profundamente com a discriminação e a violência cotidianas, a terem o desempenho escolar e a construção de sua autoestima prejudicada e, até mesmo, a abandonarem a escola. É importante lembrar que, segundo a legislação brasileira, a escola pública brasileira é laica, ou seja, não é vinculada a nenhuma religião, devendo garantir o direito humano à liberdade religiosa de toda a população, ou seja, o direito de professar, mas também o direito de não professar uma religião.

- 1) A escola reconhece que existem diferentes religiões em sua comunidade escolar e que há pessoas que não professam nenhuma religião?
- 2) Na escola, estudantes, profissionais de educação e familiares vinculados a religiões de matriz africana (umbanda, candomblé etc.) são respeitados, mesmo quando utilizam adereços religiosos (colares, turbantes etc.)?
- 3) Na escola pública, é proibida – como parte das atividades escolares – a realização de orações e rituais de determinadas religiões?
- 4) Em sua escola, utilizam-se sem restrições atividades e materiais pedagógicos, como livros, músicas e materiais audiovisuais, que abordam a mitologia, a cultura e a história afro-brasileira, como base para a implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639, de 2003?
- 5) Em sua escola, independentemente das crenças religiosas presentes na comunidade escolar, é garantido aos estudantes o direito à educação sobre **direitos sexuais e reprodutivos** como parte do currículo escolar?

6) Em caso de discriminação religiosa em sala de aula, no pátio e em outros espaços da escola, os profissionais de educação intervêm na situação para dar limite e refletir coletivamente com a turma as causas do problema?

7) Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de casos de discriminações contra alunos, profissionais de educação e familiares por razões religiosas?



2



DIMENSÃO 2

Currículos e proposta político-pedagógica

Os currículos e as propostas político-pedagógicas das escolas são chaves na construção de uma educação antirracista, democrática e que valorize efetivamente a diversidade na sociedade. De modo geral, o currículo define os temas, os conteúdos e as questões abordadas pela escola. A proposta político-pedagógica trata de como o currículo será trabalhado para gerar conhecimentos e aprendizagens importantes, que façam sentido na vida das pessoas.

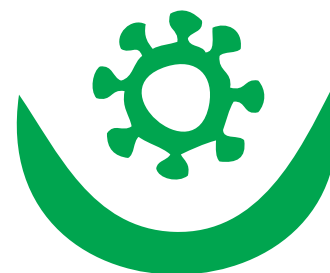
Há uma crítica de que a ideia de currículo, presente na maioria das escolas, é conteudística, centrada em uma visão eurocêntrica do mundo. O resultado é que grande parte das culturas humanas é pouco reconhecida ou tratada como algo exótico, estranho, fora do “normal” e que as questões, desafios e potências que emergem do cotidiano são desconsideradas. A proposta político-pedagógica, por sua vez, não raras vezes é elaborada sem considerar a complexidade presente no território, contribuindo para inferiorizar e inviabilizar setores da comunidade escolar. Do ponto de vista de uma educação antirracista, é necessário superar a ideia currículo e de proposta pedagógica que não dialoga com a realidade da sociedade em que vivemos.

Tal concepção de currículo e de proposta pedagógica que nega a diversidade tem consequências danosas para a comunidade escolar, em especial para quem traz nos corpos e nos modos de ser os traços de suas diferenças vividas como desigualdades e discriminações, como pessoas com deficiência, indígenas, migrantes, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, e, em especial, pessoas negras.

Para mudar esse jogo perverso, é fundamental um currículo “cheio de vida” e uma proposta pedagógica que nasça do diálogo com a comunidade, permitindo aprendizagens a partir de perspectivas plurais e diversas, de modo a promover valores, atitudes e posturas de respeito mútuo.

O desafio da educação antirracista é pensar currículo e proposta político-pedagógica em sentido amplo, compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem se dá todos os dias, na prática, materializando a garantia ao direito à memória, à história, às culturas e histórias silenciadas, e o acesso a conhecimentos significativos para todos os grupos sociais.

Daí a importância de compreender que o enfrentamento do racismo, do sexismo, da LGBTQIA+fobia, do capacitismo e de outras tantas discriminações não se dá em um passe de mágica. Trata-se de um processo que exige planejamento, persistência, pesquisa e trabalho coletivo,



ADINKRA OSRAM NE NSOROMMA.
HARMONIA.



ADINKRA ODO NNYEW FIE KWAN.
PODER DO AMOR.

e envolve recontar mais de quinhentos anos de história. Para isso, é preciso compreender as resistências e os processos de luta por direitos protagonizados por tantos movimentos sociais, entre eles, os movimentos negros.

1. Conhecimento de leis e documentos oficiais sobre educação e relações raciais

Sabemos que muitas leis e propostas inovadoras levam um bom tempo para se tornarem conhecidas na sociedade e nas escolas. Muitas vezes, as equipes pedagógicas e as comunidades escolares já ouviram falar alguma coisa de “determinada lei ou norma”, mas desconhecem seus conteúdos e o porquê de terem sido criadas. Diante da tarefa de efetivar a reeducação das relações raciais, um dos primeiros passos é conhecer a fundo os conteúdos das leis que orientam os sistemas de ensino, em especial, a LDB alterada pela Lei n. 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e seu Parecer, além do Plano Nacional de Implementação da Lei n. 10.639/2003, entre outros. É necessário também conhecer e refletir coletivamente sobre qual o histórico dessas leis e documentos e quais são suas implicações para a vida escolar, para construir uma ação mais efetiva no cotidiano.

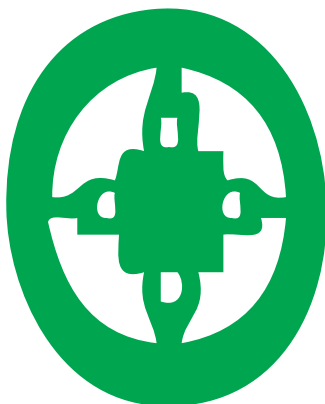
- 1) Na escola, todo o professorado, bem como a direção e coordenação pedagógica, sabem da existência da LDB, alterada pela Lei n. 10.639/2003, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?
- 2) Na escola, todo o professorado, bem como a direção e coordenação pedagógica, já analisaram detalhadamente e discutiram esses documentos?
- 3) Na escola, os demais profissionais da educação – merendeiras, secretários/as, agentes escolares – conhecem e já puderam discutir sobre a existência e o conteúdo desses documentos?
- 4) Na escola, os estudantes, bem como seus familiares, conhecem e já puderam discutir sobre a existência e o conteúdo desses documentos?
- 5) A escola mantém a prática de rever e rediscutir coletivamente a Proposta Política Pedagógica e seu regimento interno, buscando analisar avanços e desafios no que se refere à implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003?

2. Organização do projeto político-pedagógico (PPP)

Um projeto político-pedagógico comprometido com uma educação antirracista e não discriminatória está sempre em movimento, envolvendo questionamentos, mudanças e novas propostas que nascem conforme a realidade da escola e da sociedade. Ao retratar a realidade da escola, passa a ser uma construção assumida coletivamente, mobilizando opiniões e conhecimentos de todos os profissionais da educação ao lado de estudantes e familiares. Vai muito além do que diz o papel e não se reduz ao trabalho de uma semana ou um mês, mas é processo permanente, no qual todas as pessoas são estimuladas a aprender sobre a reeducação das relações étnico-raciais no dia a dia.

O **regimento interno** da escola é um documento que estabelece a organização, as responsabilidades de cada segmento (direção, coordenação pedagógica, professores, outros profissionais de educação, familiares e estudantes), as relações entre eles, o processo de tomada de decisão e as formas de funcionamento para que a escola consiga seguir o currículo e cumprir o seu projeto político-pedagógico. Toda escola deve ter um regimento interno, elaborado pelo Conselho Escolar, em diálogo com a comunidade.

- 1) Quando discute o projeto político-pedagógico (PPP), a escola se dedica a traçar um perfil da comunidade escolar e incentiva que as pessoas contem suas histórias, tragam suas memórias e vivências, garantindo um lugar de respeito, acolhimento e valorização das experiências?
- 2) Quando discute o projeto político-pedagógico, a escola busca formas de garantir a participação de toda a comunidade escolar no diálogo, inclusive de ativistas, coletivos e organizações não governamentais ligadas aos movimentos negros?
- 3) O projeto político-pedagógico explicita, por escrito, o compromisso com a educação antirracista na escola?
- 4) No **regimento interno** da escola, há procedimentos voltados para o enfrentamento de situações de racismo (silenciosas e explícitas) visando a reeducação das relações raciais?
- 5) A escola promove ao longo do ano encontros de formação para que os segmentos da comunidade escolar compreendam os diferentes desafios e possibilidades para a promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória, tomando-a como uma tarefa coletiva?
- 6) A escola busca sustentar as propostas aprovadas coletivamente e, para isso, organiza estratégias para que elas “peguem raízes”, tais como a constituição de um grupo que acompanhe o processo de disseminação de práticas antirracistas?
- 7) A escola defende a educação democrática e crítica à ação de grupos autoritários, que estimulam a censura e a perseguição de escolas e de profissionais de educação que abordam questões vinculadas ao enfrentamento de desigualdades, do racismo, do sexismo, da LGBTQIA+fobia, do capacitismo e de outras discriminações e violências?



ADINKRA DAME-DAME.
INTELIGÊNCIA.

3. Garantia de espaço para planejamento coletivo

A partir da promulgação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a LDB, aumentou o número de iniciativas voltadas à promoção de uma educação antirracista nas escolas. Embora isso seja uma realidade, sabe-se também que, lamentavelmente, muitas dessas iniciativas acontecem de forma isolada ou esporádica, assumidas por uma professora ou professor ou por um pequeno grupo de educadores, estudantes e/ou familiares. Para que o quadro seja alterado e tais projetos sejam permanentes e ganhem raízes no cotidiano e no projeto político-pedagógico da escola, são necessários planejamento coletivo, troca de ideias e acompanhamento das ações. Trata-se de um trabalho permanente, que mobilize toda a comunidade escolar, como prevê a Resolução CNE/CP n. 1/2004: “a construção de estratégias educacionais que visem o combate ao racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial”.

- 1) A escola organiza reuniões e estratégias para que todos os outros profissionais da educação – incluindo as equipes da secretaria escolar, portaria, merendeiras e outros agentes escolares – possam participar das reuniões de planejamento?
- 2) As reuniões de planejamento têm espaços para que cursos e palestras das quais determinados professores participam possam ser compartilhados com os demais, garantindo o registro e a discussão de possíveis desdobramentos na escola?
- 3) A coordenação pedagógica e o professorado organizam e participam de reuniões que contribuam para a construção, reflexão e acompanhamento de planos de aula que implementem a LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 em sala de aula?
- 4) Nos momentos de planejamento, a coordenação pedagógica e o professorado discutem orientações coletivas para enfrentar o racismo e as discriminações dentro e fora da sala de aula?
- 5) A direção da escola e a coordenação pedagógica garantem as condições necessárias para a realização de projetos, como organização especial de horários de aula, visitas didáticas, recursos humanos e financeiros e infraestrutura adequada?
- 6) Quando a escola não oferece as condições necessárias para a realização de projetos e formações voltadas para a educação antirracista, a direção escolar, o conselho escolar e a comunidade escolar demandam tais condições às secretarias de educação e/ou outros órgãos competentes?

4. Inserção e abordagem de conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira

Um dos aspectos fundamentais para a implementação da Lei n. 10.639/03 diz respeito à necessidade de lançar novas perspectivas e possibilidades sobre muitos dos conteúdos já trabalhados na escola. Para isso, é necessário que na construção da proposta político-pedagógica seja estimulada a capacidade de pesquisa das educadoras e educadores e garantido espaço para a discussão coletiva e a elaboração de projetos nos quais a história e a cultura africana e afro-brasileiras sejam abordadas de modo inovador, crítico e positivo, tanto por cada disciplina como de forma interdisciplinar. Na maioria das escolas do país, ainda predomina uma visão da escravidão, que reforça a ideia de passividade da população negra e que não aborda as muitas e diferentes formas de resistência criadas e recriadas pelo povo negro ao longo da história brasileira – uma visão que ainda não explicita o papel ativo do povo negro na construção do país ou, quando muito, se restringe a falar da culinária e de algumas “manifestações culturais”.

1) As disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes estão organizadas para tratar os conteúdos voltados para história e cultura africanas e afro-brasileiras de forma crítica, valorizando diferenças, conhecimentos, resistências?

2) O professorado usa em sala de aula materiais adequados (mapas, jogos, filmes, livros etc.), estimulando novas perspectivas sobre a cultura africana e afro-brasileira, e revelando, inclusive, os conhecimentos africanos e afro-brasileiros com relação à matemática e às ciências, por exemplo, o que vem sendo discutido pela **etnomatemática**?

3) Na escola, articulado ao projeto político-pedagógico, há um esforço para a construção de um campo interdisciplinar que possa colocar em diálogo diversas áreas do conhecimento com foco na reeducação das Relações Étnico-raciais?

A **etnomatemática** surge em meados de 1970 como fruto das críticas feitas ao ensino tradicional da matemática nas escolas, que entendia haver apenas um jeito de se pensar a matemática. A etnomatemática estuda as várias formas de conhecimento matemático construídas por diferentes povos, culturas e grupos de determinada população. Na etnomatemática, o continente africano ocupa um lugar de destaque, por ser a origem de vários conhecimentos matemáticos assumidos pela cultura ocidental. A etnomatemática estuda, por exemplo, os conhecimentos matemáticos dos povos africanos, dos povos indígenas, das famílias camponesas, de pedreiros, feirantes, meninos de rua, artesãos, pais e mães de santo, além de muitos outros povos e grupos humanos. Mais informações no site www.etnomatematica.org.

5. A sala de aula como espaço estratégico para uma educação antirracista

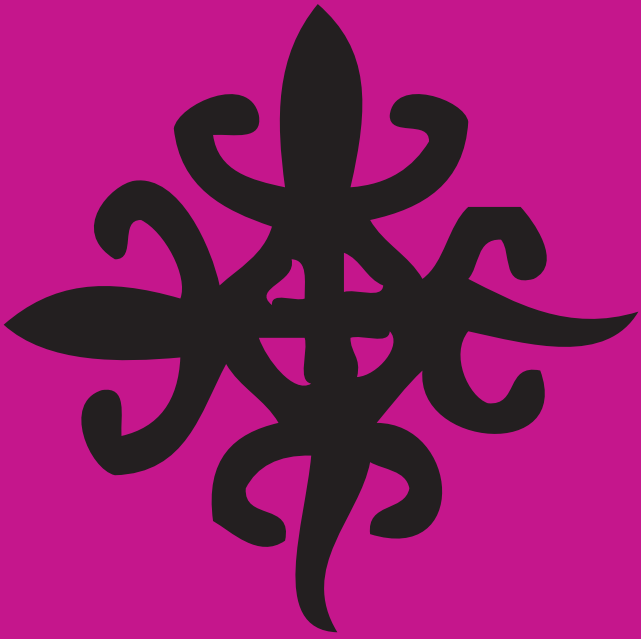
Diversidade é uma palavra-conceito que sempre esteve presente nas pautas dos movimentos sociais, significa reconhecer as multiplicidades, as muitas diferenças presentes nos grupos e sujeitos na sociedade, seja em um coletivo, grupo, comunidade ou população no geral. Atualmente, além de instituições públicas, outros setores da sociedade passaram a valorizar a diversidade como forma não somente de reparação às discriminações e às desigualdades impostas a essas populações, mas como fator de fortalecimento democrático e de construção de soluções mais criativas e efetivas diante dos desafios da sociedade. Nos últimos anos, observa-se o desenvolvimento de políticas e estratégias de valorização de mulheres, de pessoas negras, LGBTQIA+, com deficiência, por exemplo, em grandes organizações do mundo com base na diversidade. Porém, muitas vezes essa ideia é mobilizada somente no discurso de forma esvaziada, sem consequências práticas no enfrentamento da desigualdade, ou é manipulada em determinados contextos para não se reconhecer a existência do racismo nas instituições.

Assumir o compromisso de sustentar uma educação antirracista requer que a escola aprenda a dialogar com a **diversidade** presente dentro e fora da sala de aula, reconhecendo cada pessoa como alguém que tem história, necessidades e desejos. A atuação em sala de aula passa a exigir um trabalho bem mais complexo e instigante, ao levar em conta os diferentes modos de ser das pessoas, o que implica desenvolver ações que ofereçam possibilidades de trocas e de valorização e estreitamento da convivência, da participação coletiva, de debates e questionamentos

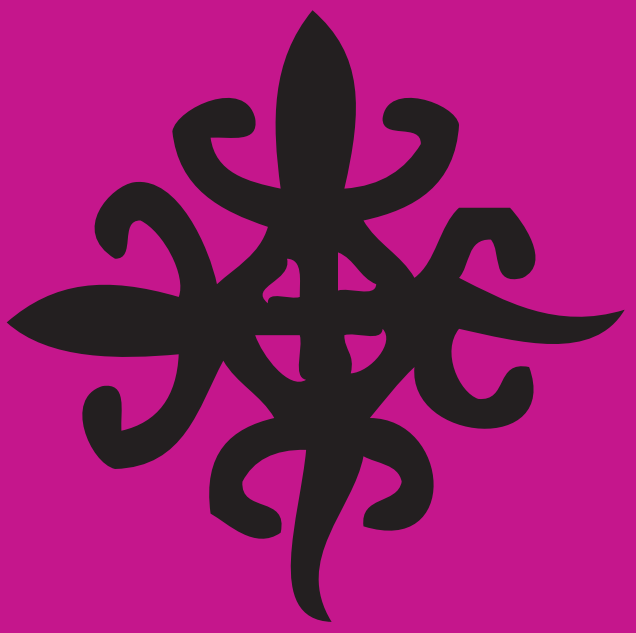
Considerando o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é necessário repensar as relações étnico-raciais; os procedimentos de ensino; as condições para aprendizagem; os objetivos da educação oferecida pelas escolas. As aulas precisam dialogar com as necessidades e interesses dos educandos, sem excluir parte deles, como tem sistematicamente acontecido com grande parte dos estudantes negros.

- 1) O professorado considera as experiências, acúmulos, interesses e reações dos estudantes para planejar as aulas?
- 2) Na sala de aula, os estudantes são organizados em semicírculo ou/e em grupos de forma que possam interagir e conviver melhor durante as atividades?
- 3) Nas salas de aula, e na escola como um todo, estão visíveis cartazes, faixas, painéis e murais que visem afirmar a diversidade étnico-racial de nosso país?
- 4) Há aulas ou outras atividades que contam com atividades externas e palestrantes convidados para tratar da temática sobre relações raciais?
- 5) Todas as disciplinas estão comprometidas na divulgação de eventos e datas de celebração de lutas por direitos, e revelam a existência de cientistas africanos e afro-brasileiros, bem como de outras personalidades negras importantes para a sociedade e para a comunidade do território na qual a escola está inserida, sejam elas mulheres negras cis e trans, homens negros cis e trans e pessoas não binárias ?





3



DIMENSÃO 3

Recursos didáticos e paradidáticos

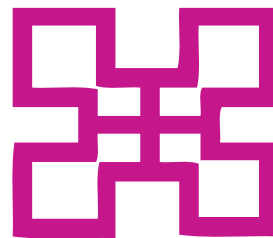
Os recursos didático-pedagógicos movimentados em atividades educativas como livros, jogos, brinquedos, filmes, podcasts e músicas, bem como as **práticas pedagógicas** que envolvem brincadeiras, ludicidade e histórias orais, ocupam lugar central nas estratégias para a construção de uma educação antirracista no cotidiano da escola. O universo da arte e da cultura traz à tona os modos e as maneiras de nos relacionarmos com a vida, alimenta a criatividade e a imaginação, promove valores e a capacidade de nos colocar no lugar de outras pessoas, mostra com nitidez os sentimentos, alegrias, medos, conflitos e as tensões experimentadas em sociedade, entre eles, aqueles decorrentes do racismo.

Vale destacar que os materiais e recursos que estão na escola não são neutros e fazem circular visões de mundo. Por isso, é fundamental aguçar a perspectiva crítica para o conjunto de materiais, em especial os livros, mesmo os de autoras e autores já consagrados e famosos, e discutir aspectos importantes nem sempre observados: quem concebeu, o contexto no qual foi escrito, a maneira como as populações negra, indígena e branca são retratadas e outras questões. A reflexão sobre tais recursos e materiais, quando desenvolvida na escola, favorece tanto questionar o racismo e as relações desiguais de poder em nossa sociedade, como estimular ações em favor das mudanças de mentalidade, em busca de uma realidade mais justa.

Nas últimas décadas apesar dos retrocessos promovidos pelo governo Bolsonaro (2019-2022), tem crescido o número de materiais didático-pedagógicos e paradidáticos capazes de apoiar estratégias para uma educação antirracista, em grande parte, impulsionados por políticas públicas que se empenharam em excluir materiais racistas, sexistas, LGBTQIA+fóbicos, capacitistas, combatendo o preconceito e as discriminações e, sobretudo, tornando visíveis as reivindicações históricas da população negra e valorizando as diferenças.

É importante considerar também que não basta a existência de jogos, livros e brinquedos e outros materiais na escola, é fundamental desenvolver ações concretas que possibilitem o acesso e uso efetivo deles por parte da comunidade escolar. Por exemplo, no caso dos livros, é necessário verificar como o currículo e a proposta político-pedagógica movimentam os acervos das bibliotecas e das salas de leitura e ampliam a divulgação desses materiais, arrancando-os dos armários, estantes e gavetas.

Práticas pedagógicas são as formas como as educadoras e os educadores organizam e desenvolvem as atividades destinadas a promover a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos.



ADINKRA NSAA. QUALIDADE, EXCELÊNCIA,
GENUINIDADE, AUTENTICIDADE.

1. Existência de recursos didático-pedagógicos na escola

Conhecer os materiais (livros, jogos, brinquedos, filmes e músicas) existentes na própria instituição – o que há no acervo com relação às questões raciais e a outras diferenças – é um primeiro passo importante a ser dado pela equipe pedagógica para identificar o potencial e os limites para fins educativos.

Estereótipo é uma ideia, uma opinião, uma imagem que temos de pessoas, situações ou coisas antes mesmo de conhecê-las e de nos relacionarmos com elas. Geralmente, os estereótipos fixam a ideia de que existem padrões de comportamento (menino é assim, menina é desse jeito, pessoa negra faz isso etc.) e estão na base de muitos preconceitos, limitando nossa capacidade de se relacionar com as pessoas em suas diferenças. Os estereótipos de gênero atribuem comportamentos, características e falas generalizantes, impondo padrões sobre ser homem e mulher, desconsiderando outros possíveis jeitos, identidades e atribuindo papéis na sociedade, como, por exemplo, a de que o cuidado com crianças é uma responsabilidade “natural” das mulheres ou de que homens são mais capazes de exercer a liderança.

1) Na escola, existem recursos didático-pedagógicos que tratem positivamente a questão racial, nos quais personagens negros e brancos encontram-se em situações de igualdade e protagonismo?

2) Na escola, existem livros, brinquedos e jogos e outros materiais audiovisuais que tragam referências positivas e atualizadas sobre a cultura africana e afro-brasileira?

3) Na escola, estimulam-se brincadeiras e há o uso de livros, jogos e materiais audiovisuais que questionam os estereótipos de gênero do que “é ser menino” e o que “é ser menina”?

4) A escola busca junto à comunidade de seu bairro, região ou cidade materiais, histórias e depoimentos de pessoas que possam fazer parte do trabalho pedagógico sobre relações raciais?

5) Na escola, circulam materiais de mídia impressa ou digital que informam sobre ações dos movimentos negros e de outros comprometidos com a questão racial?

2. Usos dos recursos didático-pedagógicos na comunidade escolar

Há escolas que contam com um variado acervo de materiais referentes a relações raciais – entre outras questões –, mas que pouco circulam ou são usados por estudantes, ou mesmo por professoras e professores. Fazer com que a escola se aproprie efetivamente de seus materiais é uma decisão que deve mobilizar diversas e criativas estratégias de estímulo ao uso em projetos, pesquisas, eventos etc., por parte de professores, estudantes e por outros integrantes da comunidade escolar. Em diálogo com o currículo e com a PPP deve estar na abordagem das diversas disciplinas e áreas de conhe-



ADINKRA HENE DUA.
CARISMA GRANDEZA E
LIDERANÇA

cimento e em projetos interdisciplinares, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

1) Na escola, há materiais com foco nas histórias e culturas africanas e afro-brasileiras que são utilizados pelo professorado?

2) Na escola, os materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras são utilizados em todas as disciplinas de humanas (Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes etc.)?

3) Na escola, os materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras são utilizados nas disciplinas de exatas e biológicas?

4) Os estudantes têm acesso a bibliotecas, salas de leitura ou participam de atividades pedagógicas que permitam que livros e outros materiais (brinquedos, jogos, audiovisuais) sejam levados para a casa?

5) Na escola, há registro de projetos (disciplinares ou interdisciplinares) e de outros trabalhos pedagógicos que já utilizaram ou utilizam os materiais existentes na escola?

6) Na escola, todos os livros – mesmo os de autoras e autores consagrados na literatura – são abordados de maneira contextualizada e crítica com relação a conteúdos racistas e de outras discriminações sociais?

3. Organização e circulação dos recursos na escola

Para que os materiais sejam apropriados pela comunidade escolar, é fundamental organizá-los e dispô-los de forma a torná-los acessíveis e atraentes para todas as pessoas de todas as idades, considerando as pessoas com deficiências. É importante desenvolver ações que possibilitem aos materiais “saírem” de caixas, gavetas e estantes, e circularem por salas de aula, pátios e até pelas residências, sempre associando tais ações à criação de procedimentos voltados ao estímulo de uso com cuidado e corresponsabilidade pela preservação dos materiais como bens coletivos da escola.



ADINKRA NYANSAPOW.
SABEDORIA, INTELIGENCIA,
PACIÊNCIA.

1) Na escola, os materiais de leitura, jogos e audiovisuais estão acessíveis a pessoas de todas as idades e com deficiências, e também aos que estudam em diferentes turnos (manhã, tarde e noite), incluindo a educação de jovens e adultos?

2) A escola conta com projetos de estímulo à leitura?

3) Na escola, há espaço e equipamentos adequados para uso dos recursos audiovisuais?

4) Há pessoas preparadas para facilitar/mediar o acesso e o uso do acervo de materiais?

5) A escola cria e aproveita todas as oportunidades para expor os materiais, tais como datas comemorativas, eventos e festas?

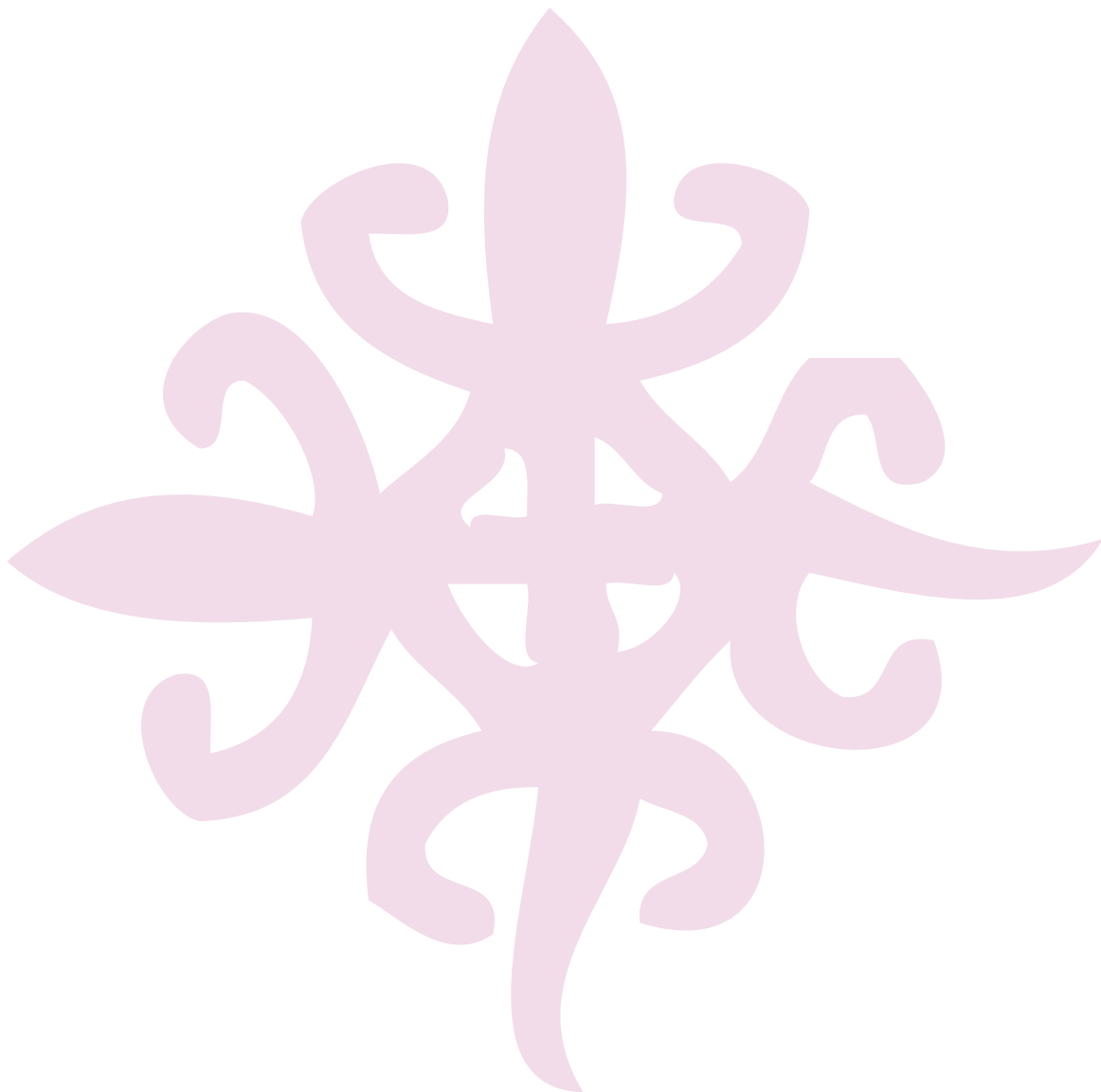
4. Manutenção e ampliação do acervo

Todos os acervos de materiais exigem cuidados permanentes para sua manutenção, entre eles os referentes à limpeza e ao armazenamento em condições adequadas, conforme a natureza do material (se ele é feito de papel, plástico, pano etc.). É importante também considerar que todos os acervos se desgastam com o uso e se desatualizam, exigindo que sejam substituídos de tempos em tempos. Em muitas escolas públicas, com relação aos acervos de livros, eles são compostos por doações governamentais e pela compra direta efetuada pelas escolas. Para novas compras feitas pelas escolas, devem-se sempre realizar pesquisas sobre os novos materiais disponíveis no mercado e levantar e discutir coletivamente as necessidades apresentadas pelo planejamento pedagógico e pela comunidade escolar.

1) Na escola, há pesquisa para aquisição e compra de livros e materiais educativos que abordem questões relativas à educação das relações raciais?

2) Na escola, os materiais de leitura, jogos e audiovisuais são adquiridos em quantidade suficiente para circular pelas salas de aula e consideram as necessidades das pessoas com deficiências?

- 3) Na escola, a discussão sobre compras é feita coletivamente, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar?
- 4) Na escola, há procedimentos de conservação e reposição de materiais?
- 5) Na escola, é estimulado o cuidado de todos em prol da preservação de brinquedos, livros, jogos e outros materiais que tragam referências à população negra?
- 6) Na escola, todas as doações de materiais, de qualquer natureza, são analisadas para que não sejam veiculadas ideias, imagens e crenças preconceituosas?





4



DIMENSÃO 4

Acesso, permanência e sucesso na escola

As dificuldades para entrar na escola, permanecer e participar de processos significativos de aprendizagem constituem realidade para milhões de estudantes brasileiros e, em especial, para os negros. Pesquisas¹ revelam que são as crianças, adolescentes, jovens e adultos negros que mais figuram entre os estudantes que são excluídos diariamente da escola, realidade que se intensificou durante a pandemia, como revelam alguns dados apresentados a seguir:

1. De 2020 a 2022, entre os oito indicadores que compõem a pobreza multidimensional, três deles tiveram piora expressiva: alimentação, educação e renda. Em praticamente todos os anos analisados, há uma diferença de quase 25 pontos percentuais nos índices de privações para crianças e adolescentes negros(as) e indígenas, em comparação a de brancos(as) (UNICEF, 2023).

2. As crianças e adolescentes de 4 a 17 anos autodeclarados pretos, pardos e indígenas excluídos da escola somam 781.577, correspondendo a 71,3% do total de crianças e adolescentes fora da escola (UNICEF, 2021).

3. Entre as pessoas analfabetas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é de 3,4% para as brancas e de 7,4% para as negras. A desigualdade racial é ainda maior entre as pessoas analfabetas de 60 anos ou mais, sendo a taxa de 9,3% para as pessoas brancas e de 23,3% para as pessoas negras (IBGE, PNAD-Contínua, 2022)

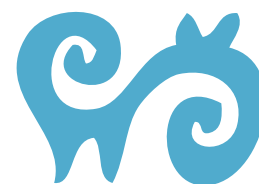
4. Sobre o ensino médio, enquanto 60,7% dos brancos com pelo menos 25 anos haviam finalizado essa etapa da educação básica, entre os pretos e pardos essa taxa foi de 47% (IBGE, PNAD-Contínua, 2022).

5. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, 29,2% da população branca estava estudando na educação superior, enquanto somente 15,3% da população negra se encontrava frequentando universidades (IBGE, PNAD-Contínua, 2022).

6. Das pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escolas, com nível de instrução inferior ao médio completo, 27,9% são pessoas brancas, enquanto 70,9% são pessoas negras (IBGE, PNAD-Contínua, 2022).

7. Quanto ao número médio de anos de estudo, há uma diferença de 1,7 ano entre pessoas brancas e pessoas negras (PNAD Contínua/IBGE 2022)

¹ Disponíveis em: <https://www.unicef.org/brazil/mdia/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>; <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Entre outras, “Educação Escolar em tempos de pandemia”, da Fundação Carlos Chagas (2021), disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia/>. Também a PNAD Contínua (2022), disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf.



ADINKRA AHODEN. ENERGIA.

8. Com relação à cor ou raça, 18,8% das pessoas brancas trabalhavam e estudavam, percentual maior do que entre as pessoas de cor preta ou parda (13,7%). O percentual de pessoas brancas apenas trabalhando (39,3%) e apenas estudando (26,2%) também foi superior ao de pessoas de cor preta ou parda. Por outro lado, o percentual de pessoas pretas ou pardas que não estudavam e que não estavam ocupadas foi consideravelmente superior ao de pessoas brancas, 22,8% contra 15,8% (PNAD Contínua/IBGE 2022).

Tal situação se deve a um conjunto de fatores e efeitos do racismo, entre eles, às formas explícitas e sutis de racismo que acontecem no cotidiano escolar (abordadas na Dimensão 1 desta publicação), aos diversos desafios da escola brasileira (turmas com número excessivo de alunos, condições precárias de trabalho dos profissionais de educação, pouca verba para a educação, falta de gestão democrática etc.) e às desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade, que tanto impactam as condições das famílias e das comunidades. Para esse quadro, contribui também a existência de um jeito de “fazer escola” ainda marcado pelo eurocentrismo, pelo racismo institucional, que tem pouca capacidade de escuta e acolhimento, apresentando conteúdos que muitas vezes não fazem sentido para os estudantes e com uma forma de avaliar que não favorece a aprendizagem.

Do ponto de vista de uma educação antirracista, é necessário buscar novas perspectivas e rever as concepções limitadas e excludentes. É fundamental que a avaliação seja desenvolvida a partir de uma visão que assuma que o sucesso escolar vai muito além do desempenho dos alunos em provas e testes, tendo a ver com o direito a uma trajetória escolar sem interrupções e com aprendizagens significativas; que escancare as janelas de conhecimentos, saberes, experiências e possibilidades, e esteja comprometida com uma visão integral do desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, o que importa não é apenas a nota da prova, mas o processo. Trata-se de um processo que permita aos estudantes se sentirem acolhidos, desafiados e valorizados em seus passos, e que fortaleça o vínculo com a escola. A busca maior de toda a comunidade escolar deve ser a de se organizar para que nenhuma criança, adolescente, jovem ou adulto seja excluído e que todas, todes e todos tenham garantido o direito humano a uma educação de qualidade.

1. Pensando estudantes por inteiro

Cada criança, adolescente, jovem e adulto tem um nome e sobrenome², tem uma história, desejos, medos e angústias; tem sonhos, talentos e muitas potencialidades. É alguém que está

² O direito dos estudantes trans ao uso de seu nome social nas escolas, ou seja, o nome com o qual querem ser reconhecidos, foi regulamentado por meio da Portaria n. 33 do Ministério da Educação, publicada em 18 de janeiro de 2018, que instituiu a possibilidade de uso do nome social nas instituições de educação básica de todo o país, ampliada pela Resolução n. 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, intersexos, Assexuais e outras (CNLGBTQIA+). Mesmo antes da portaria do MEC, 24 unidades federativas e inúmeros municípios já adotavam alguma forma de regulamentação da adoção do nome social. A questão do nome social encontra-se pacificada para estudantes maiores de 18 anos ou menores de idade que possuam a concordância dos responsáveis, bastando comunicar a utilização do nome social à secretaria da escola. Para estudantes menores de idade que não tenham a concordância da família, é possível exigir esse direito com apoio de entidades da sociedade civil junto ao Estado e tendo como base a nota técnica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de 2013, que fundamenta esse direito com a justificativa de que a recusa dos pais em autorizar o uso do nome social infringe o princípio máximo do melhor interesse da criança e do adolescente, dificultando a permanência na escola.

inserido em uma família e comunidade, contando ou não com apoios diversos, enfrentando ou não uma série de dificuldades, sejam elas emocionais, econômicas, de saúde, vinculadas ao racismo ou a outras formas de discriminações etc. Por uma série de razões, muitas vezes se mantém um muro “tão alto” entre a escola e seus alunos, que os estudantes passam a ser quase somente “mais um”. Conhecer a realidade vivida pelas alunas, alunas e alunos, escutar seus desejos e ideias, não temer a crítica, aproximar-se do mundo deles, exige que a escola como um todo – apesar de todas as dificuldades da educação brasileira – busque se organizar para tal, mantendo viva a comunicação com os estudantes e respectivas famílias.



1) A escola tem informações sobre as condições de vida e a situação familiar de suas alunas, alunas e alunos, considerando também o quesito cor/raça?

2) A escola já mobilizou a **rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes** para situações familiares que exijam cuidado e apoio de outras instâncias e serviços públicos (saúde, assistência social, conselhos tutelares etc.)?

3) A escola mantém alguma forma de registro (como fichas, portfólios, cadernos etc.) que contenha informações organizadas sobre a trajetória escolar dos estudantes, sua saúde e suas dificuldades, bem como potencialidades, ao longo dos anos e em diferentes disciplinas?

4) A escola conhece os sonhos e as críticas de seus estudantes com relação ao universo escolar?

5) A escola garante o direito ao nome social de estudantes trans e o direito ao uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero de cada alune?

6) A escola desenvolve escuta ativa de estudantes com deficiências e de suas famílias sobre como enfrentar o capacitismo e as barreiras para a plena acessibilidade, visando a inclusão efetiva na instituição?

As **redes de garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes** estão previstas no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A rede busca articular a atuação de todas as políticas públicas (saúde, educação, cultura, esporte, lazer, habitação e trabalho), serviços, instituições, entidades e grupos de sociedade civil comprometidos com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tais redes devem ser acionadas não somente para o encaminhamento de casos de violência contra crianças e adolescentes, mas com relação a outros problemas que contribuem para a exclusão social e educacional. Sua formação deve envolver conselhos escolares, conselhos tutelares, conselhos de direitos, promotorias, Defensorias Públicas, Varas de Justiça Especializadas, postos de saúde, centros de referência, serviços de assistência social, organizações e grupos da sociedade civil etc. No Brasil, ainda é um desafio tornar as redes uma realidade na maior parte das comunidades do país. Como anda a construção da rede em sua localidade?

2. Acompanhamento das faltas dos alunos e enfrentamento da evasão

São várias as razões que levam à evasão escolar: um ensino que não desperta o interesse; a necessidade de trabalhar; situações de racismo, LGBTQIA+fobia, capacitismo ou outras discriminações que se repetem;

um conflito com um professor; o sentimento de “não ser capaz” de aprender; um problema na família; questões de saúde; casos de violência na escola, em casa ou na comunidade; falta de transporte escolar; condições precárias de moradia; gravidez na adolescência etc. Se buscarmos saber o porquê da evasão, veremos que, muitas vezes, o problema começa com algumas faltas isoladas e ganha rapidamente dimensão. É fundamental que a escola possua procedimentos regulares de acompanhamento de presença, controle de faltas e estratégias que permitam acompanhar, apoiar e trazer as alunas, alunas e alunos de volta aos espaços escolares, a partir da reflexão crítica sobre as causas das faltas e da evasão escolar, visando o enfrentamento do problema.

A **Busca Ativa Escolar** é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/>.

Conselho tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurídico, com compromisso social de zelo para garantia dos direitos da criança e do adolescente, composto por cinco membros eleitos pela comunidade para um mandato de 4 anos. É uma conquista da luta por direitos das crianças e adolescentes, porém, muitas vezes tem sido ocupado por grupos autoritários para atacar os direitos das crianças, adolescentes e de suas famílias, em especial, famílias negras, pobres e LGBTQTs.

1) A equipe pedagógica controla periodicamente o número de faltas dos alunos?

2) A equipe pedagógica acompanha o desempenho e número de faltas dos estudantes que estão faltando e as razões das ausências, levando em conta o recorte cor/raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e presença de deficiências?

3) A comunidade escolar discute as causas das faltas e as estratégias para enfrentá-las, entre elas, a problemática do racismo?

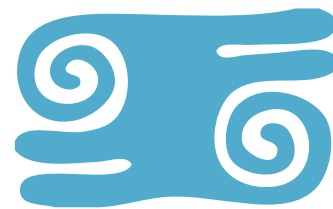
4) A escola possui estratégias de busca ativa para que crianças, adolescentes, jovens e adultos que saíram da escola possam retomar os estudos?

5) Conforme previsto na legislação, a escola comunica o conselho tutelar sobre a situação de estudantes com faltas recorrentes, depois de esgotadas as ações escolares de retomada do vínculo com os alunos?

3. Realização de avaliação diagnóstica e monitoramento da aprendizagem do aluno

A avaliação diagnóstica permite que o professorado acompanhe o desenvolvimento da aprendizagem do estudante ao longo do tempo, por meio de diferentes instrumentos de avaliação, garantindo uma abordagem mais individualizada e sensível de cada estudante. Sabemos que as condições enfrentadas pela maioria das escolas públicas dificultam muitas vezes que na sala de aula docen-

tes garantam uma abordagem mais individualizada em diferentes turmas e escolas. Apesar das dificuldades que devem ser assumidas como um desafio das políticas públicas educacionais e do conjunto da sociedade, a comunidade escolar (profissionais de educação, estudantes, famílias etc.) precisa discutir a situação e buscar caminhos possíveis que melhorem as condições para que seja desenvolvida a avaliação diagnóstica, sobretudo, de estudantes que enfrentam mais dificuldades na escola.



ADINKRA KWATAKYE ATIKO.
BRAVURA E DESTEMOR.

- 1) A escola discute criticamente os resultados gerais das avaliações com a comunidade escolar (sem expor publicamente casos individuais), buscando aprimorar estratégias de promoção da aprendizagem?
- 2) Os professores discutem em horários de trabalho coletivo a situação de cada estudante, visando identificar avanços e potencialidades, detectar problemas e construir soluções?
- 3) A equipe pedagógica participa de formação continuada para aprimorar suas práticas de ensino e estratégias de avaliação diagnóstica e processual, indo além da aplicação de provas?
- 4) Nas discussões da equipe pedagógica são levadas em conta questões como as condições de vida dos estudantes, o contexto familiar e comunitário e o impacto do racismo e de outras discriminações sociais no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos?
- 5) A escola discute criticamente o sentido, o processo, os resultados e os efeitos na escola das avaliações de larga escala com testes padronizados, realizadas pelo INEP e por Secretarias de Educação, e seus possíveis usos?

5. Atenção e valorização das potencialidades dos alunos

Com base em uma avaliação diagnóstica, que acontece ao longo do tempo, é fundamental identificar as potencialidades para além das dificuldades de cada aluno e atuar para garantir melhorias na aprendizagem. Ou seja, não basta constatar o problema, é necessário agir! São várias as estratégias que podem ser usadas, conforme a dificuldade, o desafio e o perfil de cada aluno, como grupos de reforço, grupos de troca de saberes, leituras coletivas, projetos especiais, investimento na expressão artística etc.

É importante também tomar cuidado para não **estigmatizar** o estudante com dificuldade, ou seja, é necessário destacar os avanços, mostrar confiança em seu desenvolvimento e afirmar para ele e a turma de colegas que todos têm dificuldades e potencialidades, e que os problemas existem para serem superados.

Estigmatizar é marcar, tachar, classificar alguém de forma negativa

- 1) Para além das dificuldades, a escola consegue identificar avanços e potencialidades de estudantes negros, brancos e de outras identificações raciais e étnicas e compartilhar com a comunidade escolar essas conquistas?
- 2) A escola valoriza a identidade racial, étnica, regional, social dos estudantes e do território onde vivem?
- 3) A escola oferece oportunidades especiais para estudantes que têm dificuldade de aprendizagem (como grupos de acompanhamento, grupo de troca de saberes, projetos que investem em expressões artísticas, tutorias e outros)?
- 4) Caso atividades como estas sejam oferecidas, elas conseguem fazer com que estudantes negros, brancos e de outros pertencimentos raciais ou étnicos avancem em seu nível de aprendizagem?
- 5) A comunidade escolar sabe quais são as disciplinas em que há mais reprovação e que, por isso, exigem atenção especial da direção e do professorado?
- 6) Além da avaliação escrita, há outras modalidades, considerando as necessidades especiais de estudantes?

Demanda por direito à educação são informações sobre as pessoas de uma comunidade que gostariam de voltar a estudar e/ou aquelas que poderiam ser estimuladas a voltar para os estudos.

Prevista como direito na Constituição Federal de 1988, a **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** é a modalidade de ensino destinada a garantir os direitos educativos da população com 15 anos ou mais que não teve acesso ou interrompeu estudos antes de concluir a Educação Básica.

6. Atenção às necessidades educativas da comunidade

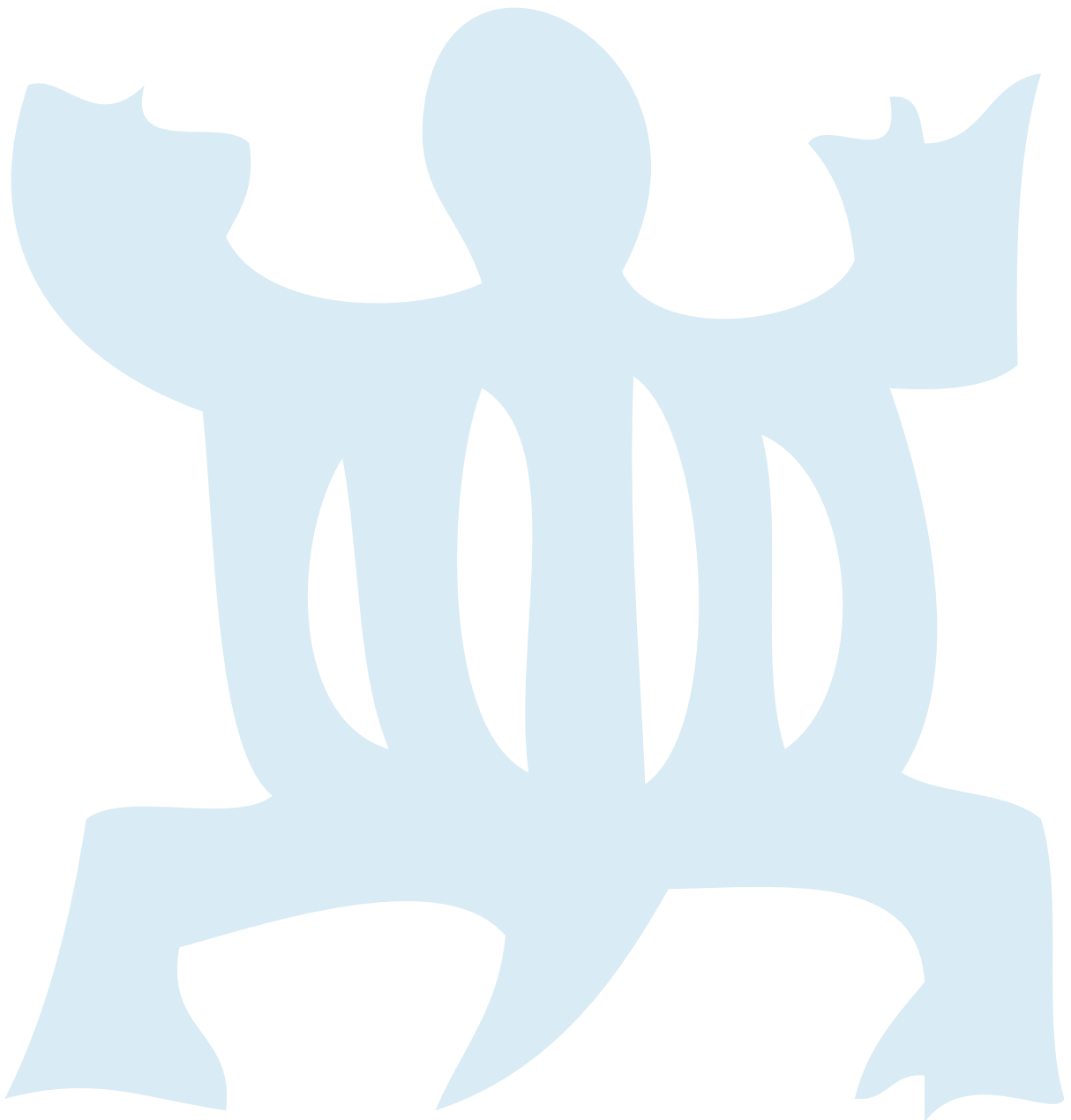
Muitas vezes há na comunidade onde a escola está localizada um conjunto de pessoas que não têm acesso ao direito à educação. Além das pessoas que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas por motivos diversos, há aquelas que nunca passaram pela escola. A realização de um diagnóstico comunitário, com o envolvimento dos alunos, pode se constituir em experiência pedagógica muito rica, fortalecer os laços com a comunidade e organizar a **demanda por direito à educação** da comunidade a ser discutida na escola e apresentada às secretarias e conselhos de educação do município.

- 1) Todas as crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória (4 a 17 anos) da comunidade estão na escola?
- 2) A escola registra a demanda por creches, escolas e universidades por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos?
- 3) A escola conhece a demanda por direito à **educação de jovens e adultos** existente entre familiares, agentes escolares e na comunidade do entorno?

4) A escola conhece a demanda por direito à educação por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiências da comunidade?

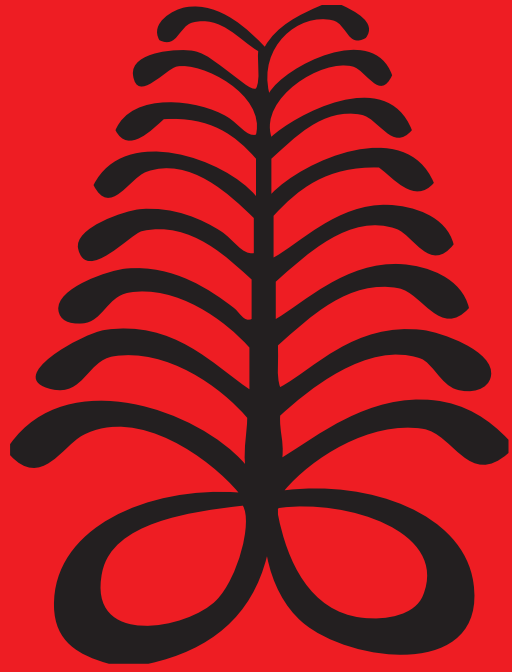
5) A escola discute todas essas informações sobre demanda por direito à educação com a comunidade escolar, levando em conta o recorte cor/raça?

6) A escola apresenta formalmente à Secretaria de Educação as informações referentes à demanda por direito à educação existente na comunidade do entorno, explicitando o recorte cor/raça?





5



Os profissionais de educação têm papel fundamental em uma educação transformadora das relações raciais, que possibilite condições de maior igualdade entre brancos, negros, indígenas e outros grupos discriminados em nosso país.

Quando falamos de profissionais de educação, referimo-nos ao professorado, às direções e coordenações pedagógicas, às merendeiras, vigias e pessoal de limpeza, à equipe da secretaria escolar, entre outras pessoas que atuam no cotidiano escolar e exercem função educadora. Não podemos esquecer que cerca de 90% dos profissionais da educação básica brasileira são mulheres que ainda enfrentam em seu dia a dia a dupla e a tripla jornadas de trabalho: no mundo profissional, no doméstico e no cuidado da família. E que muitos profissionais de educação – em especial, merendeiras, vigias e pessoal da limpeza – vivem a crescente precarização de seu trabalho nas escolas por causa dos processos de **terceirização**.

A construção de um trabalho transformador por parte das profissionais de educação em creches e escolas passa por reconhecer e refletir criticamente a própria condição racial, inclusive a **branquitude**, as nossas concepções sobre relações raciais e como elas estão presentes em nossa trajetória de vida, orientando ou dificultando as percepções do problema no cotidiano. Significa também compreender como essas perspectivas estão presentes no trabalho realizado por educadores em creches e escolas.

É importante considerar que moramos no país do chamado “mito da democracia racial”, que defende que todos nós vivemos em “harmonia e que não há racismo no Brasil”. Esse imaginário nacional, construído historicamente, é uma armadilha e uma barreira a serem enfrentadas para que consigamos, de fato, identificar com nitidez o racismo em nossas escolas.

Apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta, a escola brasileira é espaço de bastante resistência, inovação e criatividade. Muitos profissionais, sozinhos ou com outros colegas, criam alternativas cotidianas para promover a diversidade e lidar com as desigualdades presentes no ambiente escolar. Muita coisa pode e tem sido feita para transformar a escola em uma perspectiva antirracista.

A **terceirização** acontece quando uma instituição pública ou privada contrata uma empresa para usar a mão de obra dela, visando a redução de custos com direitos trabalhistas. Os processos de terceirização nas instituições de educação básica e da educação superior ganharam força na década de 1990 com a demissão de agentes escolares e a contratação de empresas prestadoras de serviços de limpeza, alimentação escolar, entre outras. A terceirização tem gerado precarização das condições de trabalho e de vida e o silenciamento de trabalhadores, em decorrência dos frágeis vínculos trabalhistas e da ameaça constante de desligamento. A maior parte dos trabalhadores que atua em empresas terceirizadas de limpeza e alimentação escolar são mulheres negras e periféricas.

A **branquitude** é compreendida como um sistema de valores e comportamentos que toma o ser branco como “o modelo universal de humanidade”, o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de “cegueira social”, fazendo com que grande parte das pessoas brancas não consiga se identificar com a dor das pessoas que enfrentam discriminação étnico-racial. Tais valores contribuem para a manutenção de privilégios e também para o desenvolvimento de um certo sentimento de superioridade, muitas vezes não assumido, por parte de várias pessoas brancas com relação a outros grupos raciais. A branquitude faz com que muitos entendam como “natural” a desigualdade entre pessoas de diferentes pertencimentos raciais. Cida Bento, Lia Schucman, Lourenço Cardoso, Edith Piza e Liv Sovik são alguns dos pesquisadores que estudam a branquitude no Brasil.

1. Consciência da própria identidade racial

O **letramento racial crítico** é um processo reflexivo e formativo voltado para a reeducação racial na perspectiva de desconstruir formas de pensar e agir que sustentam o racismo e que são naturalizadas na sociedade. Uma das pesquisadoras que abordam este conceito é Aparecida de Jesus Ferreira¹.

Muitas profissionais de educação nunca tiveram oportunidade de refletir sobre seu pertencimento racial, sobre o lugar das pessoas negras e da cultura afro-brasileira em suas vidas e sobre como o racismo está presente na trajetória pessoal e profissional. Criar espaços individuais e de trabalho coletivo para essa reflexão é um importante passo para maior consciência das questões em jogo, como já realizado por algumas escolas. É fundamental destacar que esse é um desafio não somente dos profissionais negros, mas também dos brancos, já que o racismo é fruto de relações desiguais entre brancos e negros, e não um “problema das pessoas negras”.

- 1) Em sua escola, são realizados encontros e formações que permitam o **letramento racial crítico** e a reflexão crítica dos profissionais de educação com relação a sua identificação racial (branco, negro, indígena, oriental etc.)?
- 2) Em sua escola, foi realizada alguma pesquisa ou levantamento sobre a identificação racial dos profissionais de educação?
- 3) Em sua escola, valorizam-se os profissionais negros e de outras identificações raciais ou étnicos tanto quanto os brancos?
- 4) Em sua escola (caso ela seja particular), há alguma ação afirmativa de contratação e promoção de profissionais negros para funções de docência e coordenação/direção?
- 5) Em sua escola, os profissionais brancos refletem o significado e o impacto de sua branquitude nas relações raciais?

2. Enfrentamento da discriminação entre profissionais de educação

Os profissionais de educação podem cometer discriminação racial, sendo testemunhas ou vítimas dela. É bom lembrar que, alegando autonomia profissional, alguns profissionais cometem grandes equívocos e até mesmo atrocidades contra a autoestima de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros. Muitos profissionais não sabem como agir diante do problema ou o consideram irrelevante. Outros sofrem na pele essa mesma discrimina-

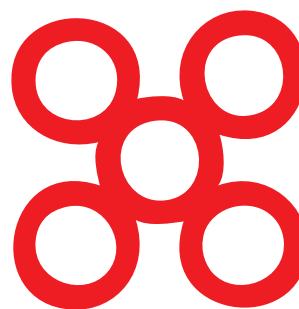
¹ FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul-out. 2014. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ção, enfrentando racismo por parte da equipe gestora, de outros profissionais, familiares e até mesmo de estudantes. O maior desafio é romper o silêncio e discutir as situações coletivamente como parte do desafio político e pedagógico da escola.

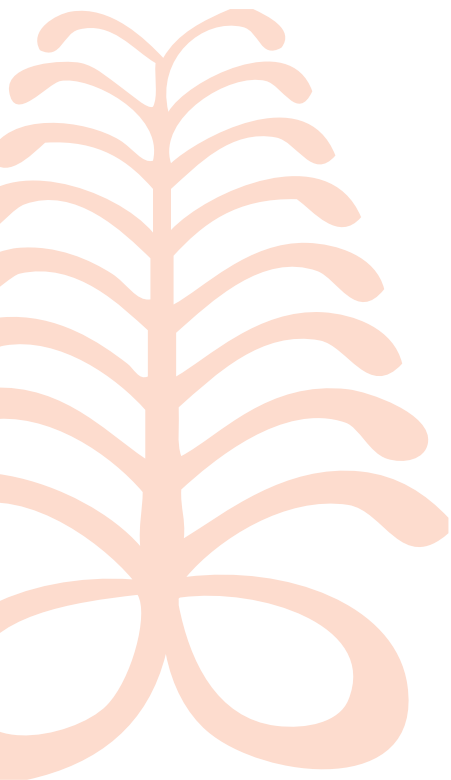
- 1) Em sua escola, reconhece-se quando ocorrem situações nas quais os profissionais de educação se sentem discriminados por diferentes razões?
- 2) Em sua escola, reconhece-se quando ocorrem situações de racismo nas quais os profissionais são discriminados em decorrência de seu pertencimento racial ou vínculo com religiões de matriz africana (candomblé, umbanda e outras)?
- 3) Em sua escola, há procedimentos internos para o registro e encaminhamento de casos entre adultos, inclusive quando há necessidade de registro de boletim de ocorrência junto às autoridades policiais?
- 4) Em sua escola, a direção escolar e a coordenação pedagógica atuam quando chegam casos de discriminação entre profissionais de educação, desdobrando em ações de reflexão coletiva sobre as causas da discriminação e formas de enfrentá-la?

O crime de racismo na legislação: a Lei Caó e a Constituição

Em 1985, foi aprovada a Lei federal nº 7.716, conhecida como Lei Caó, em reconhecimento ao deputado e ativista do movimento negro, Carlos Alberto de Oliveira, o Caó. A lei define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor. Entre as situações abarcadas pela Lei Caó, encontram-se discriminações ocorridas no mercado de trabalho, em escolas, em serviços públicos, em clubes esportivos e em estabelecimentos comerciais. A lei vem sendo usada também em casos de discriminação religiosa contra religiões de matriz afro-brasileira. Anteriormente, a atuação do deputado Caó também havia sido fundamental para que, em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, passasse a considerar a prática do racismo como crime inafiançável (não admite pagamento para que o acusado aguarde o julgamento em liberdade) e imprescritível (não tem prazo para caducar). Em 1997, a Lei nº 9.459 alterou o Código Penal, que definiu o crime de injúria racial como uma ofensa à honra de uma pessoa, definindo pena de três anos de reclusão e multa. A Lei nº 14.532 de 2023 equiparou a injúria racial (entre pessoas) ao crime de racismo (contra grupos). Com isso, a pena tornou-se mais severa, com reclusão de dois a cinco anos, além de multa.



ADINKRA MPUANNUM. LEALDADE
E HABILIDADE.



3. Melhoria das condições de trabalho e de formação

Não dá para esquecer que, muitas vezes, as profissionais de educação atuam em condições de trabalho difíceis, marcadas por turmas com um número excessivo de crianças e estudantes, baixos salários, falta de plano de carreira, de suporte pedagógico e de trabalho coletivo, rotatividade intensa e iniciativas de formação continuada pontuais ou que não dialogam com a realidade das escolas, em especial, as situadas em territórios negros e indígenas, além de casos de censura e perseguição decorrentes da abordagem em sala de aula de temas vinculados à luta pelos direitos humanos e contra as imensas desigualdades existentes no país. A luta histórica das organizações dos profissionais de educação e de outras atuantes pelo direito humano à educação afirma que a valorização “pra valer” das profissionais de educação é desafio central para avançarmos rumo à educação de qualidade efetivamente para todas as pessoas. Algo a ser assumido de fato como prioridade por governos e por toda a sociedade.

1) O número de profissionais de educação é suficiente para o bom funcionamento da escola?

2) A escola mantém salas/turmas com número de crianças e alunos que respeitem os **referenciais nacionais**?

3) A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos ou ações de formação para gestores escolares, professores e demais funcionários da escola? Essas ações são informadas à comunidade escolar?

4) A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos de formação para gestores escolares, professores e demais funcionários da escola sobre conteúdos referentes às relações raciais e à implementação da LDB alterada pela Lei nº 10.639/2003?

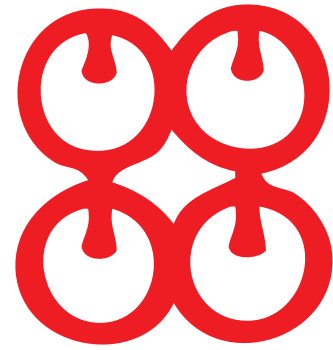
5) Há ações de acompanhamento pela Secretaria de Educação e suas instâncias quanto à implementação de ações, projetos e programas voltados para a promoção da educação antirracista nas escolas?

A Resolução n. 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, estabelece os seguintes **referenciais nacionais** de número máximo de alunos por turma: 13 para creche, 22 para pré-escola, 24 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 30 para as séries finais do Ensino Fundamental e 30 para o Ensino Médio.

4. Investimento no educador pesquisador

Muitos profissionais afirmam não estar preparados para abordar conteúdos referentes à educação das relações raciais, mas muito pode ser feito. De fato, são inúmeros os desafios existentes em várias regiões do país com relação às políticas de formação sobre questão tão desafiadora para a realidade brasileira: pesquisa

do Geledés e Instituto Alana (2023) revela que somente 29% das secretarias municipais de educação realizam ações consistentes para a implementação da Lei nº 10.639/2003. A aprovação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Raciais, de 2009, significou um passo a mais na luta pela institucionalização da lei nos sistemas de ensino e por políticas de formação inicial e continuada dos profissionais de educação. Apesar disso tudo, e da necessidade urgente de melhoria das condições de trabalho e salariais, em grande parte das unidades educacionais do país, muito vem sendo feito, e muito ainda pode ser feito, pelos profissionais de educação. Nesse sentido, é fundamental também apostar na capacidade do professorado de criar, pesquisar e sistematizar novos conhecimentos, saberes, conexões, experiências e práticas coletivas, que possam dinamizar e tornar público seu fazer pedagógico, no que se refere à educação antirracista.



ADINKRA ME WARE WO.
PERSEVERANÇA, COMPROMISSO.

- 1) Em sua escola, os professores têm condições de preparar adequadamente os planos de aulas e pesquisar outros materiais didáticos e audiovisuais para uso em sala de aula?
- 2) Em sua escola, profissionais de educação e estudantes têm acesso regular à internet, à biblioteca e/ou sala de leitura?
- 3) Sua escola desenvolve projetos coletivos que estimulem os estudantes a realizar pesquisas e trocas entre eles e com a comunidade?
- 4) Sua escola realiza atividades externas tais como visitas a parques, museus, teatros e outros espaços públicos de interesse pedagógico, incluindo os que abordem as relações raciais?
- 5) Sua escola desenvolve pesquisas com entidades e ativistas do movimento negro, que estimulem os estudantes a conhecer a história da população negra do território?

5. Fortalecimento do trabalho coletivo

A existência do trabalho coletivo entre profissionais de educação é condição para uma educação de melhor qualidade. Sabemos que grande parte das escolas brasileiras, em decorrência das condições de trabalho existentes, não conta com um horário de trabalho coletivo organizado, que possibilite aos profissionais de educação refletir, planejar, avaliar conjuntamente sua ação pedagógica, considerando a função da escola e os objetivos de curto, médio e longo prazo da unidade. O trabalho coletivo é o lugar da troca de experiências, da partilha de angústias, descobertas e es-

peranças, e do aprofundamento de conhecimentos sobre a realidade da comunidade e dos estudantes que frequentam a escola (afinal, quem são os nossos estudantes?), visando garantir o direito de todos ao acesso, à permanência e ao sucesso na aprendizagem. É o espaço para a construção de um trabalho interdisciplinar, como exigido pela educação das relações raciais, e de construção de estratégias articuladas de enfrentamento de práticas racistas existentes na escola.

1) A escola garante condições para o trabalho coletivo?

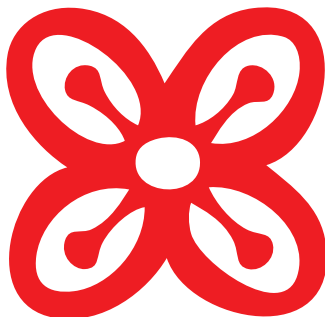
2) Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão de planos de aula, para a avaliação da prática e para estudos (reuniões pedagógicas), com apoio da direção?

3) Caso as reuniões pedagógicas aconteçam, elas ajudam de fato a melhorar a prática pedagógica?

4) Nos espaços coletivos, são discutidas situações de discriminações e racismo no cotidiano escolar e ações voltadas à implementação da reeducação das relações raciais?

6. Reconhecimento dos/as profissionais que atuam em diferentes espaços da escola

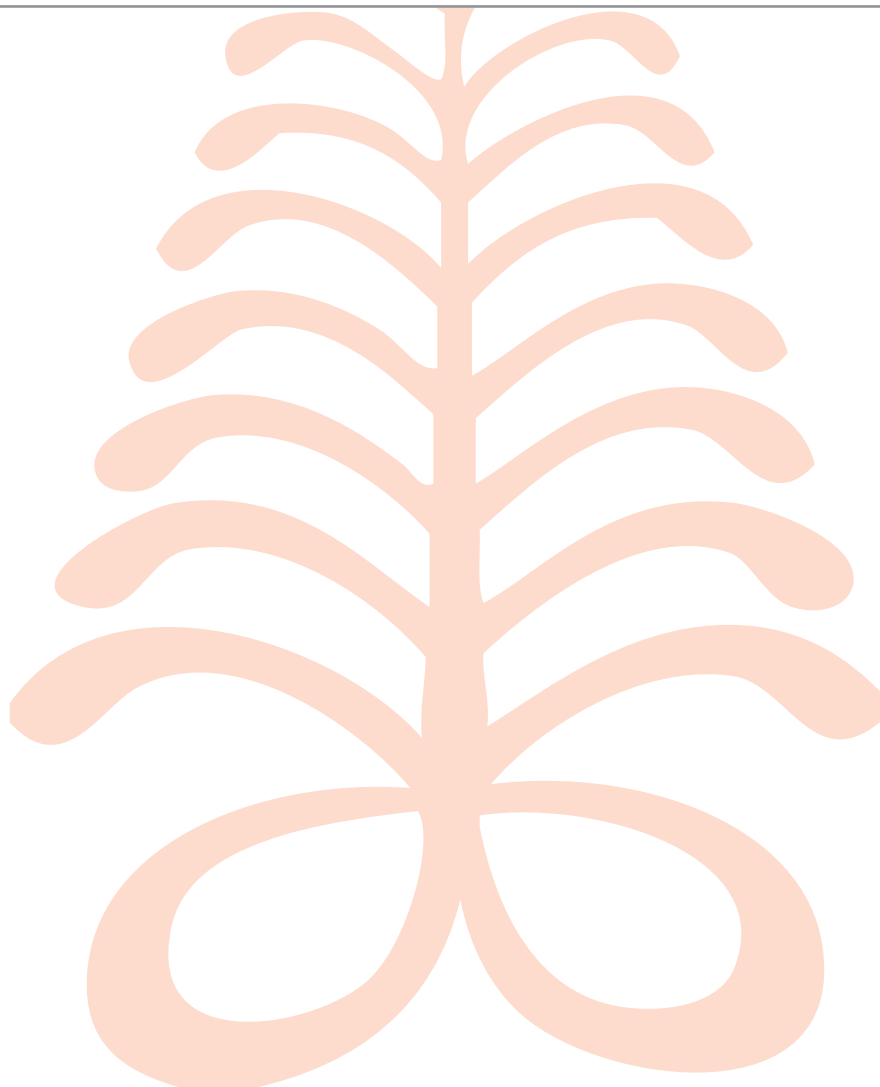
Para além do professorado, as demais profissionais de educação têm um papel educativo fundamental que deve ser reconhecido, valorizado e considerado nas estratégias de promoção de uma educação comprometida com a igualdade das relações raciais. Estamos falando de merendeiras, serventes, vigias, pessoal da secretaria escolar, entre outros – funções muitas vezes exercidas por pessoas negras. Além de cozinhar, higienizar os ambientes, cuidar da segurança e dos procedimentos burocráticos de uma escola, esses profissionais estabelecem, no cotidiano, relações de troca, mediação, aconselhamento, orientação e interferência em situações de conflito. Muitas vezes, identificam problemas que estão acontecendo com algumas crianças e estudantes, que passaram despercebidos pelo professorado. No caso dos profissionais de educação que atuam na secretaria escolar, são elas e eles que dialogam com as famílias sobre o preenchimento do quesito cor/raça do Censo Escolar, momento delicado no qual famílias e estudantes optam pela identificação racial entre as alternativas fixadas pelo IBGE (pardo, preto, branco, indígena e amarelo). Muitos desses profissionais ainda não compreendem a importância e a complexidade do processo. Por isso mesmo, é necessário investir na formação desses profissionais



ADINKRA BESE SAKA. RIQUEZA,
PODER, ABUNDÂNCIA, MUITA UNIÃO
E UNIDADE.

e envolvê-los no planejamento da escola, a partir do reconhecimento de seus saberes e suas experiências.

- 1) A escola realiza atividades pedagógicas para que estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar conheçam quem são os profissionais de educação que trabalham na cozinha, na limpeza, na secretaria, na segurança etc. e o que fazem para que a escola funcione bem?
- 2) A direção, a coordenação pedagógica, o professorado e o conselho escolar costumam convidar tais profissionais para reuniões de trabalho coletivo e ouvi-los sobre o que pensam quanto aos problemas e desafios existentes e propostas que possam melhorar o atendimento da escola?
- 3) Existem canais de diálogo entre esses profissionais e a equipe pedagógica?
- 4) Os profissionais já receberam alguma orientação/formação sobre o preenchimento do quesito raça/cor e como identificar e intervir em situações de racismo e de outras discriminações no ambiente escolar?





ADINKRA NKONSON-KONSON. UNIDADE, INTERDEPENDÊNCIA, FRATERNIDADE.

DIMENSÃO 6

Gestão democrática e participação

A gestão democrática é um princípio estruturante da educação brasileira: da escola aos sistemas de educação. Prevista na Constituição Federal (1988) e na LDB (1996), e em outras leis federais, a gestão democrática é a forma de uma instituição atuar valorizando a opinião e a participação de todas as pessoas para alcançar o bem comum.

A participação é um direito humano, previsto nas normativas internacionais e na legislação brasileira, e representa o direito de todas as pessoas participarem das decisões que afetam suas vidas e de suas coletividades. O racismo faz com que as opiniões de pessoas negras, indígenas, ciganas e de outros grupos discriminados sejam menos reconhecidas, estimuladas e valorizadas nos espaços escolares, sejam elas estudantes, profissionais de educação e familiares.

Uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento da diversidade que existe no ambiente escolar. Uma gestão escolar que valoriza diferentes vozes, conhecimentos, saberes, experiências, estéticas, necessidades e propostas, e reconhece que há várias formas de organização coletiva dentro e para além da escola, promovidas por estudantes, familiares, profissionais de educação e integrantes da comunidade do entorno.

Algumas bases da gestão democrática, como o estímulo à participação da comunidade nas tomadas de decisão, o envolvimento das pessoas na organização do espaço e no planejamento escolar, a transparência e a troca de informações fortalecem compromissos e laços. Isso tudo gera um clima positivo de confiança na capacidade da escola de enfrentar os seus desafios, entre eles, aqueles que se referem à construção de uma educação antirracista. Porém, é importante destacar que o direito à participação nunca deve ser usado para atacar os direitos de outras pessoas, como grupos autoritários fazem ao censurar e perseguir escolas, estudantes e profissionais de educação.

Quando estudantes, profissionais de educação, familiares e outras pessoas da comunidade têm conhecimento sobre como funciona a gestão escolar e podem decidir a melhor forma de aplicar os recursos disponíveis e participar na definição das prioridades, a escola se fortalece como um espaço de ensino, de aprendizagem, de democracia e de valores. Espaço no qual as pessoas se educam e experimentam vivências coletivas por meio da prática do respeito,



ADINKRA BOA ME NA ME
MMOA WO. COOPERAÇÃO
E INTERDEPENDÊNCIA.

As **ocupações estudantis** foram um movimento promovido por adolescentes e jovens entre 2015 e 2016 que ocuparam dia e noite por semanas mais de mil escolas e universidades do país para denunciar a precarização da educação pública, questionar medidas autoritárias dos governos e reivindicar mais investimento financeiro na área. Inspiradas na “Revolução dos Pinguins”, ocorrida no Chile em 2006, as ocupações estudantis brasileiras promoveram vivências e formação política no cotidiano das escolas, comprometidas com o enfrentamento do racismo, do sexismo, da LGBTQIA+fobia, do capacitismo e de outras discriminações, estimulando pertencimento e reinventando a gestão democrática escolar.

da escuta, da negociação e do combate à qualquer discriminação, como promovido por muitos jovens nas **ocupações estudantis** de escolas, ocorridas em 2015 e 2016 em vários estados brasileiros.

É sempre importante que essa participação na gestão democrática escolar não perca de vista a relação com as Secretarias de Educação, com os Conselhos de Educação e com outras instâncias de participação e de controle social que tratam da política educacional. Há muitos desafios de uma escola que também são de outras escolas e que precisam ser enfrentados pelas políticas educacionais como um todo.

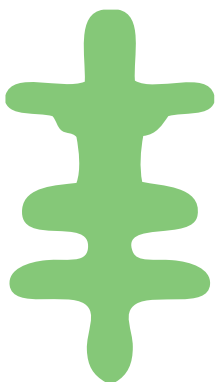
Além disso, para encarar muitos desses desafios, a escola não pode atuar de forma isolada: é fundamental que ela fortaleça os laços com a comunidade, com os profissionais de educação, com os coletivos juvenis e com outros serviços e políticas públicas que contribuam para a garantia do direito ao acesso, à permanência e ao sucesso na educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Não existe vida democrática sem o fomento à liberdade de organização estudantil, inclusive por meio de coletivos culturais, esportivos, feministas, antirracistas, LGBTQIA+s e de outros grupos, que possam vir (ou não) a se articular com o Grêmio Estudantil. O Grêmio Estudantil é uma organização que nasce da união dos estudantes de uma escola para representar os interesses das alunas, alunas e alunos. O direito dos estudantes à organização por meio de grêmios está previsto na legislação federal. O grêmio também é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos.

1. Fortalecimento da relação com a família

A relação entre escola e família é fundamental no desenvolvimento da trajetória educacional de crianças, adolescentes e jovens. Mas nem sempre essa relação é fácil. Ela é, muitas vezes, marcada por encontros e desencontros, expectativas frustradas e preconceitos. Um dos principais desafios da maioria das escolas é superar uma abordagem que coloca a “culpa” nas famílias, principalmente as de baixa renda e as negras, por todas as dificuldades enfrentadas com os alunos. É necessário se aproximar das famílias para conhecer a realidade vivida por elas, revendo conceitos do que se entende por família.

Muitas escolas consideram apenas a família nuclear (pai + mãe + filhos) como o arranjo “organizado”, sendo os outros chamados de “famílias desestruturadas”. Devemos considerar que a realidade brasileira é marcada por muitas formas de família (famílias amplas



ADINKRA OKODEE MMOWERE.
FORÇA, BRAVURA PODER.

com fortes redes de parentesco – muito comuns entre famílias negras; famílias recompostas por novas uniões conjugais; famílias em que os filhos contam apenas com a mãe ou o pai; famílias de casais homoafetivos etc.) e também por novos lugares sociais ocupados por mulheres e pelo crescente número delas como chefes de família. É marcada ainda por muitos adultos que vivem relações de trabalho precárias e encaram dificuldades de transporte, sobretudo nas grandes cidades e áreas rurais. Diante desse quadro, é necessário construir uma relação com a família que permita reconhecer suas possibilidades, saberes e limites – uma relação que garanta condições concretas para a participação delas na vida escolar e para o estabelecimento de um diálogo efetivo em prol da proteção, do acolhimento e da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens. Conforme decisões do Supremo Tribunal Federal de 2020, é importante também destacar que crianças e adolescentes têm direito a acessarem conhecimentos científicos e humanísticos nas escolas, mesmo que esses conhecimentos entrem em conflito com as doutrinas religiosas e políticas de suas famílias. Ou seja, as famílias não podem usar a participação para censurar conteúdos previstos nas legislações educacionais.



- 1) A escola reconhece e valoriza a existência de várias formas de família em sua comunidade, para além da chamada família nuclear composta por pai, mãe e filhos?
- 2) A escola conhece a realidade das famílias de seus alunos e valoriza seus conhecimentos e saberes?
- 3) A escola realiza reuniões periódicas com familiares e responsáveis em horários compatíveis com a disponibilidade da maioria, com acolhimento e com estímulo para que as pessoas se expressem nas reuniões, sem culpabilizar e constranger as famílias?
- 4) A escola estimula a participação dos pais e tutores (homens) nas reuniões, atuando no sentido de que esta não seja assumida somente como responsabilidade de mães, avós e outras mulheres das famílias?
- 5) A equipe pedagógica tem escuta para as famílias que apresentam denúncias de situações de racismo vivenciadas na escola?
- 6) A escola realiza espaços de debate e formação sobre a educação antirracista com as famílias?

Toda escola deve ter um **Conselho Escolar**. O Conselho Escolar é formado por representantes de estudantes, familiares, professorado, outros profissionais de educação, integrantes da comunidade local e a direção escolar. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para a escolha das pessoas que vão compor o conselho. O Conselho Escolar é responsável por cuidar do funcionamento da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. Os conselhos deliberam (decidem coisas), assessoram a direção, fiscalizam o uso dos recursos e mobilizam a comunidade escolar para a participação na escola. Um dos papéis mais importantes dos conselhos é a discussão do projeto político-pedagógico (PPP) com professores e diretores, ou seja, quais os temas, os desafios e as estratégias que a escola vai priorizar para melhorar a qualidade da educação.

O **grêmio estudantil** é uma organização que nasce da união dos estudantes de uma escola para representar os interesses das alunas, alunas e alunos. O direito dos estudantes à organização por meio de grêmios está previsto na legislação federal. O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos. Por isso, um dos seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos estudantes nas atividades da escola, organizando campeonatos, palestras, pesquisas, projetos coletivos e discussões, fazendo com que alunas, alunas e alunos tenham voz ativa e participem das decisões da escola. Mais informações no site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES): <https://www.ubes.org.br/gremios>.

2. Democratização das instâncias de participação e de tomada de decisão

Grande parte das escolas brasileiras conta com o **Conselho Escolar, grêmio estudantil** e outras instâncias de participação da comunidade. Quando atuantes, tais espaços são fundamentais para dinamizar a participação da comunidade escolar, envolvendo-a na decisão de questões fundamentais da escola, como o projeto político-pedagógico, as prioridades anuais, a resolução de problemas que atingem toda a instituição e a construção de estratégias pedagógicas de enfrentamento de racismo e de outras discriminações. Como abordado no Guia Metodológico (que consta no final desta publicação), essas estratégias só ganham “raízes” no cotidiano escolar se envolverem tais instâncias, e outros grupos organizados existentes na escola, na construção e na implementação do plano de ação em prol de uma educação antirracista. Mas, jamais, a participação nessas instâncias pode ser usada para perseguir ou atacar os direitos de qualquer pessoa.

- 1) A escola possui um Conselho Escolar atuante, composto de forma paritária por todos os segmentos da comunidade escolar (professorado, familiares, estudantes e profissionais de educação)?
- 2) A escola possui grêmio estudantil, coletivos ou outras organizações de estudantes?
- 3) Todos os segmentos têm acesso a informações e decisões tomadas pelo Conselho Escolar?
- 4) Todos os segmentos participam das decisões sobre as prioridades do uso dos recursos financeiros da escola?
- 5) Existem recursos financeiros da escola utilizados na educação antirracista?
- 6) A tomada de decisão para resolução de conflitos raciais é articulada a ações pedagógicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula?
- 7) A escola apresenta à Secretaria de Educação suas demandas de formação e de acompanhamento, entre elas, as referentes à educação antirracista?

3. A democratização da informação na escola e na comunidade

Uma escola que cultiva a gestão democrática é um lugar que investe na transparência e na divulgação de informações. O acesso à informação contribui de forma decisiva para a ampliação e o aprimoramento da participação na escola. É importante considerar que essa informação precisa ser trabalhada de modo a ser compreensível para a maioria das pessoas, devendo ser divulgada tanto em murais, redes sociais e boletins como em reuniões com a comunidade escolar. Informações sobre leis, direitos da população e campanhas de conscientização referentes ao enfrentamento do racismo e de outras discriminações, bem como à valorização das pessoas negras na sociedade, também devem estar estampadas nas paredes das escolas.



ADINKRA FIIANKRA. PROTEÇÃO, SEGURANÇA, FRATERNIDADE E SOLIDARIEDADE.

- 1) A direção informa a comunidade escolar sobre os acontecimentos mais importantes da escola, atuando para que as informações circulem de maneira rápida e precisa entre familiares, professores, demais profissionais da escola e estudantes?
- 2) Todos da comunidade escolar têm acesso a informações sobre os dados do censo escolar e a coleta do quesito cor/raça, realizada pela secretaria da escola?
- 3) A escola presta contas à comunidade, apresentando regularmente o orçamento da escola e seus gastos?
- 4) Existe um mural em local visível que contenha as principais informações relacionadas às atividades da escola (datas comemorativas, prestação de contas, datas de reuniões, agenda escolar do ano letivo, decisões do conselho escolar etc.), também divulgadas nas redes sociais da instituição?
- 5) Os cartazes e outros materiais que circulam pela escola e que estão nas paredes da instituição representam a diversidade étnico-racial da população brasileira?

VOCÊ TEM DIREITO DE SABER

Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação (Lei federal n. 12.527, de 2011, que entrou em vigor a partir do dia 16 de maio de 2012) regulamenta o direito constitucional de todo cidadão acessar as informações e documentos públicos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em nível municipal, estadual ou federal – informações essas que também devem ser fornecidas por escolas públicas e Secretarias de Educação, quando demandadas. Mais informações sobre a lei e sobre como utilizá-la no site www.informacaopublica.org.br.



7



ADINKRA EBAN. SEGURANÇA, AMOR E SEGURANÇA.

Para enfrentar os diversos desafios cotidianos, entre eles a construção de uma educação antirracista, a escola não pode atuar de forma isolada. É fundamental fortalecer laços com a comunidade, com o **território** e com outros serviços e políticas públicas que contribuam para a garantia do direito ao acesso, à permanência e ao sucesso na educação. Conhecer a comunidade em que se atua – seus problemas, necessidades, acúmulos e possibilidades – constitui passo decisivo para a elaboração de uma ação pedagógica e de um planejamento escolar mais sintonizado com a realidade vivida pelos estudantes e suas famílias.

É necessário reconhecer também que muitos problemas encarados pela escola vão além de suas competências e saberes, dependendo das políticas públicas de educação e de outras áreas, como abordado na introdução desta publicação.

A rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a ação da escola como parte da implementação da **Lei Maria da Penha** (Lei n. 11.340/2006), que trata da violência contra a mulher, preveem uma ação coordenada e planejada entre diversos serviços públicos e organizações da sociedade civil, entre eles a escola, possibilitando o encaminhamento de casos de forma mais adequada. O atendimento visa fortalecer os vínculos familiares, prevenir o abandono, combater discriminações, assegurar proteção social imediata e atendimento integral e articulado.

Apesar de prevista na legislação, a construção de redes de proteção ainda é um desafio para um país no qual predomina uma abordagem compartimentada e fragmentada dos problemas sociais. Fazer a rede de proteção acontecer no cotidiano depende muitas vezes da iniciativa de gestoras e gestores de serviços públicos – entre eles, as direções escolares – que compreendam o significado da iniciativa e que apostem em um trabalho em rede.

É de conhecimento também que muitos serviços públicos e redes de proteção ainda não possuem formação adequada de seus profissionais para enfrentar problemas referentes ao racismo e a outras discriminações, contribuindo para revitimização de crianças, adolescentes, jovens e adultos que sofreram violências e discriminações, problema abordado pela Lei da Escuta Protegida (Lei n. 13.431/2017), que precisa virar realidade em todo o país. Esse é um desafio a ser encarado com o esforço articulado da escola e dos

Território é um conceito que trata da relação dos seres humanos com um determinado espaço: seja a rua ou o bairro em que vivemos, a cidade, a comunidade no campo, na floresta ou em outros lugares. Uma relação viva que é construída no cotidiano e ao longo da história, está sempre em transformação e envolve memórias, culturas, afetos, disputas, solidariedade, o meio ambiente e muitas outras coisas. Um pesquisador brasileiro, reconhecido nacional e internacionalmente por suas obras inovadoras sobre a ideia de território, é o geógrafo negro Milton Santos (1926-2001).

A **Lei Maria da Penha** foi sancionada em agosto de 2006, como resultado da luta dos movimentos de mulheres. A lei tornou crime a violência cometida na família e no ambiente doméstico. O nome da lei presta homenagem a uma farmacêutica que foi espancada brutalmente durante seis anos pelo marido e enfrentou duas tentativas de assassinato, o que a levou a ficar paraplégica. Por meio de entidades feministas, o caso de Maria da Penha chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou em 2001 o Estado brasileiro a pagar uma indenização à vítima e a tomar medidas para combater de maneira mais efetiva a violência contra a mulher. No Capítulo I da Lei Maria da Penha, em especial no artigo 8º, consta a obrigatoriedade da abordagem de gênero e raça nas escolas como forma de prevenção da violência doméstica e familiar.

A **censura**, a autocensura e perseguições contra educadores, estudantes e escolas têm sido promovidas por grupos autoritários em vários lugares do país, que visam calar as escolas com relação à abordagem de questões fundamentais para a cidadania e a democracia, como desigualdades sociais, racismo, igualdade de gênero, diversidade sexual, visão crítica da história brasileira, mudanças climáticas, entre outros pontos. Para enfrentar essa situação, 80 entidades de educação e direitos humanos lançaram em 2018 o Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas, que foi atualizado e relançado em 2022. A publicação apresenta orientações jurídicas e estratégias político-pedagógicas em defesa da liberdade de aprender e de ensinar, baseadas em normas nacionais e internacionais e na jurisprudência brasileira. A nova versão traz estratégias de como responder a novos tipos de ameaças que têm sido promovidas por movimentos e grupos ultraconservadores contra comunidades escolares. Acesse o Manual: www.manualdedefesadasescolas.org.br



ADINKRA ONYANKOPON ADOM NTI
BIRIBIARA BEYE YIE. ESPERANÇA,
PROVIDÊNCIA, FE.

demais integrantes da rede, com participação da comunidade. É importante registrar que, em vários lugares do país, instâncias como Conselhos Tutelares têm sido disputadas por grupos ultraconservadores que atuam contra os direitos das crianças e adolescentes e muitas vezes promovem práticas racistas, sexistas, LGBTfóbicas e capacitistas, além de perseguições e **censura** nas escolas. Temos que ficar de olho para denunciar essas situações!

Há casos de racismo que acontecem na escola que exigem a mobilização de instâncias administrativas superiores, de ouvidorias das Secretarias de Educação, de organismos de defesa dos direitos da população negra (conselhos, coordenadorias, organizações da sociedade civil etc.) e até o acionamento das delegacias especializadas e do sistema de justiça, como o Ministério Público, as Defensorias e o Poder Judiciário. Nessa categoria estão situações que envolvem a discriminação cometida por profissionais de educação; o abuso de poder de determinados gestores escolares; a proibição da capoeira e do uso de livros que tratam da cultura e da história africanas e afro-brasileiras; o uso de publicações, imagens e materiais audiovisuais racistas na escola; a demissão e o afastamento de profissionais de educação em decorrência de discriminação por raça, etnia, credo religioso, origem nacional; a perseguição contra pessoas adeptas de religiões de matriz africana etc.

Além de divulgar o papel das ouvidorias das Secretarias de Educação e do Ministério Público no recebimento de denúncias, a escola também pode exercer um importante papel informando a comunidade sobre os direitos previstos na legislação. Entre as leis referentes à questão racial, destacam-se as **Leis n. 10.639/2003 (Lei Caó)**, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor; o **Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288)**, aprovado pelo Congresso em 2010, que prevê formas de combate à discriminação racial existente no país; a **Lei n. 12.711/2012**, conhecida como **Lei de Cotas**, alterada pela **Lei n. 14.723/2023**, que estabelece cotas para o acesso a cursos de graduação e pós-graduação em universidades e institutos federais destinadas a estudantes de escolas públicas e, dentro desse grupo, subcotas para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI), pessoas com deficiências e quilombolas e a **Lei n. 14.532/2023**, que equipara injúria racial e crime racial, tornando a punição mais severa contra casos de racismo.

1. Aprofundamento da relação com a comunidade

Para efeito do nosso trabalho, chamamos de comunidade um conjunto de pessoas, grupos, organizações e instituições que, muitas vezes, partilham vivências e relações em uma mesma localidade, em um mesmo território. A comunidade pode ter uma

história, começando a existir antes dos seus atuais integrantes e continuando depois deles. É dinâmica, está sempre se transformando. Também é marcada por conflitos de interesses e por alianças e articulações em torno de objetivos comuns. É plural, envolvendo desde relações de vizinhanças, grupos esportivos, culturais, religiosos, movimentos sociais (negros, juvenis, de mulheres, por moradia, por saúde etc.), associações e organizações comunitárias, empreendimentos econômicos, serviços públicos, entre outros. Conhecer a realidade, a história e quem compõe a comunidade, e desenvolver diálogos e parcerias com ela, vinculados ao projeto político-pedagógico da escola, podem contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola à população.

- 1) A escola conhece e mantém diálogo com os vizinhos e as vizinhas da escola e outras pessoas e grupos da comunidade?
- 2) A escola mantém parcerias com organizações e movimentos da sociedade civil?
- 3) A escola já realizou algum **diagnóstico participativo** – com o envolvimento dos estudantes – sobre os principais problemas educacionais da comunidade e as ideias existentes para enfrentá-los?
- 4) A escola conhece organizações, grupos e/ou pessoas do movimento negro ou que desenvolvem algum trabalho referente à questão racial?
- 5) Essas organizações, grupos e/ou pessoas têm espaço de participação nas atividades da escola e na construção de estratégias de enfrentamento do racismo?

2. Fortalecimento da escola como parte da rede de proteção

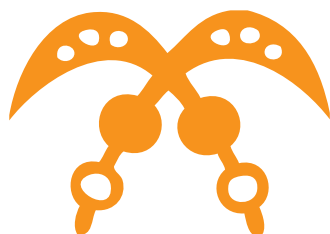
Prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a rede de proteção é uma ação integrada entre instituições para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, por exemplo, em casos de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil e outras formas de submissão. Os serviços da rede de proteção também são responsáveis por abordar a violência doméstica sofrida por mulheres. Sua constituição local deve envolver, entre outras instâncias/instituições e organizações, conselhos escolares, conselhos tutelares, conselhos de direitos, unidades de saúde, centros de referência, serviços de assistência social, centros de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, organismos dos direitos da

Diagnóstico participativo é um tipo de levantamento realizado com a comunidade para identificação dos seus problemas, condições de vida, sonhos, ideias, propostas e desafios, inclusive, sobre situações de racismo. Além de ser uma grande atividade de mobilização, que deve envolver desde crianças a idosos, o diagnóstico permite que a comunidade possa planejar quais ações coletivas devem ser desenvolvidas para melhorar sua qualidade de vida e conquistar direitos. Mais informações sobre diagnóstico participativo, você pode encontrar no Guia Metodológico da **Coleção Educação e Relações Raciais**, na parte final desta publicação.

Para acessar mais informações sobre a **rede de proteção no enfrentamento do racismo**, consulte o Guia A Escola na Rede de Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, lançado em 2018 pela Ação Educativa. A publicação apresenta desafios da construção e aprimoramento de ações conjuntas em uma abordagem que busca reconhecer o racismo como estruturante dos ciclos de violências para atuar em rede na prevenção, identificação, encaminhamento, apoio e atendimento às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Link do Guia: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/12/rededeprotecao_site2.pdf.

O governo federal mantém dois **serviços de proteção e de atendimento** telefônico para denúncia e orientação de casos de violência. O DISQUE 180 é uma central de atendimento à mulher e trata, entre outros assuntos, de casos de violência de gênero. O DISQUE 100 trata da violência contra crianças e adolescentes. Ambos os serviços telefônicos são gratuitos.

A **Lei da Escuta Protegida** (Lei Federal n. 13.431) foi aprovada em 2017 pelo Congresso Nacional. A Lei nasceu da constatação que, mesmo não intencionalmente, os procedimentos dos serviços vinculados à rede de proteção terminavam por revitimizar crianças e adolescentes, fazendo-os contar inúmeras vezes a dramática situação de violência sofrida, em ambientes inadequados e para profissionais sem formação para lidar com os casos. A Lei n. 13.431 estabeleceu princípios e mecanismos de integração das políticas de atendimento às vítimas e testemunhas e para a escuta protegida de crianças e adolescentes.



ADINKRA AKOFENA. CORAGEM,
BRAVURA E HEROÍSMO.

população negra (conselhos, coordenadorias e organizações da sociedade civil) e outras organizações da sociedade civil, abrigos, varas de justiça especializadas e autoridades policiais etc. Apesar da falta de formação adequada da rede de serviços para abordar a problemática racial, a rede (quando existente) também pode ser acionada em **situações de racismo** que exijam uma abordagem que vá além da ação pedagógica da escola.

- 1) A escola já discutiu em reuniões pedagógicas, reuniões do Conselho Escolar e com a comunidade escolar a importância da rede de proteção da infância e da adolescência para o desenvolvimento de seus estudantes?
- 2) A escola mantém relações permanentes com conselhos tutelares, serviços de saúde, serviços sociais, organizações da sociedade civil, Defensoria Pública, abrigos etc.?
- 3) Existe em sua comunidade uma rede de proteção organizada em prol dos direitos de crianças e adolescentes, da qual a escola faça parte com procedimentos adequados sobre o que fazer e quais encaminhamentos devem ser dados em determinados casos de violação, em sintonia com a **Lei da Escuta Protegida**?
- 4) A escola participa ou estimula a realização de reuniões entre instituições e organizações que deveriam integrar a rede de proteção local?
- 5) A escola possui procedimentos para o encaminhamento de casos de violência doméstica – incluindo aqueles que envolvem familiares de estudantes e profissionais de educação – aos **serviços de proteção e de atendimento**, como delegacias especializadas, serviços de saúde e de apoio, organizações de atendimento de mulheres etc.?
- 6) A escola possui procedimentos para casos de racismo que exigem abordagem para além do pedagógico e que precisem ser encaminhados à rede de proteção, a instâncias, como coordenadorias e Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da População Negra, a delegacias especializadas em crimes raciais ou ao Ministério Público?

3. Divulgação de equipamentos e políticas públicas para a comunidade

A escola pode atuar como um importante polo de divulgação de informações sobre direitos e acesso a programas e políticas sociais para a comunidade do seu entorno. Porém, é importante observar que tal papel não deve ser assumido como responsabilidade exclusiva das escolas, mas sim do conjunto de políticas e serviços públicos existentes no município e no Estado. Sabemos que muitas informações de interesse público que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida da população não conseguem efetivamente chegar a ela. Essa atuação pode ser desenvolvida por meio de murais, campanhas de divulgação, informes em reuniões com familiares e eventos escolares que mobilizem a comunidade, boletins e outros instrumentos de comunicação que a escola tenha ou possa criar.



- 1) A escola divulga ou está articulada a programas e políticas sociais, de cultura, cursinhos populares para acesso ao Ensino Superior, os destinados à juventude, entre outros?
- 2) A escola divulga à comunidade a existência da Lei n. 10.639/2003?
- 3) A escola conhece e divulga as políticas públicas existentes (municipais, estaduais e federais) para a população negra?
- 4) A escola já realizou alguma campanha ou atividade educativa com a comunidade escolar, em articulação com os serviços de saúde locais, sobre a prevenção e encaminhamento de casos de **anemia falciforme**, problema que atinge predominantemente a população negra?

4. Enfrentando a segregação racial: o direito a circular pela cidade, campo e por territórios diversos

Segregar é o ato de isolar, apartar, separar fisicamente, diminuir as possibilidades concretas de circulação das pessoas nas cidades, no campo, na região. A segregação dificulta o contato entre os diferentes grupos sociais em decorrência da identificação racial, da renda, da origem regional, da presença de deficiências, entre outras diferenças vividas como desigualdades e discriminação. A educação deve contribuir para romper a segregação racial e social imposta a boa parte dos estudantes, especialmente aqueles que vivem nas periferias das cidades e no campo. Segregação racial que é muitas vezes alimentada pela atuação policial e está na base do chamado

Anemia falciforme é uma doença hereditária (passa de pais para filhos) caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foíce, daí o nome falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. Essa doença é mais comum em pessoas negras. Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde/Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br>.

Racismo ambiental é um termo que denuncia os efeitos desproporcionais da destruição ambiental e da crise climática em comunidades negras, indígenas e de outros grupos discriminados racialmente. Enchentes, secas, furacões, desabamentos, terremotos, falta de saneamento básico e de áreas verdes, criação de lixões em comunidades periféricas, desmatamento e mineração em áreas indígenas e quilombolas são algumas das manifestações de racismo ambiental.

racismo ambiental. É muito comum jovens negros periféricos nunca terem visitado a região central de suas cidades, e jovens de regiões centrais nunca terem tido contato com as realidades periféricas. Nessa perspectiva, o direito humano à cidade, previsto nas normas internacionais e na legislação nacional, afirma que todas as pessoas têm o direito de usufruir das vantagens, dos serviços e das oportunidades oferecidas pelas cidades. No campo, a profunda concentração de terra também constitui obstáculo à garantia de condições de vida e de circulação livre de estudantes dessas regiões, entre eles, da população quilombola e indígena. Nesse sentido, a sala de aula não pode ser encarada como o único espaço de desenvolvimento de aprendizagens. Poder circular pela cidade, conhecer os equipamentos públicos, coletivos culturais da região, as instituições de ensino, os espaços de lazer e esporte, os movimentos sociais, as comunidades tradicionais, os parques e áreas de preservação ambiental e muitos outros lugares de interesse público, representa uma oportunidade para experiências e aprendizagens que serão úteis, senão fundamentais, para a vida e devem fazer parte dos projetos pedagógicos das escolas, pensados na articulação potente entre educação, cultura e meio ambiente.

1) A escola estimula que os estudantes conheçam a sua própria região, assim como outros territórios?

2) A escola promove debates sobre o direito a circular pela cidade, pelo campo e pela região?

3) A escola promove visitas didáticas a espaços culturais e científicos, como museus, teatros, cinema, comunidades tradicionais, universidades e parques, sem custos aos estudantes?

4) A escola desenvolve ações educativas, culturais e esportivas em parceria com outras escolas, coletivos juvenis e culturais, organizações e espaços públicos da cidade?

5) A escola orienta estudantes sobre as condições para transporte e deslocamento com segurança pela cidade ou campo, inclusive sobre como denunciar situações racistas, sexistas, LGBTfóbicas e capacitistas?

6) A escola discute os desafios gerados pelas mudanças climáticas aceleradas no aprofundamento do racismo ambiental que impacta dramaticamente as comunidades periféricas e do campo?

QUADRO SINTÉTICO DOS INDICADORES DA QUALIDADE RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA: ANTIRRACISMO EM MOVIMENTO

DIMENSÃO	INDICADORES
1. Atitudes e relacionamentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intervenção imediata contra xingamentos, piadas e apelidos discriminatórios 2. Quebra de silêncio e mudança de olhares para desnaturalizar o racismo 3. Distribuição de afeto e atenção, e fortalecimento de relações de amizade 4. Reconhecimento do corpo e da estética (beleza) negra 5. Abordagem da indisciplina, sem exclusão 6. Construção positiva do pertencimento racial 7. Valorização das meninas e mulheres negras 8. Democratização do acesso aos lugares de poder 9. Superação do racismo religioso e a garantia de uma educação laica
2. Currículos e proposta político-pedagógica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento de leis e documentos oficiais sobre educação e relações raciais 2. Organização do projeto político-pedagógico (PPP) 3. Garantia de espaço para planejamento coletivo 4. Inserção e abordagem de conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira 5. A sala de aula como espaço estratégico para uma educação antirracista
3. Recursos didáticos e paradidáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de recursos didático-pedagógicos na escola 2. Usos dos recursos didático-pedagógicos na comunidade escolar 3. Organização e circulação dos recursos na escola 4. Manutenção e ampliação do acervo
4. Acesso, permanência e sucesso na escola	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pensando estudantes por inteiro 2. Acompanhamento das faltas dos alunos e enfrentamento da evasão 3. Uso de dados de avaliações oficiais sob recortes cor/raça 4. Realização de avaliação diagnóstica e monitoramento da aprendizagem do aluno 5. Atenção e valorização das potencialidades dos alunos 6. Atenção às necessidades educativas da comunidade
5. A atuação das profissionais de educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consciência da própria identidade racial 2. Enfrentamento da discriminação entre profissionais de educação 3. Melhoria das condições de trabalho e de formação 4. Investimento no educador(a) pesquisador(a) 5. Fortalecimento do trabalho coletivo 6. Reconhecimento dos/as profissionais que atuam em diferentes espaços da escola
6. Gestão democrática	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento da relação com a família 2. Democratização das instâncias de participação e de tomada de decisão 3. A democratização da informação na escola e na comunidade.
7. Para além da escola: a relação com o território	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aprofundamento da relação com a comunidade 2. Fortalecimento da escola como parte da rede de proteção 3. Divulgação de equipamentos e políticas públicas para a comunidade 4. Enfrentando a segregação racial: o direito a circular pela cidade, campo e por territórios diversos.



ADINKRA DWENNIMEN. FORÇA.

PARA SABER MAIS: UMA RIQUEZA DE POSSIBILIDADES!

Esta seção apresenta outros subsídios, materiais e caminhos para ampliar as possibilidades de pesquisa da comunidade escolar sobre a educação das relações raciais e a história e a cultura africanas e afro-brasileiras. Destacamos também a importância dos Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade Étnico-Racial, presentes em muitos municípios e Estados brasileiros.

Que outras referências você incluiria nesta lista “viva”? Municipais, estaduais, nacionais e internacionais...

Marcos legais nacionais e internacionais

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988 (ver em especial arts. 3º, IV 4º, VIII 5º, XLII). Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Decreto n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html.

Decreto n. 10.932, de 10 de janeiro de 2022. Promulga a *Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância*, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.htm.

Convenção Internacional Relativa à Discriminação no Campo do Ensino, de 1960. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1960%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20relativa%20%C3%A0%20luta%20contra%20a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Lei n. 14.532/2023, que equipara a injúria racial (Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997) ao crime de racismo (Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989). Com isso, a pena tornou-se mais severa com reclusão de dois a cinco anos, além de multa, não cabendo fiança, sendo o crime de racismo imprescritível. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm.

Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em seu artigo 8º, estabelece que as escolas do país devem abordar as questões de gênero e raça para prevenir a violência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.

Lei sobre crime de tortura – Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9455.htm.

Estatuto da Igualdade Racial – Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm.

A Resolução 18 (2022) do Conselho Federal de Psicologia sobre atuação do psicólogo em relação ao preconceito e à discriminação racial. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/resolucao2002_18.PDF.

Marcos legais da Educação brasileira

LDB – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Plano Nacional de Educação (2014-2024). Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras e da Educação Relações Raciais em toda a educação básica (pública e privada). Altera a LDB, nos arts. 26-A e 79-B. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas). Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 6/2002 que regulamenta a alteração trazida à LDB pela Lei n. 10.639/2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera e inclui no currículo oficial a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm.

Lei n. 14.532/2023, que equipara injúria racial a crime racial, tornando a punição mais severa contra casos de racismo. Prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023, que altera a Lei de Cotas (Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012) expandindo o alcance para a pós-graduação e incluindo os estudantes quilombolas, entre outros pontos. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-11-13;14723>.

Planos e programas

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192.

Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir). Decreto n. 6.872, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm.

Programa Nacional de Ações Afirmativas. Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm.

Sites importantes

Ação Educativa: www.acaoeducativa.org.br.

AFRO Cebrap: <https://cebrap.org.br/afro/>.

Articulação de Mulheres Negras Brasileiras: <https://amnb.org.br/>.

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN): www.abpn.org.br.

Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap): <https://www.instagram.com/ceap.oficial/>.

Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) é um órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia: <https://ceao.ufba.br/>.

Centro de Cultura Negra do Maranhão: <https://cnma.org.br/>.

Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (CEERT): www.ceert.org.br.

Cenpec: <https://www.cenpec.org.br/>.

Criola: <https://criola.org.br/>.

Coalizão Negra por Direitos: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>.

Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (Conaq): <https://conaq.org.br/>.

Educafro: <https://www.educafro.org.br/>.

Geledés Instituto da Mulher Negra: www.geledes.com.br.

Formação – Centro de Educação Básica: www.formacao.org.br.

Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR): <https://fopir.org.br/>.

Fundação Cultural Palmares: <http://www.palmares.gov.br>.

Instituto AMMA Psique e Negritude: <http://www.ammapsique.org.br>.

Instituto Marielle Franco: <https://www.institutomariellefranco.org/>.

Instituto Ibirapitanga: <https://www.ibirapitanga.org.br/>.

Ministério da Educação (MEC): www.mec.gov.br.

Ministério da Igualdade Racial (MIR): <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC): <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>.

Museu Afro-Brasil: <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu>.

Nzinga: <https://www.facebook.com/nzingaoletivodemulheresnegras/>.

Núcleo de Estudos Negros (NEN): <https://alteritas96.wixsite.com/resistencianegraemsc/nen>.

Odara Instituto da Mulher Negra: <https://institutoodara.org.br/>.

Projeto Seta: <https://projetoseta.org.br/>.

Quilombhoje (Cadernos Negros): www.quilombhoje.com.br.

Se Essa Rua Fosse Minha: www.seessarua.org.br.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13165&Itemid=913.

Soweto: <https://instagram.com/sowetoorganizacao?igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==>.

Uneafro: <https://uneafrobrasil.org/>.

Unicef: www.unicef.org.br

Wikifavelas: https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco.

Recursos didáticos e paradidáticos

Coleção História Geral da África. Publicada em oito volumes, a coleção é um grande marco no processo de reconhecimento do patrimônio cultural da África. Foi produzida por mais de 350 especialistas das mais variadas áreas do conhecimento. Você pode ter acesso a todos os volumes individualmente acessando o site da Unesco. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>.

Coleção Percepções da Diferença – Negros e Brancos na Escola. Destinada a professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os dez volumes sugerem formas para lidar com as discriminações e para promover a autoestima e o respeito entre crianças. Disponível em: <http://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-1.pdf>.

A Cor da Cultura. Provocada pelas conquistas dos movimentos sociais negros e organizações aliadas no combate ao racismo e democratização da educação, a Fundação Roberto Marinho/Canal Futura criou em 2004 o projeto “A cor da cultura”. Baseado nos princípios de equidade, respeito às diferenças, pluralidade, diversidade, diálogo e trocas, o projeto tem como objetivo contribuir para a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/solucao/cor-da-cultura>.

Jogos lúdicos e educativos para trabalhar relações raciais e racismo. Desde que a Lei n. 10.639/03 foi aprovada, educadoras(es), coordenadoras(es) pedagógicas(os) e equipes escolares têm buscado cada vez mais realizar projetos que tratem da temática das relações étnico-raciais em sala de aula. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/jogos-ludicos-e-educativos-para-trabalhar-relacoes-raciais-e-racismo>.

Racismo e bullying. como proteger jovens negras: Série animada que oferece dicas desde especialistas a meninas negras contra discriminações raciais. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CO3B9HILfly/>.

Cantando e contando a história do samba – 22 anos. Idealizado como um pela cantora e educadora Elzelina Dóris, em Belo Horizonte, com o objetivo de valorizar a história social do samba, desenvolver a integrar socialmente, com bem-estar, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e de fortalecimento da identidade de pessoas negras e não negras. Disponível em: <http://cantandoahistoriadodosamba.com.br/noticias/>.

Educação antirracista – 12 livros infantis para falar sobre o tema. Para inspirar conversas constantes sobre o combate ao racismo com os pequenos, lista de livros para contribuir com uma educação antirracista. Disponível em: <https://lunetas.com.br/livros-infantis-educacao-antirracista/>.

‘Cadê eu na tela?’ 6 filmes com crianças negras protagonistas. Lista que mapeia seis produções audiovisuais recentes que têm crianças protagonistas. Disponível em: <https://lunetas.com.br/criancas-negras-protagonistas/>.

Ensino antirracista na Educação Básica. Da formação de professores às práticas escolares: Este livro oferece metodologias de trabalho para uma educação antirracista desde a formação de professores às práticas escolares na educação básica, com objetivo de modificar as condições materiais de existência da população negra brasileira. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1j_sVWkknhod2_nJHM4hzveVRWK9QGYND/view.

21 Textos para discutir racismo em sala de aula. Os 21 textos dessa coletânea, de caráter paradidático, visam oferecer a professoras, professores e estudantes da educação básica, e mesmo universitários, subsídios para reflexão e atividades em sala de aula sobre a temática das relações raciais. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/21-textos-para-discutir-racismo-em-sala-de-aula/>.

DHNet. Site com diversos documentos, normativas nacionais e internacionais, vídeos e materiais sobre Direitos Humanos. Disponível em: www.dhnet.org.br.

Formação em Educação, Direitos Humanos e Relações Raciais. Blog dos cursos “Formação em Direitos Humanos” da Ação Educativa. Contém biblioteca de textos de referência, vídeos e outras informações sobre educação e relações raciais e o direito humano à educação. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/fdh/>.

Caderno metodológico. Acervo equidade racial na educação básica: Coloca em evidência percursos formativos construídos de modo coletivo, colaborativo e irmanado ao longo dos últimos anos e se fortalece baseado na materialidade das experiências pedagógicas das intelectuais do coletivo de professoras atuantes no CMEI. Disponível em: <https://anansi.ceert.org.br/publicacao/9>.

LitERÊtura e CEERT. Livro em pdf “LitERÊtura: Reflexões teórico-metodológicas sobre literatura infantil com temática da cultura africana e afro-brasileira”. Disponível em: <https://literetura.wordpress.com/literetura-e-ceert/>.

Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro (2012) e outras obras da educadora Rosa Margarida de Carvalho, publicados pela Mazza Edições.

Outros materiais

Brasil e Durban: 20 anos depois. E-book. Geledés (2021). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/brasil-e-durban-20-anos-depois-versao-online.pdf?utm=brasil-e-durban-20-anos-depois&action=download>.

Blog Fazer Valer a Lei. História e culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas. Disponível em: www.fazervaleralei.blogspot.com.br/.

Programa Salto para o Futuro. Programa dirigido à formação continuada de professores e de gestores da Educação Básica, integra a grade da TV Escola (canal do Ministério da Educação). Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/saltoparaofuturo>.

TV – Opará Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação (UNEB). Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCsdKSDgsjuc9EoZBt8ewRJA>.

Literafro UFMG. O Literafro – portal da literatura afro-brasileira – é fruto do trabalho do Grupo de Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, constituído em 2001 e sediado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, da Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>.

Revista África e Africanidades. <https://africaeaficanidades.com.br/>.

Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira. <http://www.irohin.org.br/>.

Cultne.TV. Primeiro canal da televisão brasileira 100% dedicado à cultura negra: <http://www.cultne.com.br>.

Diferença e diversidade. Biblioteca virtual com vários materiais para conteúdos pedagógicos: <http://diferencaediversidade.blogspot.com.br>.

São Paulo Contra o Racismo. Aspectos legais e ações afirmativas. 2022. Criada pelo Decreto Estadual 54.429/2009, surgiu como uma das propostas do movimento negro durante a II Conferência de Promoção de Igualdade Racial, realizada em 21 de maio de 2009: <https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Cartilha-Sao-Paulo-contra-o-Racismo-1.pdf>.

A Representação Social do Negro no Livro Didático. O que mudou? Por que mudou? Ana Célia da Silva. Salvador: EDUFBA, 2011. Livro da tese da autora: xstatic.com/ugd/45f7dd_82oabdeb4f194466bf20f910e6142b52.pdf.

Caderno Gestão Escolar para Equidade Racial. <https://gestaoescolarparaequidadederacial.instituto.unibanco.org.br/sobre>.

Recriar a escola sob a perspectiva das relações étnico-raciais (material de apoio). <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RecriarAEscola.pdf>.

Criança, Adolescente e Racismo (eBook). <https://editoraflutuante.com.br/livraria/crianca-adolescente-e-racismo/>.

Portal Ancestralidades (Fundação Tide Setubal): <https://www.ancestralidades.org.br/home>.

Coleção Antirracista – Websérie. <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/luz-camera-gestao/webserie/colecao-antirracista>.

Na Ponta do Lápis. especial sobre educação étnico-racial: <https://www.cenpec.org.br/noticias/na-ponta-do-lapis-especial-sobre-educacao-etnico-racial>.

Evento No Chão da Escola (Instituto Alana). <https://nochoadaescola.alana.org.br/>.

Guia de enfrentamento ao Racismo Institucional (Geledés): <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>.

Manual em Defesa contra a Censura nas Escolas (Ação Educativa e parceiros). www.manualdefesadasescolas.org.br.

Guia de Atuação Ministerial. O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação: contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003 (Ação Educativa e Conselho Nacional dos Ministérios Públicos): https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/LIVRO_Guia_Ministerial_Igualdade_racial_WEB.pdf.

Guia A Escola na Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Ação Educativa). <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/guia-a-escola-na-rede-de-protecao-dos-direitos-de-criancas-e-adolescentes/>.

Documentário Elas na Ciência: <https://www.netflix.com/title/81303549>.

DIVERSA – Educação Inclusiva: Plataforma digital que tem como objetivo construir e compartilhar conhecimento sobre boas práticas de educação inclusiva: <https://diversa.org.br/>.

Catálogo de Jogos e Brincadeiras Africanas e Afro-brasileiras – Acervo equidade racial na educação básica: Produzido com base no projeto de pesquisa aplicada intitulado Nô bá brinca, vamos brincar, ahi tlhangui? Foi contemplado pelo Edital Equidade Racial do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) em 2020. <https://anansi.ceert.org.br/publicacao/2>.

Síte Educa Brasil: <https://www.educabrasil.com.br/>.

Pacto de Promoção da Equidade Racial: <http://pactopelaequidaderacial.org.br/>.

Branquitude e Fronteiras do Antirracismo: <https://www.youtube.com/@InstitutoIbirapitanga/videos>.

Blog Elas na Ciência (Fiocruz/Escola Estadual Prof. Silvio Oliveira): <https://elasnaciencia.blogspot.com/>.

Observatório Anansi (CEERT): <https://anansi.ceert.org.br/>.

Pesquisas, dados e estatísticas

Pesquisa Lei n. 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira (Geledés/Alana, 2023). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>.

Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais ABPN e DPU (2022). Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Confira-a-Pesquisa-sobre-a-Implementacao-da-Politica-de-Cotas-Raciais-nas-Universidades-Federais-na-integra.pdf>.

Balanco da Lei de Cotas – Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros (Ação Educativa, Lepes/FE/UFRJ, 2022). Disponível em: <https://pesquisaleidecotas.org.br/>.

Pesquisa Consórcio Ações Afirmativas – GEMA e Afrocebrap (2022). Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/projeto/consorcio2022/>.

Pesquisa Nós e as Desigualdades – OXFAM Brasil (2017-2022). Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/?gclid=CjwKCAiAnZCdBhBmEiwA8nDQxbdM6vNHuOM-v3UK8MLNIZAH0IPg1b6agsQ34COl9b6bgP9IKLsZWxoCuW4QAvD_BwE.

A Educação de Meninas Negras em Tempos de Pandemia: O aprofundamento das desigualdades (Geledés, 2021). Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-educacao-de-meninas-negras-em-tempos-de-pandemia-o-aprofundamento-das-desigualdades-o-livro/?gclid=CjwKCAiAnZCdBhBmEiwA8nDQxW8ivzYYfBT4y9f6lrpto5LIXACmffDtMpBekbHlwntBPvjATHUzJxoCFbEQAvD_BwE.

Contribuições para a Implementação da Lei n. 10.639/2003 (Grupo Interministerial/2008). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/contribuicoes_implement_lei10639.pdf.

Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – 2011 (SPM/Unifem/IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.

Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar – 2009 (FIPE/USP/INEP). Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/fipe.pdf>.

As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a abolição (IPEA/2009). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4729/1/Comunicado_n4_Desigualdade.pdf.

Observatório de Políticas de Ação Afirmativa do Sudeste (OPAAS). Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/12/Cadernos-do-GEA-N8-OPAAS.pdf>.

Sistema de Cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313708005>.

Atlas da Violência 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023>.

Educa IBGE. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/>.

Mapa da Fome (Oxfam Brasil). Disponível em: https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/?gclid=CjwKCAiAnZCdBhBmEiwA8nDQxWIXTQcrLsLc9FIQu3jsGMooUx5qvjxgCXzVFAoX77MKzNimPOGPZxoCmLoQAvD_BwE.

Painel de Desigualdades Educacionais no Brasil. Disponível em: <https://desigualdadeseducacionais.cenpec.org.br/>.

E-Book Práticas Antirracistas em Escolas Municipais de Contagem-MG. Disponível em: <https://www.editoraescolacitada.com.br/2022/04/praticas-antirracistas-em-escolas.html>.

HUB Igualdade Racial (Ministério da Igualdade Racial). Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial>.

Mídias

Revista Gama. <https://gamarevista.com.br/>

Revista Afirmativa. <https://revistaafirmativa.com.br/>

Nexo Jornal. <https://www.nexojornal.com.br/>

Menelick 2º ato. <http://www.omenelick2ato.com/>

Mídia Étnica. <https://midiaetnica.ning.com/>

Mundo Negro. <https://mundonegro.inf.br/>

Portal Geledés. <https://www.geledes.org.br/>

Alma Preta. <https://almapreta.com/>

Blogueiras Negras. <http://blogueirasnegras.org/>

Resistência Afroliterária. <https://afroliteraria.com.br/>

Negre. <https://negre.com.br/sobre/>

Podcasts

O Assunto – Lei de Cotas: 10 anos depois, com Edson Cardoso: https://open.spotify.com/episode/1JlLV5P7uvqVvi4oJgzHxG?si=dXSbJKW0TS2et_Xpc5OdF.

Sobre Nóiz com Drik Barbosa – EP09: O papel das pessoas brancas no combate ao racismo com Lia Vainer: <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/sobre-noiz-com-drik-barbosa/eb7ae-7eb-570d-42d5-9524-698448ad0594/?s=os>.

Mano a Mano recebe Sueli Carneiro: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3NrmjogorKUnCPr>.

Podcast do Projeto Querino: <https://projetoquerino.com.br/podcast/>.

Editais e Prêmios

Enfrentando o Racismo a Partir da Base: mobilização para defesa de direitos: O objetivo do Fundo Brasil de Direitos Humanos é promover os direitos humanos no Brasil e sensibilizar a sociedade brasileira para que apoie iniciativas capazes de gerar novos caminhos e mudanças significativas para o país. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/edital/enfrentandoracismo/>.

Prêmio Educar CEERT: Tem como objetivo identificar, difundir, reconhecer e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar, vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva da garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, mais especificamente, de combate ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial. A premiação tem abrangência nacional e sua longa trajetória produziu um rico acervo de práticas e materiais disponíveis gratuitamente para educadores de todo o Brasil. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/premio>.

Edital Igualdade de Gênero na Educação Básica (Ação Educativa): Desde 2020, com o apoio do Fundo Malala, a Ação Educativa promove anualmente o edital, que visa reconhecer publicamente experiências desenvolvidas em creches e escolas comprometidas com a igualdade de gênero, raça e sexualidade. Com base nas experiências, foi criado um banco de planos de aula. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/>.

Curadorias e Exposições Virtuais

Indumentárias negras em foco (Indumentárias Negras em Foco): <https://ims.com.br/exposicao/indumentarias-negras-em-foco-ims-paulista/>.

Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros (Instituto Moreira Salles): <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>.

Ocupação Abdias Nascimento (Itaú Cultural): <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/exilio/> (parte 1); <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/sankofa/> (parte 2).

Ocupação Conceição Evaristo (Itaú Cultural): <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/> <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento609323/ocupacao-conceicao-evaristo>.

Ocupação Ilê Aiyê (Itaú Cultural): <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/>.

Geledés – Exposições Virtuais: <https://www.geledes.org.br/tag/exposicao-virtual/>.

Aplicativos

Educaya: O currículo e os processos de formação no campo das relações étnico-raciais na educação básica numa perspectiva inter e transdisciplinar (Universidade Regional do Cariri-Ceará): <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.aya.ayaeducacao&pli=1>.

Referências de vida

Azoilda Loretto Trindade – Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na Educação Infantil. <https://reaju.files.wordpress.com/2018/07/valores-civilizatc3b3rios-afrobrasileiros-na-educac3a7c3a3o-infantil-azoilda-trindade.pdf>.

Cida Bento – Pacto da Branquitude. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ensaio/1772-cida-bento-pacto-da-branquitude-um-convite-a-construcao-de-um-brasil-alicercado-na-equidade-racial>.

Sueli Carneiro – Casa Sueli Carneiro. <https://casasuelicarneiro.org.br/>.

Kabengele Munanga – O griô antirracista. <https://jornal.usp.br/diversidade/19a-edicao-do-cinema-negro-apresenta-o-pensamento-antirracista-de-kabengele-munanga/>.

Nilma Lino Gomes – O movimento negro educador. <https://www.scielo.br/ij/edur/a/wcPLnhyn3RszrkMKnQvXLTS/>.



GUIA METODOLÓGICO



O Guia Metodológico integra a **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**, lançada em 2013, desenvolvida a partir de projeto apresentado por Ação Educativa ao edital público da linha de microprojetos em Direitos Humanos da Comissão Europeia no Brasil. O projeto contou com a contrapartida do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Instituto C&A e Save the Children UK. A Coleção é composta por dois audiovisuais, duas publicações, dez cartazes e um folheto.

COLEÇÃO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS: APOSTANDO NA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Parceiros: Ação Educativa, Unicef, Seppir (Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) e Ministério da Educação

Coordenação: Denise Carreira

Pesquisadora associada: Ana Lúcia Silva Souza

Assessoria: Tania Portella (2008-2010), Uvanderson Silva (2011-2012) e Jaqueline Santos (2012-2013)

Colaboração: Suelaine Carneiro, Ana Paula Corti, Renato Nascimento e Thais Bernardes

Escolas que participaram da construção dos materiais: Escola Municipal Armando Righetti (diretora: Maria Cláudia Fernandes), Escola Municipal Fernando Azevedo (diretora: Silvana Marques), Escola Municipal Antonio Carlos de Andrada Silva (diretor: Marcos Mendonça) e Escola Municipal Capistrano de Abreu (diretor: Josafá Rehem), localizadas na cidade de São Paulo. Agradecemos a todos e a todas Referências, profissionais de educação e familiares que participaram do processo de construção dos materiais.

GUIA METODOLÓGICO

Coordenação e Edição: Denise Carreira

Texto: Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza

Seção Possibilidade de Uso dos Materiais Audiovisuais e Cartazes: Jaqueline Santos (Audiovisuais) e Márcia Regina da Silva (Afro-brasilidades em Imagens)

Revisão de texto: Fernanda Bottallo e Dylan Frontana

Projeto gráfico e diagramação: Aeroestúdio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. Enraizando a LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 nas escolas e redes de ensino **108**

1. COLETIVIDADE: o Grupo Referência **113**

2. QUEM SOMOS? O perfil da escola **117**

3. AGITANDO A ESCOLA: o uso da pesquisa de opinião **119**

4. HORA DE APROFUNDAR: a metodologia dos Grupos de Diálogos **121**

5. O MAPA DA MINA: acúmulos, memórias e tesouros **128**

6. AUTOAVALIAÇÃO PARTICIPATIVA: os Indicadores Relações Raciais na Escola **130**

7. IMAGENS EM MOVIMENTO: possibilidades de uso dos audiovisuais e dos cartazes da Coleção Educação e Relações Raciais **133**

8. PLANEJAR E AGIR **145**

9. A BOLA NÃO PODE CAIR! **147**



INTRODUÇÃO: ENRAIZANDO A LDB ALTERADA PELA LEI N. 10.639/2003 NAS ESCOLAS E REDES DE ENSINO

Abrindo a roda

É com imenso prazer que apresentamos a versão atualizada do **Guia Metodológico da Coleção Educação e Relações Raciais**: apostando na participação da comunidade escolar. Ele apresenta caminhos, dicas e possibilidades metodológicas destinadas a envolver os sujeitos das escolas (estudantes, profissionais de educação, familiares etc.) com estratégias de superação do racismo e de outras discriminações. Caminhos que devem ser reinventados e adaptados conforme os desafios, os acúmulos e as especificidades de cada escola e de cada realidade local e regional.

A promulgação da Lei 10.639, em 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e a educação das relações étnico-raciais em toda a educação básica (pública e privada), constituiu uma grande conquista do movimento negro brasileiro, fruto de sua atuação histórica contra o racismo.

A partir dessa alteração na LDB, que completou vinte anos em 2023, multiplicaram-se experiências importantes nos espaços escolares e nas redes de ensino de todo o país. Porém, muitas dessas experiências ainda enfrentam resistências diversas e são marcadas pela fragmentação, pelo isolamento no ambiente escolar, pela descontinuidade e pela falta de condições institucionais que permitam o seu maior “enraizamento” nas creches, escolas, universidades, redes de ensino e no conjunto das políticas educacionais.

Nesse sentido, o objetivo deste Guia Metodológico e dos demais materiais da **Coleção Educação e Relações Raciais**: apostando na participação da comunidade escolar é contribuir para o desenvolvimento da corresponsabilidade social na superação do racismo e de outras discriminações presentes nos espaços escolares.

A Coleção parte do entendimento de que a igualdade racial deve ser assumida como um eixo fundamental da qualidade da educação. Qualidade compreendida nas seguintes dimensões: 1) acesso à escolarização (ampliação da oferta educativa e estímulo à demanda social por direito à educação); 2) insumos (condições concretas da oferta educativa: infraestrutura, valorização dos(as) profissionais de educação, materiais educativos etc.); 3) processos (pedagógicos, participativos, avaliativos e de gestão); e 4) equidade educativa (superação das desigualdades e discriminações e condições de permanência).

No Brasil, os dados de instituições governamentais, acadêmicas, agências internacionais e de sociedade civil apontam que o racismo impacta profundamente todas essas dimensões. Seja na maior presença de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros entre aqueles que estão fora de creches, escolas e universidades; na concentração de pessoas negras em instituições educativas com as piores condições de atendimento; nos processos pedagógicos e avaliativos que desconsideram os sujeitos e seus contextos; e na “naturalização” de que determinadas crianças, adolescentes, jovens e adultos têm menos direitos de fato do que outros em decorrência da cor da pele e da origem social.

O aprimoramento de estratégias que promovam a qualidade educacional e o direito humano à educação de qualidade no Brasil efetivamente para todas as pessoas exige superar o racismo como um dos grandes desafios históricos da democracia brasileira, ainda minimizado nos debates educacionais do país. Enfrentá-lo é uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira, conforme destaca o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana¹, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2004, elaborado pela professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora aposentada da UFSCar e grande intelectual do movimento negro brasileiro.

Superando desafios ao enfrentamento ao racismo na escola na escola

Mais especificamente, a **Coleção Educação e Relações Raciais** visa contribuir para que as escolas desenvolvam um processo de autoavaliação participativa sobre a implementação das disposições da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003, ampliem a roda de pessoas e coletivos envolvidos com o enfrentamento do racismo e de outras discriminações e construam um plano de ação estratégica que supere resistências e gere transformações efetivas no cotidiano escolar.

A proposta também busca reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas por escolas, Secretarias de Educação, universidades e organizações da sociedade civil, destinadas a promover uma educação antirracista e não discriminatória. Nesse sentido, a iniciativa reafirma a importância de concretização do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana², de 2009, que tem por objetivo ampliar as condições de institucionalização da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 nas políticas educacionais.

Lançada em 2014 na Conferência Nacional de Educação (CONAE), a Coleção foi desenvolvida do trabalho com escolas, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações raciais – em especial as promovidas a partir de organizações do movimento negro brasileiro – e com outras experiências educativas comprometidas com a superação das discriminações e afirmação dos direitos humanos de todas as pessoas.

A Coleção é composta por quatro materiais, além deste Guia Metodológico.

Eles estão disponíveis para acesso público e gratuito pela internet e podem ser utilizados de forma combinada ou separada em diversos momentos e espaços da vida escolar: em atividades em sala de aula, em horários de planejamento pedagógico e de formação de professores, em reuniões de pais, mães e familiares, em plenárias com toda a comunidade escolar, em festas, em processos de autoavaliação participativa, em reuniões do grêmio estudantil, nas atividades de pátio etc.) e em processos envolvendo várias escolas de uma mesma rede de ensino, estimulados pelas Secretarias e Conselhos de Educação, visando à construção do diagnóstico participativo, à avaliação da implementação dos Planos de Educação e proposições para o campo das políticas educacionais.

1 Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf.

2 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1378_8:diversidade-etnico-racial&catid=194:secad-educacao-continuada&Itemid=913

Os materiais da Coleção

Guia Metodológico: Como citado no início deste texto, este Guia Metodológico aborda as possibilidades da Coleção a serem exploradas, recriadas e adaptadas para diferentes contextos escolares. Ao final, contém uma seção dedicada a sugestões de trabalho – dentro e fora da sala – com os dois audiovisuais da Coleção e com o conjunto dos dez cartazes Afro-brasilidades em Imagens.

Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Integrante da série Indicadores de Qualidade na Educação (www.indicadoreseducacao.org.br), a publicação é um instrumento de apoio a processos de autoavaliação participativa escolar, comprometido com o fortalecimento da gestão democrática e com uma política de avaliação educacional que possa ir além das chamadas avaliações de larga escala, que tem no IDEB (Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica) a sua principal referência. Os Indicadores Relações Raciais na Escola são compostos por indicadores vinculados a sete dimensões: relacionamento e atitudes; currículo e prática pedagógica; recursos e materiais didáticos; acompanhamento, permanência e sucesso; a atuação dos(as) profissionais de educação; gestão democrática; para além da escola.

Audiovisual 1 – Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar (16 minutos): Construído por meio da linguagem de animação, o filme aborda os desafios envolvidos no enfrentamento do racismo e caminhos para uma abordagem sistemática nas escolas. Apresenta as bases da metodologia do projeto **Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar** e busca sensibilizar referências, profissionais de educação e familiares sobre a importância de uma ação articulada no ambiente escolar e na comunidade.

Audiovisual 2 – Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul (58 minutos): O foco desse documentário é o lugar da agenda racial nas políticas educacionais no Brasil e na África do Sul, dois países marcados por democracias recentes e por históricas e profundas desigualdades raciais. Com base em entrevistas com gestores(as), pesquisadores(as) e ativistas dos dois países, o documentário explicita os desafios colocados para o campo das políticas públicas. Esse filme é um material mais complexo e adensado, que pode ser utilizado na íntegra ou em capítulos (Introdução, parte Brasil, parte África do Sul) em debates com a comunidade escolar, processos de formação ou em horários de trabalho coletivo de profissionais de educação.

Afrobrasilidades em Imagens: Conjunto de dez cartazes produzidos por artistas plásticos com base em temas que emergiram do trabalho da Ação Educativa com escolas públicas. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a falta de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, nos corredores, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população negra nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: cabelos; Áfricas; mídia e negritude; arte e cultura; ciência e produção de conhecimento; mulheres e meninas negras; resistências e movimentos sociais; religiosidades de matriz africana; pessoas negras em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.

As bases da proposta metodológica

A proposta metodológica da **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar** visa à construção de um ambiente escolar favorável à promoção da corresponsabilidade e à definição de um conjunto de ações planejadas coletivamente que possam contribuir de forma mais sistemática para o enfrentamento do racismo, em suas articulações com

as desigualdades de gênero, renda, orientação sexual, identidade de gênero, área (urbana, rural ou florestal), origem regional ou nacional, existência de deficiência, entre outras.

A proposta metodológica se organiza com base no seguinte triângulo conceitual:



No centro do triângulo, encontra-se uma gestão democrática ampla, plural e diversa, como princípio do Estado de Direito. Parte-se do entendimento de que uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento das múltiplas diferenças que existem no ambiente escolar e na sociedade. Uma gestão educacional – da escola aos sistemas de ensino – que valorize diferentes vozes, saberes, experiências, estéticas, necessidades e propostas contribui para distribuir o poder de decisão, mostrar a força da diversidade e revelar que muitas vezes ela é marcada por desigualdades e discriminações presentes tanto na escola e nas políticas educacionais como na sociedade.

A gestão democrática deve valorizar a opinião e a participação de cada pessoa para alcançar o bem comum. A participação é um direito humano, previsto na legislação, e representa o direito de todas as pessoas de participarem das decisões que afetam suas vidas e de suas coletividades. Muitas vezes, o racismo faz com que as vivências, acúmulos e opiniões de pessoas negras, indígenas, ciganas, migrantes e de outros grupos discriminados sejam menos considerados, estimulados e valorizados nos espaços escolares.

Concretamente, quando falamos de gestão democrática na escola, nos referimos à existência e ao funcionamento de processos e instâncias (conselhos escolares, grêmios estudantis, autoavaliação participativa etc.); ao reconhecimento de variadas formas de participação na escola e na comunidade (grupos culturais, esportivos, ambientalistas etc.); ao desenvolvimento da relação com as famílias que supere a “culpabilização”; à democratização e abordagem acessível das informações sobre a escola que qualifiquem a participação.

A gestão democrática exige, para a sua efetivação, o estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e a organização de ações que desencadeiam e estimulem a participação social e política não como um evento, mas como um processo permanente. Gestão democrática não “brota”, ela exige intencionalidade e condições. Essa participação deve incidir no processo de tomada de decisão com relação à definição do que deve ser considerado prioritário, ao planejamento das ações, à definição do uso de recursos financeiros, à divisão e ao cumprimento de responsabilidades e à avaliação do que foi planejado.

Influenciar a tomada de decisão é o principal desafio da gestão democrática. Ainda hoje, a gestão democrática em educação no Brasil é muito frágil, caracterizada pela pouca escuta das comunidades, falta de reconhecimento e estímulo à organização dos diferentes sujeitos escolares, condições inadequadas (horários de reuniões, abordagem acessível e amigável etc.), baixo investimento em conselhos escolares e grêmios estudantis, conselhos municipais com pouca ou nenhuma autonomia com relação aos gestores públicos, limitado diálogo com a sociedade e muita discriminação com relação a quem é considerado legítimo a participar, com sua expressão reconhecida.

Com base na legislação e nas normativas que estabelecem a superação do racismo na sociedade brasileira e, especificamente, na educação, a metodologia da Coleção propõe o envolvimento dos conselhos escolares, grêmios estudantis e de outras formas de participação existentes nas escolas em ações destinadas a refletir, a planejar, a implementar e avaliar ações comprometidas com uma educação antirracista e não discriminatória.

Busca-se, dessa forma, comprometer outros(as), visando a uma abordagem mais sistêmica e integral e a superação do isolamento de várias experiências importantes de enfrentamento do racismo e de outras discriminações no âmbito escolar. Evidentemente, o maior envolvimento desses outros segmentos e grupos dependerá do contexto e das condições de cada escola e comunidade.

Tendo como centro a aposta na participação da comunidade escolar, no marco da gestão democrática, a proposta metodológica da Coleção articula os seguintes vértices do triângulo:

Valorização da cultura e da história africana e afro-brasileira: O foco aqui é tornar visível, reconhecer e abordar de forma crítica nos mais diversos espaços escolares a pluralidade de culturas, conhecimentos e histórias da população negra, ainda pouco presentes no contexto escolar ou tratadas, muitas vezes, a partir de uma perspectiva folclórica, exótica, fora do “normal”. O objetivo também é contribuir para a desconstrução das hierarquias e da ideia “naturalizada” de que somente os conhecimentos, as histórias e as culturas de povos europeus e de outros países do hemisfério norte do planeta são legítimos e “universais”.

Currículo contextualizado, plural e significativo: De modo geral, o currículo define os temas, os conteúdos e as questões que serão abordados pela escola. A proposta político-pedagógica trata de como tudo isso será trabalhado junto com os estudantes e pelo conjunto da escola para gerar aprendizagens importantes, que façam sentido na vida das pessoas. Do ponto de vista de uma educação para a igualdade racial, é urgente superar a ideia de currículo compreendido apenas como um conjunto de disciplinas e conteúdos, que não considera as histórias e as necessidades cotidianas vividas pelas pessoas em suas comunidades, e que sustenta racismos e práticas discriminatórias por meio de silêncios, omissões ou mesmo de forma explícita. É necessário também superar a ideia de proposta pedagógica que não dialoga com a realidade da sociedade brasileira e nem faz sentido para a comunidade na qual a escola está inserida. Tal concepção de currículo e de proposta pedagógica que nega a diversidade tem consequências danosas para a comunidade escolar, em especial para aqueles que trazem nos corpos e nos modos de ser o traço de suas diferenças, como as pessoas indígenas, migrantes, deficientes, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, e, em especial, pessoas negras. Nesse sentido, o foco deste vértice da metodologia é estimular que o reconhecimento e a valorização de outras perspectivas, conhecimentos, histórias e culturas encharquem o currículo e as práticas pedagógicas e alimentem o diálogo com os sujeitos e contextos locais.

Educação antirracista e não discriminatória: O foco desse vértice são as atitudes e relações cotidianas nos espaços escolares visando à superação de atitudes racistas e discriminatórias, com-

preendidas como aquelas que geram humilhações e sofrimentos a pessoas em decorrência do seu pertencimento a determinados segmentos e grupos da população. Atitudes explícitas por meio de agressões e humilhações, como piadas, xingamentos, apelidos, violência física etc., ou atitudes “sutis”, por meio da distância social, da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho, em especial, de pessoas negras. A educação antirracista e não discriminatória visa reeducar olhares, ouvidos e mentes, estimulando o reconhecimento de situações de racismo e de outras discriminações no cotidiano escolar, a compreensão crítica de tais situações no contexto das relações de poder da sociedade e a transformação das atitudes e relações sociais na perspectiva da afirmação do respeito, da solidariedade e dos direitos humanos de todos e todas.

Planejamento para o uso da Coleção na escola

A seguir, apresentaremos propostas a serem consideradas para o planejamento da utilização da **Coleção Educação e Relações Raciais** em sua escola.

Lembramos que o uso da Coleção pode ser enriquecido com outros materiais, projetos e estratégias, além de poder revelar demandas da escola a serem encaminhadas à Secretaria de Educação.

DESTACA-SE a importância do estímulo pelas Secretarias de Educação – com condições adequadas – do uso da metodologia de autoavaliação participativa pelas escolas das respectivas redes de ensino, visando à construção de uma cultura avaliativa participativa. Por isso, é fundamental observar sempre que a autoavaliação participativa somente faz sentido se for por adesão da comunidade escolar, ou seja, as escolas jamais podem ser forçadas a aplicar a metodologia.

Essas demandas podem se referir à necessidade de apoio, de acompanhamento técnico e de formação de profissionais de educação sobre temas para o aprofundamento de determinadas questões, entre outras. Tudo isso deve estar explicitado no plano de ação que será definido coletivamente pela escola.

Observamos que a coleção foi pensada para escolas de ensino fundamental I e II e médio, mas de ser adaptada para outras etapas e modalidades da educação básica, considerando também as especificidades dos participantes (crianças de menor idade, pessoas com deficiências, estudantes de áreas do campo/florestais, estudantes da educação de jovens e adultos etc.) e de seus contextos locais e regionais, visando à participação plena no processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais**.

1. COLETIVIDADE: O GRUPO REFERÊNCIA

São várias as possibilidades de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**. Uma das possibilidades é utilizar a Coleção como material de apoio a um processo mais amplo de debate coletivo na comunidade escolar ou de redes de ensino, destinado a construir um plano de ação da escola comprometido com a promoção de uma educação antirracista.



Tal plano deve conter metas factíveis, “pé no chão”, que contribuam para a superação do racismo e de outras discriminações no cotidiano da instituição. O processo de debate coletivo também pode identificar demandas e desafios que fogem da governabilidade e das condições da escola e que se referem ao plano das políticas públicas. Tais demandas e propostas devem ser encaminhadas às Secretarias de Educação e a outras instituições e órgãos públicos e podem subsidiar a atuação política de grupos e movimentos da sociedade civil pelo direito humano à educação de qualidade.

Quem puxa?

Para começar, é fundamental a constituição de um grupo impulsionador do processo, que chamaremos aqui de *Grupo Referência*. Na medida do possível, com presença de pessoas negras, brancas, indígenas e de outros pertencimentos étnico-raciais existentes na comunidade. A ideia aqui é reafirmar que a superação do racismo não é um problema ou responsabilidade de pessoas negras, indígenas, migrantes e ciganas, mas um desafio de todas as pessoas, de toda a escola, dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e de toda a sociedade brasileira.

O *Grupo Referência* não somente organizará o processo, mas cuidará de mantê-lo vivo e que suas decisões possam ser implementadas pela escola e avaliadas e aprimoradas periodicamente.

Conforme a realidade de cada escola, o *Grupo Referência* deverá ser articulado diretamente ao Conselho Escolar e ao Grêmio Estudantil, envolvendo profissionais de educação, familiares, lideranças comunitárias e Referências interessados ou com acúmulos para o desenvolvimento do processo. Pode ser “puxado” por professores, Referências, familiares ou outras pessoas com experiência ou interessadas na questão.

O CONSELHO ESCOLAR E O GRÊMIO ESTUDANTIL

É bom lembrar que toda escola deve ter um Conselho Escolar³. O Conselho Escolar é formado por representantes de alunos, familiares, professores(as), outros(as) profissionais de educação, integrantes da comunidade local e o(a) diretor(a) da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para a escolha das pessoas que vão compor o conselho. O Conselho Escolar é responsável por cuidar do funcionamento da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. Os Conselhos deliberam (decidem coisas), assessoram a direção, fiscalizam o uso dos recursos e mobilizam a comunidade escolar para a participação

³ Mais informações no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, do Ministério da Educação, disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Conscol/ce_cad1.pdf.

na escola. Um dos papéis mais importantes dos Conselhos é a discussão do projeto político-pedagógico da escola com professores e diretores, ou seja, quais os temas, os desafios e as estratégias que a escola vai priorizar para melhorar a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Já o Grêmio Estudantil é uma organização que nasce da união dos Referências de uma escola para representar os interesses de todos os estudantes. O direito dos Referências à organização por meio de grêmios está previsto na legislação federal. O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos.

Por isso, um dos seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos estudantes nas atividades da escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que os alunos tenham voz ativa e participem – junto com familiares, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola⁴.

Se a escola não tiver um conselho escolar e/ou grêmio estudantil atuante, é hora de criá-los ou de rever e fortalecer aqueles que existem, mas que não funcionam adequadamente. Enquanto isso, o *Grupo Referência* pode ser implantado com professores, Referências, familiares e equipe de direção ou coordenação pedagógica e apoiar o processo de criação e de fortalecimento dessas instâncias na escola.

É importante destacar que a direção e/ou a coordenação pedagógica devem participar diretamente do *Grupo Referência*, apoiando explicitamente a iniciativa e contribuindo para que o trabalho se articule de forma mais estrutural ao projeto político-pedagógico da escola e a outras ações e projetos em curso na instituição. Se, por diversas razões, ao longo do tempo, algumas pessoas não puderem permanecer no grupo, novos integrantes e integrantes são bem-vindos para recompor e somar com o grupo já constituído.

Não há um limite para o número de pessoas do *Grupo Referência*. Entretanto, sugerimos que ele não seja muito grande, para que possa ser viável a participação de seus integrantes nas reuniões. O fundamental é fortalecer um grupo coeso, que assuma o desafio de arregaçar as mangas e tocar o processo com entusiasmo.

Preparação do Grupo Referência

Depois de definidas as pessoas que serão integrantes do *Grupo Referência*, é hora de marcar a primeira reunião em um horário compatível para a maioria. Um ambiente acolhedor nas reuniões é importante para que todas as pessoas se sintam bem e valorizadas. Uma rodada de apresentação, que permita que as pessoas falem sobre por que estão participando do grupo, quais são suas expectativas e o que acham que podem trazer para o trabalho coletivo, pode ser um bom ponto de partida. Mesmo naqueles grupos de pessoas que já se conhecem, há sempre coisas novas a descobrir.

Na reunião de criação do *Grupo Referência*, é importante discutir os objetivos do Grupo, os próximos passos e seu cronograma de reuniões. Pode-se também listar pessoas a serem convidadas a integrá-lo.

4 Mais informações no site do Projeto Grêmio em Forma: www.soudapaz.org.br.

Uma primeira sugestão de atividade a ser feita pelo grupo é a realização do *Mapa da Mina*.

Mapa da Mina

O Mapa da Mina é o levantamento dos “tesouros”, das experiências e dos projetos desenvolvidos anteriormente na escola que se referem à igualdade racial e ao enfrentamento de outras discriminações, e que devem ser referências para o trabalho que será construído.

Muitas vezes, experiências que a escola já teve ou tem e que não diretamente abordam a questão racial também podem se constituir em importante subsídio para o trabalho que será realizado. Por exemplo, um projeto que trabalhe com a produção de biografias de pessoas da escola e da comunidade.

O Grupo *Referência* pode montar uma “Parede da Memória e dos Tesouros” contendo imagens (fotos, ilustrações, desenhos, cartazes, depoimentos, fragmentos de textos etc.) de experiências existentes na escola rumo a uma educação antirracista e não discriminatória. A parede pode ser “montada” tendo como suporte um tecido bonito e deve ser utilizada em eventos ou ficar exposta em vários lugares da escola. É importante que ela seja vista pelo maior número de pessoas possível!

Debate, estudo e formação

É importante que o Grupo *Referência*, antes de iniciar o processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar na escola**, estude o material, leia atentamente as publicações, discuta os vídeos, reflita sobre os cartazes.

Na seção “Para Saber Mais”, dos **Indicadores Relações Raciais na Escola**, o grupo contará com mais dicas de materiais e de subsídios que contribuirão para o processo formativo do coletivo sobre conceitos, estatísticas e experiências de outros lugares do país.

Com base nesse estudo, é importante discutir como as pessoas do grupo analisam a situação do racismo e de outras discriminações na escola, na comunidade e na sociedade em geral. Também podem ser convidadas para partilharem suas experiências e acúmulos com o Grupo *Referência*: ativistas de movimentos negros e de outros movimentos sociais, especialistas e/ou moradores(as) ou lideranças da comunidade. Na medida do possível, a memória desses depoimentos deve ser registrada em vídeo, texto ou áudio.

Planejamento do processo

O Grupo *Referência* deve fazer um planejamento de como se dará a utilização da **Coleção Educação e Relações Raciais** em suas diferentes etapas. Para o bom desenvolvimento do trabalho, é importante definir quem ficará responsável pelo quê, que materiais e equipamentos serão utilizados em cada etapa, se é necessário organizar lanches com a escola e qual o cronograma para a realização das atividades. Em cada reunião do Grupo *Referência*, deve-se avaliar o que foi feito e o que não pôde ter sido, de maneira a poder reorganizar a realização das ações previstas.

Comunicação

Muitas escolas já possuem um *blog* ou *site* e outros canais de mídia para divulgar suas atividades e projetos. Conforme as condições, o Grupo *Referência* pode propor ou criar uma seção nesses es-

paços virtuais para divulgar as ações, os levantamentos, as experiências, as entrevistas e os depoimentos que serão obtidos com o desenvolvimento das propostas presentes na **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**. Os murais nas paredes, os boletins e/ou outros materiais e espaços de divulgação da escola também poderão ser utilizados para registrar e comunicar para mais gente as atividades, os acúmulos e as estratégias.

Atenção: Tanto o *blog* como a “Parede da Memória e dos Tesouros”, o “Mapa da Mina”, entre outras atividades que serão sugeridas neste Guia Metodológico, devem envolver os Referências (crianças, adolescentes⁵, jovens e adultos) e podem ser trabalhadas como parte das atividades curriculares em sala de aula. Por exemplo, as entrevistas ou as pesquisas podem ser utilizadas como parte de estratégias de letramento.

Escolhendo a nossa trilha: sugestões de etapas e momentos

A seguir, apresentaremos um conjunto de sugestões de momentos do processo de utilização da Coleção, que podem ser combinados de formas diferentes conforme a realidade, as condições, o tempo disponível e os acúmulos de cada escola. É possível também agregar outras ações e etapas não previstas neste Guia. Como já destacado, a proposta metodológica da Coleção é um “leque aberto” e sugere possibilidades que ganham com a criatividade de cada grupo. São várias “trilhas” possíveis. Vamos nessa?

CONHECENDO OS ADINKRAS

Na abertura de cada seção do Guia Metodológico encontra-se um símbolo Adinkra, que inspira o sentido da seção. Na publicação **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola**, que integra a **Coleção Educação e Relações Raciais, também constam vários símbolos Adinkras**⁶. Os símbolos Adinkras foram criados pelos povos Akan, presentes em Gana, Costa do Marfim e no Togo, países da África do Oeste. Constituem um sistema de escrita pictográfica e de ideias comprometidas com a preservação e a transmissão de valores fundamentais. Uma das atividades que podem ser desenvolvidas no Grupo Referência, em outros momentos mais coletivos do processo de aplicação da Coleção ou mesmo em atividades de sala de aula, é pesquisar sobre os símbolos Adinkras e escolher coletivamente aqueles que inspiram cada momento do processo de uso da Coleção. Sugerimos aqui alguns Adinkras, mas os grupos podem propor outros, conforme o contexto, os acúmulos e os desafios de cada escola.

5 Para saber mais sobre a participação de crianças e adolescentes, sugerimos a leitura da publicação *Participação de Crianças e Adolescentes e os Planos de Educação*, elaborada pela Ação Educativa, como parte da iniciativa estratégica com outros parceiros; intitulada *De Olho nos Planos*, disponível no site: www.deolhonosplanos.org.br.

6 Os símbolos Adinkras foram extraídos do livro *Adinkra: sabedoria em símbolos*, de Elisa Larkin Nascimento. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2009. Há vários sites na internet que abordam os Adinkras. Um deles é o da Casa das Áfricas, instituto de pesquisa, de formação e de promoção de atividades culturais sobre o continente africano: www.casadasafricas.org.br.

2. QUEM SOMOS? O PERFIL DA ESCOLA

Quem são as alunas, alunes e alunos de nossa escola? Quem são as famílias, os professores, a direção e a equipe pedagógica? Quem são as merendeiras e demais profissionais de educação que trabalham na escola? Quem é a comunidade na qual a escola está inserida? Quais são as condições de funcionamento da instituição?



- Uma primeira atividade proposta pelo Grupo Referência é o levantamento do perfil da escola. O perfil pode resultar de uma construção coletiva mais ampla, mobilizar turmas de alunos como parte do trabalho curricular ou envolver um pequeno grupo que faça um levantamento preliminar a ser aprimorado nas próximas etapas do processo.

É fundamental que, como parte de uma atividade educativa com a comunidade escolar, o levantamento capte também informações sobre a autodeclaração étnico-racial de estudantes, profissionais de educação e familiares, discutindo a importância dessas informações para que possamos conhecer melhor a comunidade escolar e enfrentar desigualdades, discriminações e violências decorrentes do racismo. Desde 2005, o Censo Escolar – levantamento nacional coordenado pelo INEP/MEC – coleta essas informações junto às escolas. Mas ainda há muita gente que não compreende a importância de declarar sua raça/cor.

O perfil da escola pode reunir informações como:

- Endereço, nome da equipe gestora e pedagógica.
- Existência ou não do conselho escolar, do grêmio.
- Tamanho da escola (número de estudantes), por idade, quesito cor/raça, por série/ciclo.
- Dados educacionais da escola (Ideb, taxa de evasão, taxa de frequência, taxa de matrícula, taxa de repetência etc.).
- Número de professores e professoras, demais profissionais de educação, raça/cor, jornada, formação, condições de trabalho e horário de trabalho coletivo. A escola necessita de mais professores e demais profissionais de educação? Há disciplinas sem aula? Há muita rotatividade de profissionais?
- Condições de funcionamento a partir dos insumos previsto no Custo Aluno-Qualidade Inicial⁷ (CAQi) – número de alunos por turma, infraestrutura (salas de aula, salas de professores e da equipe de direção, banheiros, refeitório, quadra, biblioteca, ou sala de leitura, laboratórios, sala do grêmio ou de convivência estudantil), equipamentos, materiais didáticos e paradidáticos, recursos para projetos e passeios, limpeza, número suficiente de funcionários.
- Realidade socioeconômica da comunidade/região/município em que a escola está inserida.

7 Previsto na legislação educacional, o Custo Aluno-Qualidade vem responder à pergunta: Qual o investimento necessário por criança (no caso das creches) ou por Referências (no caso das escolas) para que o Brasil cumpra o que está na lei e garanta condições para ampliação do número de vagas e para a melhoria de educação? Quanto custa esse direito? Para esse cálculo, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação construiu uma proposta de CAQ com base em uma “cesta” de insumos (condições concretas para um atendimento de qualidade), que foi assumida pelo Conselho Nacional de Educação (2010). Para saber mais sobre o CAQ, acesse *Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito*: http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQieducativo_2Edicao.pdf.

- Demandas por educação mais comuns na comunidade.
- Relação com as famílias.
- Relação da unidade escolar com outras escolas da região.
- Relação com a Secretaria de Educação.
- Existência de outras instituições da rede de proteção dos direitos das crianças e do adolescente na cidade, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).
- Existência de movimentos negros e de outros movimentos, grupos e organizações da sociedade civil na comunidade ou cidade.
- Principais desafios e problemas enfrentados pela escola.

É fundamental identificar as informações que já existem na escola e informações que não se têm, mas que são importantes de serem obtidas em outras etapas do processo. Listar tais demandas e questões em um cartaz constitui ponto a ser enfrentado pelo futuro plano de ação da escola.

As informações obtidas no processo podem ser divulgadas no *blog* ou *site* da escola, serem discutidas em sala de aula, reuniões e encontros no ambiente escolar ou fora dele. A síntese de tais informações pode ser exibida em um mural da escola.

Consideramos que tais levantamentos de informações sobre o perfil da escola “adubam o terreno” para o desenvolvimento do processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais** e para outros processos e projetos relevantes destinados ao fortalecimento da gestão democrática e ao aprimoramento do atendimento educacional de qualidade em uma perspectiva contextualizada.

3. AGITANDO A ESCOLA: O USO DA PESQUISA DE OPINIÃO



Para dar início a um processo mais amplo de debate na comunidade escolar sobre o racismo e outras discriminações na escola, uma das possibilidades é o uso da Pesquisa de Opinião ou de outros tipos de pesquisa que possam mobilizar todos(as) os(as) alunos(as), os(as) profissionais de educação, os familiares para a realização de um levantamento sobre o que pensam as pessoas com relação a esses problemas e o que sugerem como ideias e propostas para superá-los.

Uma das metodologias que podem ser usadas é o Nepso – Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião (<http://www.nepso.net/publicacao>), desenvolvida pelo Instituto Paulo Montenegro⁸ e pela Ação Educativa. Diferente de outras formas de pesquisa utilizadas no ambiente escolar nas quais os estudantes, os familiares e os profissionais de educação figuram somente como “fontes de informação”, o Nepso é uma metodologia ativa que tem como princípio o envolvimento das pessoas no estudo sobre os assuntos que serão abordados, na preparação do questionário, na aplicação do instrumento e na análise e divulgação dos resultados da pesquisa. A participação na pesquisa – tanto no desenvolvimento e na aplicação como na pessoa entrevistada – deve ser sempre voluntária, nunca obrigatória.

A utilização do Nepso no Brasil e em vários países tem como um dos pontos de destaque a valorização da participação de estudantes e de suas vozes a partir de temas de seu interesse. O envolvimento do grêmio estudantil no desenvolvimento da pesquisa pode garantir maior amplitude para iniciativa e contribuir para o fortalecimento da organização estudantil na escola. A metodologia possibilita a construção de novos conhecimentos e aprendizagens, bem como o desenvolvimento de capacidades e habilidades diversas, entre elas, a de investigar a realidade e de analisá-la criticamente, dando concretude ao currículo escolar.

Ao ouvir a opinião de outras pessoas, os(as) participantes têm a oportunidade de entrar em contato com experiências, pontos de vistas e conhecimentos diversos, de discuti-los em diálogo com outras fontes de pesquisa, o que dará maior embasamento teórico para abordar a questão, e de aprimorar suas próprias opiniões. Esse processo possibilitará a todos refletirem sobre como as visões de mundo são construídas socialmente, por meio de influências, acordos, conflitos e negociações cotidianas.

Etapas

A Pesquisa de Opinião pode ser utilizada no planejamento e no desenvolvimento da gestão democrática escolar, no processo de ensino-aprendizagem, na contextualização dos conteúdos das disciplinas, na integração de diversas disciplinas e na articulação da escola com a comunidade. Ela é desenvolvida por meio das seguintes etapas:

- Formação da equipe da pesquisa: que pode envolver um(a) professor(a) com sua turma de alunos(as), várias turmas de alunos(as) ou o conjunto da escola a partir de uma ação articulada com a direção, a coordenação pedagógica e o conselho escolar.

⁸ O Instituto Paulo Montenegro foi uma organização sem fins lucrativos, vinculada ao Ibope, que tinha por objetivo desenvolver e executar projetos na área de Educação (<www.ipm.org.br>). Com a venda em 2014 da empresa Ibope para um grupo estrangeiro, o Instituto Paulo Montenegro foi fechado.

- Definição do tema: momento coletivo no qual se buscam respostas para as seguintes questões: O que queremos saber? O que já sabemos sobre o assunto, no âmbito local ou em referências mais amplas? Que tipos de dúvidas pretendemos abordar por meio da pesquisa? Quais hipóteses podemos levantar com a pesquisa? Quais os vários lados/aspectos do problema serão abordados? O que será feito com os resultados da pesquisa? Como e para quem serão divulgados?
- Estudo sobre o tema que será abordado na pesquisa: nesse momento é importante estimular o levantamento de informações sobre o tema da pesquisa em diferentes fontes (livros, jornais, revistas, internet, depoimentos de familiares e pessoas da comunidade etc.), que possam contribuir para a maior compreensão das questões em jogo e embasamento.

Além das etapas mencionadas acima, podemos acrescentar outras como: identificação da população e definição da amostra (número de pessoas que serão entrevistadas); elaboração do questionário; aplicação do questionário na comunidade escolar; tabulação e processamento dos dados; análise, interpretação e apresentação dos resultados e registro e sistematização da experiência. Essas etapas podem envolver professores de várias disciplinas (história, matemática, língua portuguesa, artes etc.) e estão mais bem detalhadas no *Manual do Nossa Escola Pesquisa Sua Opinião*, disponível para acesso público e gratuito em: <http://www.nepso.net/publicacao>.

No que se refere à abordagem das problemáticas do racismo e das discriminações no ambiente escolar, a utilização da Pesquisa de Opinião pode pautar o debate sobre questões que são muitas vezes silenciadas, invisibilizadas e minimizadas na escola. Ela pode constituir um bom ponto de partida para sensibilizar todas as pessoas para as questões levantadas até então, gerando subsídios para os momentos seguintes do processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**.

Esses momentos são: os *Grupos de Diálogos*, o uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola pela comunidade escolar** e a construção e implementação do Plano de Ação Escolar. A Pesquisa de Opinião pode ser também utilizada na avaliação do Plano de Ação e no levantamento de ideias para aprimorá-lo.

É importante observar que o *Grupo Referência* deve propor a realização da pesquisa e acompanhar atentamente o seu desenvolvimento para que situações que porventura sejam reveladas pela pesquisa não venham a ser utilizadas para acirrar discriminações e racismos contra determinadas pessoas ou grupos. A intervenção pedagógica imediata é fundamental!

Em vez de utilizarem a metodologia Nepso, as escolas poderão optar por discutir a elaboração e a realização, com a equipe de alunos, de um questionário aberto, adaptado conforme o contexto escolar. Esse questionário pode ter como ponto de partida as seguintes questões:

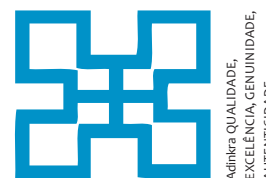
- O que deve ter uma escola com boa convivência, na qual todos(as) se sintam respeitados(as)?
- Conte uma coisa boa e uma coisa ruim que aconteceu em nossa escola que marcou você.
- Há racismo, discriminação e preconceito em nossa escola? Você conhece ou já ouviu falar de alguma situação de racismo, discriminação e preconceito em nossa escola?
- Em sua opinião, como as pessoas que sofrem racismo e discriminação se sentem?
- Você já se sentiu assim alguma vez na vida?

- Em sua opinião, por que as pessoas discriminam as outras?
- O que pode ser feito na escola para que situações como estas não ocorram mais?
- O que você pode fazer para transformar essa situação?

Os conceitos abordados nas perguntas devem ser tema de discussão e estudo prévio em sala de aula e/ou em outras atividades escolares para que os(as) alunos(as), sobretudo os(as) que atuarão como entrevistadores(as), possam se sentir mais bem preparados para aplicar o questionário e compreenderem os diferentes aspectos do racismo e das discriminações num contexto mais amplo da sociedade, e não como um problema de um indivíduo em particular.

É fundamental, envolver os(as) alunos(as) na sistematização, na análise e na apresentação dos resultados da pesquisa para a comunidade escolar, estimulando seu potencial para um debate amplo e democrático. Os resultados desse processo, como já abordado, alimentarão os outros momentos do processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**.

4. HORA DE APROFUNDAR: A METODOLOGIA DOS GRUPOS DE DIÁLOGOS



Os *Grupos de Diálogo* são uma metodologia de origem canadense chamada Choice Work Dialogue, desenvolvida pelo educador Daniel Yankelevich. Foi utilizada em caráter experimental pela Ação Educativa nas escolas que participaram do projeto-piloto que subsidiou a elaboração dos materiais da **Coleção Educação e Relações Raciais**⁹.

Ela pode ser adaptada por escolas para que se faça um debate mais aprofundado sobre possíveis caminhos de superação do racismo e de outras discriminações no ambiente escolar, logo após a utilização da pesquisa de opinião ou de outros tipos de questionários/levantamentos junto à comunidade escolar. Também pode ser usada em outros momentos do processo, nos quais se pretende criar oportunidades para adensar a reflexão coletiva sobre alternativas de ação diante dos problemas que se colocam na realidade da escola.

A metodologia possui muitos pontos de convergência com as propostas da educação popular latino-americana, inspiradas no pensamento do educador Paulo Freire. Essa metodologia consiste na organização de Grupos de Diálogo formados por cerca de 40 pessoas cada. Os participantes são convidados a debater um tema específico durante um dia inteiro¹⁰. As discussões são conduzidas por facilitadores que apresentam aos participantes informações e alternativas para se abordar a questão em foco.

Há três alternativas, chamadas na metodologia de “cenários” ou “caminhos”.

A metodologia parte do entendimento de que as pessoas formam suas opiniões e julgamentos por meio de um processo coletivo de troca de ideias e não por uma avaliação individual e isolada. Considera que a formação de opinião é um processo que envolve valores e emoções profundas. A troca de ideias – desde que as pessoas estejam abertas a ouvir e a dialogar – é formativa, na medida em que os participantes têm oportunidade de acessar informações, fazer conexões entre fatos e circunstâncias, perceber conflitos e se engajar em um processo coletivo de reflexão e debate.

Os *Grupos de Diálogo* vêm sendo utilizados em vários países na discussão de questões polêmicas que envolvem políticas públicas. É uma metodologia destinada a “pessoas comuns”, ou seja, não se trata de um diálogo entre especialistas.

Etapas

É necessário instituir um “Dia de Diálogo: conversando sobre racismo”, que deve ter a duração aproximada de oito horas e acontece em momentos de plenária e de trabalho em grupos menores, de até 10 pessoas. O espaço, os materiais e os equipamentos necessários devem ser preparados com antecedência. As plenárias e o trabalho em grupo são conduzidos por dois facilitadores devi-

9 O primeiro contato da Ação Educativa com a metodologia dos *Grupos de Diálogo* se deu por meio da participação da instituição no grupo de organizações que desenvolveram a pesquisa nacional *Juventude Brasileira: participação, esferas e políticas públicas* (2006), coordenada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis. Mais informações sobre a metodologia estão disponíveis em <<http://www.ibase.org.br/userimages/Metodologia.pdf>> ou no site da instituição Viewpoint Learning (<<http://www.viewpointlearning.com>>).

10 Caso não seja possível um dia inteiro (8 horas), sugerimos dois meios períodos em dias consecutivos (um após o outro), para que o “calor” do Grupo de Diálogos não “esfrie”.

damente orientados para não intervir no conteúdo da discussão, mas para registrar os principais pontos do debate e apoiar para que o debate ocorra segundo as regras e acordos dos Diálogos.

Depois da apresentação dos participantes, que pode ser feita por meio de diferentes dinâmicas, são apresentados ao grupo os objetivos da atividade. No caso do trabalho realizado pela Ação Educativa nas escolas, no marco do projeto **Educação e Relações Raciais**, foram apresentados os seguintes objetivos, dispostos em um grande cartaz, que permaneceu fixado na parede da sala durante toda a atividade:

- Discutir e refletir coletivamente sobre os diferentes caminhos (suas possibilidades, limites e riscos) de superação do racismo no ambiente escolar.
- Preparar o “terreno” para a aplicação dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** e para a construção do *Plano de Ação Escolar* (próximas etapas sugeridas).
- Fortalecer um grupo que será, junto ao *Grupo Referência*, responsável pela implementação do *Plano de Ação Escolar*, a ser definido pela comunidade escolar após a aplicação dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola**.

Após a apresentação dos objetivos, discute-se com o grupo um conceito de “Diálogo”, que deve ser construído em oposição à ideia de “Disputa pela disputa” de opiniões.

Disputa pela disputa	Diálogo
Parte da certeza de que existe apenas uma resposta e de que você tem a resposta.	Parte da certeza de que as outras pessoas podem ter partes da resposta.
Tenta provar que o lado está totalmente errado. Pode apelar para ofensas.	É colaborativo. Tenta compreender o ponto de vista do outro.
Procura ganhar o tempo todo.	Procura identificar se há pontos para o diálogo.
Ouve a outra pessoa para achar falhas no que ela defende.	Ouve a outra pessoa para entender o que ela defende.
Defende seu ponto de vista sem ouvir o ponto de vista dos demais.	Traz o seu ponto de vista para ser discutido com o grupo.
Procura somente encontrar as fraquezas na outra posição.	Tenta identificar se há pontos fortes na outra posição.
Tenta encontrar um resultado que esteja de acordo com a sua posição.	Tenta descobrir novas possibilidades e formas de pensar.

O grupo é convidado a discutir esses conceitos, que ficam expostos na parede, e a definir coletivamente suas regras de convivência, que além de reforçar as atitudes favoráveis ao “Diálogo”, podem definir regras sobre o desligamento de celulares, o cuidado com a limpeza da sala, horários de intervalo, entre outras.

Em seguida, é apresentada a programação do dia e informações gerais sobre a questão em foco, que vão constituir o chamado “Panorama”. No nosso caso, a questão proposta é: Qual o melhor caminho para avançarmos na superação do racismo em nossa escola?

No “Panorama”, pode-se resgatar o conceito de racismo e de discriminação, os resultados da pesquisa de opinião realizada na escola (o que ela revela e o que não revela) e apresentar dados sobre as desigualdades raciais na sociedade e na educação brasileira e como ela impacta o direito humano à educação de qualidade no país.

Estas informações podem ser obtidas na publicação **Indicadores Relações Raciais na Escola**, que compõe a Coleção, e por meio de outras pesquisas a serem feitas em sites, livros e periódicos (há várias dicas na seção “Para saber mais”, dos **Indicadores Relações Raciais na Escola**). Se possível, é importante agregar informações sobre as desigualdades raciais no município e/ou localidade. Esse momento da atividade, de apresentação do “Panorama”, deve ser conduzido por dois facilitadores e durar no máximo 20 minutos. Deve-se garantir algum tempo para dúvidas, comentários ou complementação de informações por parte dos participantes.

Introdução aos caminhos

Os facilitadores apresentam ao grupo os três cenários/caminhos. Cada participante deve receber uma cópia do material que será exposto sobre os caminhos. Ao lado de cada caminho, devem-se ter dois campos para os participantes darem uma nota de 1 a 5 (a nota máxima) para cada um deles. Depois da apresentação inicial dos cenários pelos facilitadores, será pedido a cada participante que dê uma nota para cada um desses caminhos. Ao final do dia, depois dos debates sobre os caminhos, os participantes serão convidados a dar novamente notas para os caminhos.

Qual o melhor caminho para superar o racismo em nossa Escola?

- Caminho 1. Valorização da cultura negra na escola
- Caminho 2. História africana e afro-brasileira no currículo escolar
- Caminho 3. Educação antirracista e não discriminatória no cotidiano escolar

Caminho 1. Valorização da cultura negra na escola

A escola valoriza e destaca a participação das pessoas negras na formação do País. Por isso, celebra datas comemorativas referentes à questão racial, promove festas, danças e outras atividades específicas que afirmam a estética (beleza) negra e a riqueza histórica e cultural africana e afro-brasileira. Dessa forma, acredita que oferece informações, melhora a autoimagem, eleva a autoestima da população negra e promove o respeito, a convivência e o reconhecimento por parte de todos(as) com relação à importância da população negra.

Pontos Favoráveis do caminho	Pontos desfavoráveis do caminho
Se a escola valoriza e dá visibilidade à cultura negra nas datas comemorativas, ela envolve mais Referências negros que podem se sentir estimulados a participarem mais da vida escolar e a ficarem com orgulho de suas heranças africanas e afro-brasileiras.	Se a escola não discute questões fundamentais como a desigualdade racial, pois apenas exalta a cultura negra sem refletir sobre suas bases históricas, ela acaba não contribuindo para questionar a realidade atual dos negros e as relações sociais entre grupos discriminados e não discriminados.

Pontos Favoráveis do caminho	Pontos desfavoráveis do caminho
Se a escola valoriza a cultura negra, ela pode trabalhar por meio de diversos tipos de manifestações, tais como a dança, as máscaras, a música, a capoeira, as histórias e as contribuições da língua e alimentação.	Se a escola se preocupa somente com a valorização de aspectos culturais, corre o risco de deixar de lado as formas de luta e de resistências dos negros e das negras que marcam a história do Brasil desde a escravização até hoje.
Se a escola valoriza a cultura negra, oferece oportunidade para que toda a comunidade escolar – Referências, professoras, funcionários, familiares, sejam eles e elas brancos, negros, orientais, indígenas etc. – percebam que os negros e as negras são parte da formação da sociedade brasileira.	Se a escola se preocupa somente com a valorização dos aspectos culturais, pode reforçar a imagem que certas atividades e características são algo típico dos “negros”, o que gera estereótipos e rotulações (por exemplo, os negros são naturalmente inclinados para a dança, festa e futebol).
A escola pode incluir em seu planejamento algumas datas comemorativas e trabalhar por meio de projetos em disciplinas (Matemática, Português, Biologia, História, Geografia, Artes Plásticas etc.).	Trabalhar em projetos e algumas disciplinas não significa que na prática haverá a valorização da cultura negra. Para mudar essa situação, é preciso que os projetos reflitam sobre as causas das desigualdades raciais e sobre as relações sociais que dão base ao racismo. É importante também estimular brancos, negros, indígenas, orientais, entre outros grupos, a refletirem o seu lugar nas relações sociais.

Caminho 2. História africana e afro-brasileira no currículo escolar

A escola cumpre o seu papel de tratar os conhecimentos de todas as disciplinas de acordo com orientações legais. Por isso, inclui nas atividades da sala de aula os conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira em disciplinas tais como História, Artes, Língua Portuguesa e Geografia. Dessa forma, acredita que, ao oferecer mais informações e conhecimentos sistematizados, possibilitará uma visão mais crítica sobre as diferentes realidades, contribuindo para alterar as relações entre as pessoas.

Pontos favoráveis do caminho	Pontos desfavoráveis do caminho
Estudar as muitas “Áfricas” permite estabelecer conexões históricas com o Brasil em seus aspectos econômicos, políticos e sociais.	Não há materiais didáticos disponíveis e suficientemente críticos para abarcar a dinâmica das sociedades africanas.
O estudo de história e cultura africana e afro-brasileira pode criar oportunidades para questionar as desigualdades sociais e mostrar a importância de respeitar as diferenças.	Sobre qual África estamos falando? O que ensinar sobre ela? São questões que não têm uma resposta fácil. A abordagem dos conteúdos históricos pode não dar conta de toda a complexidade e da trama da cultura.

Pontos favoráveis do caminho	Pontos desfavoráveis do caminho
Destacar nas disciplinas questões que mostram o desenvolvimento e organização das sociedades africanas pode servir para mostrar o quanto já eram avançados, em especial nos séculos XV ao XIX.	Corre-se o risco de trazer para os Referências uma África de ontem, sem que sirva para compreender as relações atuais com o mundo “globalizado”.
A escola, ainda hoje, é o espaço de aprender os conhecimentos científicos. Todo o currículo deve ser organizado para que as disciplinas possam contribuir com essa tarefa. A busca do conhecimento deve mobilizar a escola a “mergulhar e redescobrir” os povos e as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.	Os professores e professoras não estão capacitados para este trabalho, por isso, a escola não deve ser o principal espaço educativo para a educação das relações raciais. Este trabalho deve ser feito de forma extracurricular, através de cursos e oficinas, ministrados por pessoas que entendam do assunto.

Caminho 3. Educação antirracista e não discriminatória no cotidiano escolar

A escola assume explicitamente o compromisso com uma educação antirracista e não discriminatória no cotidiano escolar. Diante disso, dentro de seu espaço, mantém o foco nas interações, nas relações entre as pessoas, nas atitudes e comportamentos, no entorno de gestos e imagens. Dialoga com a comunidade e tenta estabelecer a “ponte” entre o cotidiano escolar e as políticas públicas, buscando caminhos para que as pessoas revejam modos de pensar e agir.

Pontos favoráveis do caminho	Pontos desfavoráveis do caminho
Assume explicitamente o compromisso com uma educação antirracista e não discriminatória.	Corre o risco de assumir um discurso que favorece apenas pessoas negras e, com isso, deixa de enfrentar outras desigualdades como a pobreza (condição econômica), o machismo, a discriminação contra homossexuais, nordestinos e pessoas com deficiências, entre outras.
Investe na formação da comunidade escolar para explicitar os caminhos para superação do racismo.	Corre o risco de não envolver as pessoas que não são negras de forma ativa no processo de enfrentamento do racismo, ao reforçar um discurso que pode levar à culpa (“sou um branco opressor?”), à desresponsabilização (“não tenho nada a ver com isso”, “é uma questão estrutural da sociedade”) e ao imobilismo (“me sinto uma formiguinha diante do tamanho do problema”).
A escola está atenta e intervém pedagogicamente nas práticas cotidianas que reproduzem o racismo de diferentes formas.	A escola não tem poder para atuar sobre mecanismos estruturais da exclusão presentes na sociedade. Portanto, não tem como superar a discriminação.

Pontos favoráveis do caminho	Pontos desfavoráveis do caminho
Trata da questão racial como uma questão de importância para todas as pessoas (não somente para grupos discriminados).	Corre o risco de enfraquecer o trabalho nas disciplinas.
Reconhece e valoriza o esforço coletivo e, assim, pode atuar sobre alguns mecanismos estruturais da exclusão. Investe na discussão de conceitos-chave.	Não existem materiais de apoio que apontem caminhos sobre como enfrentar a discriminação no cotidiano.
Busca meios de fortalecer a comunidade escolar para ações cotidianas que possam ser assumidas individual ou coletivamente, tais como acompanhar leis e orçamentos e participar de instância de gestão democrática escolar e do município.	Na comunidade escolar, as pessoas circulam com seus conhecimentos de mundo e, por mais que haja formação e discussões, mudar as posturas e as práticas pedagógicas depende em grande parte de decisões individuais.
Busca inserir no seu projeto político-pedagógico as maneiras de articular áreas de conhecimento que favoreçam uma perspectiva não discriminatória.	Não há “tempo escolar” e nem condições para esse tipo de trabalho. Os(as) professores(as) não têm formação para discutir essa relação.
Não silencia, esconde ou mascara os conflitos raciais (verbais ou não verbais) que aparecem na escola.	As escolas vivem em função dos currículos impostos pelas avaliações de larga escala e de outros programas governamentais que surgem de “cima para baixo”.
Discute e elabora coletivamente formas pedagógicas de encaminhar os conflitos no regimento, nos materiais didáticos e paradidáticos e no ambiente da escola.	Os(as) professores(as) são sobrecarregados e não têm tempo para o trabalho coletivo, o que geralmente inviabiliza todo e qualquer trabalho nesse sentido.
Promove um olhar crítico a respeito da organização da sociedade brasileira e de suas implicações para a vida na escola, provocando reflexões que possam estruturar ações coletivas e emancipatórias na escola e na comunidade.	É difícil fazer a “ponte” entre a escola e as políticas públicas municipais, estaduais e federais de combate ao racismo. Faltam informações, espaços públicos de discussão e participação.

O debate nos grupos

Depois da apresentação dos caminhos pelos facilitadores, é garantido um tempo para dúvidas, comentários e questões que precisam ser abordadas de forma mais acessível. Nesse momento, é solicitado que cada participante anote no material que lhe foi entregue que nota daria a cada caminho, sendo 1 (caminho mais frágil) e 5 (caminho mais forte). É explicitado aos participantes que os cenários constituem somente um ponto de partida da discussão e que, ao final do dia, poderão surgir outros caminhos ou a combinação dos existentes.

O grupo, então, é dividido em grupos menores, com apoio de facilitadores, que retomará rapidamente com o grupo os principais conteúdos dos cenários. No pequeno grupo, os participantes

são convidados a expressar suas preocupações iniciais com cada cenário, sem que haja discussão com os demais. Em um segundo momento, os participantes são convidados a optar por um cenário e a dialogar com os demais sobre ele. Busca-se chegar a um cenário-síntese para o grupo.

Em um terceiro momento, o grupo é convidado a discutir o que significa concretamente optar por esse cenário-síntese para a escola e o que estão dispostos a fazer e a abrir mão para que o ele se torne realidade. Todos os resultados são sistematizados em cartazes para que possam ser dispostos na plenária final. Antes disso, os facilitadores devem ler para o grupo os resultados, para checar se houve o entendimento correto das decisões do grupo.

Todos os grupos voltam para a plenária e apresentam seus resultados, complementando ou corrigindo os resultados apresentados pelos facilitadores ou outros representantes dos grupos. Abre-se o debate para a discussão sobre o cenário-síntese e os caminhos para viabilizá-lo na escola. Deve-se, também, registrar demandas que se referem às políticas públicas do município, de responsabilidade das Secretarias de Educação ou de outros órgãos e instituições públicas.

Ao final, os participantes são convidados a dar mais uma nota aos caminhos e a comentar o que aprenderam no diálogo com os demais. Os resultados do *Grupo de Diálogo* serão resgatados como mais um subsídio para a construção do *Plano de Ação da Escola*, após a aplicação dos **Indicadores Relações Raciais na Escola**. Como abordado no início deste Guia Metodológico, ao planejar o uso da **Coleção Educação e Relações Raciais**, a escola optará por quais etapas farão parte do processo, considerando suas condições e expectativas. O *Grupo de Diálogos* pode se constituir em mais um momento de formação e fortalecimento de um grupo comprometido em atuar de forma mais sistemática em estratégias de superação do racismo e de outras discriminações presentes na escola.

5. O MAPA DA MINA: ACÚMULOS, MEMÓRIAS E TESOUROS



A expressão *Mapa da Mina* remete à busca de tesouros escondidos em histórias de aventura. Achar o mapa e decifrar os sinais que indicam as pistas pode levar ao encontro de um valioso tesouro. O tesouro sempre desejado aparece de diferentes maneiras: um baú repleto de moedas antigas, pepitas de ouro ou pedras preciosas, uma fórmula poderosa, um objeto de muita estimação para alguém ou, ainda, a revelação de um segredo importante para uma comunidade. De qualquer forma, uma coisa é certa: o tesouro existe e encontrá-lo exige um bom esforço, a começar por encontrar o *Mapa da Mina*. E mais: nem sempre achar o tesouro é o fim da história, pelo contrário, pode significar o ponto de partida de uma nova jornada.

Como no caso do uso da **Coleção Educação e Relações Raciais**: *apostando na participação da comunidade escolar*, aqui, ao tomar emprestada a ideia do *Mapa da Mina*, o que se pretende é afirmar que, para a organização de um plano de ação da escola, *raramente se parte do nada*. É necessário conhecer o histórico de trabalho com relações raciais na escola: o que já se fez, quem fez e quando se fez?

O *Mapa da Mina* é o ponto de partida para se chegar aos acúmulos da escola relativos à educação das relações étnico-raciais. Pode-se, também, identificar outras experiências com potencial para a promoção da igualdade racial na escola, como projetos com diversos fins: elaboração de biografias de pessoas da comunidade; levantamento da história local e dos conhecimentos das pessoas idosas; pesquisa da história da ciência e de várias formas de se viver a matemática no cotidiano; produção cultural juvenil e de outros grupos que vivem no entorno da escola etc.

Ao levantar esses outros projetos, a escola deverá, necessariamente, responder à pergunta: Como utilizá-los na perspectiva da educação das relações raciais e na superação do racismo e de outras discriminações? A proposta visa estimular a reflexão e o uso intencional dos projetos para esse fim.

Nesse momento, é enorme a importância do *Grupo Referência* na escola. Como citado no capítulo deste Guia Metodológico, o próprio Grupo Referência pode fazer um levantamento das experiências e acúmulos da escola, o chamado *Mapa da Mina*, na etapa de preparação do processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais**. Ele também pode transformar o *Mapa da Mina* em um momento mais amplo e coletivo, estimulando Referências, profissionais de educação e familiares na busca dessas memórias, experiências e acúmulos da escola e da comunidade do entorno.

A tarefa também pode ser feita por etapas e ao longo de um determinado tempo. O importante é que desapareça da escola a impressão de que não existe nada nem ação nenhuma voltada para a promoção da igualdade racial na escola ou que possa ser utilizada para esse fim. Em muitas ocasiões, usamos estratégias diversas e sem intencionalidade e, ao pararmos para refletir, elas são muito potentes para alavancar a discussão.

No momento de planejar o desenvolvimento dessa etapa, é fundamental que a escola seja sensibilizada para sair em busca de ações já realizadas ou em curso. Muitas vezes, as memórias estão com famílias, Referências, professores(as), coordenação, direção ou equipe técnica. O *Grupo Referência* pode começar relatando algumas ações mais recentes da escola e, com isso, provocar o exercício de ampliar a busca por atividades realizadas no passado.

É fundamental lembrar de registrar essas descobertas na “Parede da Memória e dos Tesouros” da escola, conforme explicado na seção referente ao *Grupo Referência*.

Durante essa etapa, pode-se descobrir que já existiram projetos que não mais acontecem na escola. Se possível, cabe ao *Grupo Referência* estimular a busca de pessoas ou instituições que foram, na época, responsáveis pelas ações. Também pode acontecer de as Referências se lembrarem de nomes de professores(as) mais atuantes em relação à temática, e, nesse caso, vale uma conversa com esses sujeitos.

Durante o levantamento de informações, é interessante atentar para a participação de profissionais da secretaria, merendeiras(os) e porteiros(as) quando dizem de lembranças de atividades que, de alguma maneira, movimentaram a escola em determinado momento. Investigar é a palavra-chave! Outro ponto importante é a busca de registro das ações junto à direção e à coordenação pedagógica, tanto em forma de relatórios, fotografias, filmagens, como em algo similar. Algumas ações em decorrência de cursos ou de projetos de curta e média duração vinculados a programas governamentais ou a organizações não governamentais resultam em registros importantes e, às vezes, esquecidos.

Sabendo da dinâmica das escolas brasileiras, decorrente em grande parte da falta de condições adequadas de funcionamento, nem sempre os professores, a direção e a coordenação pedagógica ocupam o mesmo lugar por muito tempo, o que geralmente tem efeito sobre a continuidade de muitos projetos. Pode acontecer de a atividade perder força com a ausência da(s) pessoa(s) que a impulsionava(m), seja porque quem “tocava” se aposenta, seja porque muda de unidade escolar ou de setor.

Nesse sentido, as reuniões de planejamento da equipe pedagógica devem ser fortalecidas como espaços privilegiados para a socialização dos acúmulos e para o envolvimento de outras pessoas na continuidade de experiências importantes para a escola.

Com o objetivo de ampliar ao máximo o levantamento de informações, o *Grupo Referência* pode mobilizar grupinhos de pessoas que tenham sempre em mãos um bloco de anotações, gravador e máquina fotográfica. Quando se está em busca de tesouros, a notícia “anda de boca em boca” e sempre chegam narrativas e memórias de tempos mais remotos ou recentes de atividades acontecidas na escola com o maior ou menor envolvimento da comunidade escolar.

Também é importante observar com cuidado as paredes da escola, os depósitos e arquivos. Nesses lugares podem ser encontrados resquícios, maquetes, figurinos de teatro, partes de exposições que dizem respeito a atividades ocorridas. Dentro de um plano de ação a ser elaborado, muitas delas podem ser repensadas ou retomadas com acompanhamento e avaliação.

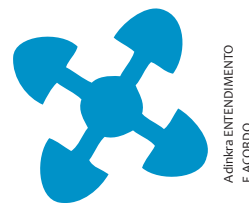
Feito o levantamento de experiências, que pode não se esgotar num primeiro momento, cabe ao *Grupo Referência* “puxar” a sistematização do tesouro e organizar uma apresentação para toda a comunidade escolar. Ao analisar o conjunto das experiências, com participação de mais pessoas de diferentes segmentos, o Grupo pode organizar uma linha do tempo na “Parede das Memórias e dos Tesouros” que apresente as experiências da escola e, paralelamente, fatos que ocorreram na época na escola, no município, estado ou país.

Nessa linha do tempo, podem ser incluídos os marcos legais locais, estaduais ou nacional comprometidos com a garantia do direito humano à educação e à superação do racismo e das discriminações, e a valorização da diversidade e dos direitos humanos na escola e na sociedade.

Por último, vale a pena destacar que muitas experiências importantes sobre educação e relações raciais, assim como outras que visam à superação de discriminações no ambiente escolar, ainda são desenvolvidas de forma solitária ou por pequenos grupos com pouco ou nenhum apoio da escola, por diversas razões.

Muitas dessas experiências foram ou são desenvolvidas por profissionais de educação, familiares, lideranças comunitárias e Referências que atuam no movimento negro e em outros movimentos sociais. É importante reconhecer publicamente o papel dessas pessoas e desses coletivos na construção de uma educação antirracista e não discriminatória e “enraizar” seus acúmulos no conjunto da escola.

6. AUTOAVALIAÇÃO PARTICIPATIVA: OS INDICADORES RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA



Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** integram a **Coleção Educação e Relações Raciais**: apostando na participação da comunidade escolar. Eles também fazem parte da série de publicações **Indicadores da Qualidade na Educação**, composta pelos **Indicadores de Ensino Fundamental** (2004) e **Indicadores de Educação Infantil** (2009)¹¹.

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** foram desenvolvidos em decorrência da complexidade e da magnitude da desigualdade racial na educação brasileira e de seus efeitos no cotidiano escolar e na garantia do direito humano à educação de qualidade para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos do país. Constituem um instrumento de autoavaliação escolar bastante flexível que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola e ser articulado ao uso dos outros indicadores (Ensino Fundamental e Educação Infantil).

A publicação é composta por dimensões e perguntas que contribuem para que a comunidade escolar, reunida em plenárias e grupos de trabalho, diagnostique quais os desafios para a superação do racismo na escola e para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003 e apresenta ideias e propostas para um Plano de Ação Escolar.

O *Grupo Referência* pode prever a aplicação dos indicadores como uma etapa prévia à construção do Plano de Ação Escolar. O uso dos Indicadores pela comunidade escolar deve ter início com a apresentação dos resultados das atividades e dos momentos anteriores impulsionados pelo Grupo Referência, como a caracterização da escola, a pesquisa de opinião e os Grupos de Diálogo (caso estes tenham sido realizados). Mais uma vez, lembramos que cada escola pode fazer uma combinação própria dessas metodologias, entre outras propostas, conforme os acúmulos, os desafios, as condições e o tempo disponível para o desenvolvimento do processo de uso coletivo da Coleção Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar.

Periodicamente – de um a dois anos – os Indicadores podem voltar a ser utilizados para verificar a implementação do Plano de Ação e os avanços da escola na superação do racismo. Dessa forma, poderão ser afinadas e aprimoradas ações e estratégias da escola, assim como o levantamento de demandas para as políticas públicas, a ser entregue formalmente pelo Conselho Escolar e/ou por outras instâncias escolares e organizações de sociedade civil às Secretarias de Educação e a outros órgãos públicos.

Dimensões dos Indicadores Relações Raciais na Escola

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** são compostos por sete dimensões:

1. Relacionamentos e atitudes – Essa é a dimensão que introduz e concretiza, por meio de perguntas aos(as) participantes, o que significa abordar as relações raciais no cotidiano escolar em seus diferentes aspectos.

¹¹ Disponíveis para acesso público e gratuito em www.indicadores.educacao.org.br.

2. Currículo e prática pedagógica – Essa dimensão estimula discussões sobre quais perspectivas e conteúdos a escola prioriza nos processos de ensino-aprendizagem e como eles são abordados junto aos alunos no sentido de promoverem uma escola mais sintonizada com a realidade, com a diversidade de saberes, de experiências, de histórias e estéticas, bem como com a igualdade racial e com os direitos humanos.

3. Recursos didáticos e paradidáticos – O foco dessa dimensão é a existência, o acesso, o uso e a organização de recursos e materiais didáticos que apoiem processos pedagógicos comprometidos com o ensino da história e da educação brasileira, bem como a educação das relações raciais, prevista na LDB alterada pela Lei 10.639/2003 e em suas diretrizes.

4. Acesso, permanência e sucesso na escola – Essa dimensão problematiza as condições da escola para garantir a permanência e o sucesso de todos os seus Referências na aprendizagem, em especial dos(as) alunos(as) negras(as) e de outros grupos social e historicamente discriminados.

5. A atuação de profissionais de educação – Essa dimensão chama a atenção para o papel fundamental das profissionais de educação na construção de uma educação antirracista e não discriminatória. Apresenta questões que estimulam a reflexão dos(as) profissionais sobre suas concepções de relações raciais e de como elas impactam o cotidiano escolar.

6. Gestão democrática e participação – Essa dimensão traz um conjunto de questões que partem do entendimento de que o desenvolvimento de uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento e a valorização efetiva da diversidade na escola. Faz perguntas que provocam a escola a refletir sobre até que ponto seus processos e condições estimulam e garantem a participação da comunidade escolar e quais os mecanismos que operam contra isso.

7. Para além da escola: a relação com o território – Essa dimensão estimula a escola a refletir sobre o fato de que o avanço na garantia do direito humano à educação passa por sua maior articulação com a comunidade do entorno, com os movimentos sociais – entre eles, os movimentos negros – e com outras instituições, setores governamentais e grupos que devem compor a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Prevista em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a rede deve ser composta por conselhos tutelares, unidades de saúde, serviços de assistência social, sistema de justiça etc.

Cada uma dessas sete dimensões do material reúne um conjunto de *Indicadores*. Cada um deles é composto por duas partes: um pequeno texto que explica o que ele é, e um grupo de perguntas bem concretas para estimular o debate da comunidade escolar, que estará reunida para avaliar os desafios da escola e, posteriormente, para construir um plano de ação.

Para facilitar a avaliação, sugere-se que as pessoas atribuam cores às perguntas contidas em cada um dos *indicadores*. As cores simbolizam a avaliação que é feita: se a situação é boa ou satisfatória, coloca-se a cor verde; se é média, coloca-se a cor amarela; se é ruim (ou há um grande caminho ainda a ser trilhado), a cor é vermelha.

Mobilização da comunidade

A mobilização da comunidade escolar (familiares, profissionais de educação, integrantes de organizações comunitárias etc.) para participar da avaliação é um ponto-chave de todo o processo. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da

qualidade educacional, maiores serão os ganhos para crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam; maiores serão os ganhos para a escola, a sociedade e a educação do país. O uso dos Indicadores pode fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade do entorno.

É muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, e não somente aqueles mais atuantes no dia a dia da escola. O *Grupo Referência*, responsável pela preparação da escola para avaliação, deve usar a criatividade para mobilizar pais, mães e outros responsáveis, professores(as), funcionários(as), conselheiros(as) tutelares e da educação, além de outras pessoas, grupos e instituições da comunidade.

Cartas e bilhetes para os familiares, faixas na frente da instituição, divulgação no jornal, no transporte público, na rádio e TVs locais, nas redes sociais e em diferentes espaços da internet, além da discussão da proposta com crianças, adolescentes, jovens e adultos, são algumas das possibilidades. Especial atenção deve ser dada ao convite para que grupos e organizações locais, entre elas as do movimento negro, participem do processo.

A compreensão coletiva dos objetivos

É importante que todos(as) participantes entendam os objetivos dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** e também os principais conceitos utilizados nele. Uma explicação sobre a atividade a ser realizada, sobre o conteúdo e sobre os objetivos deste trabalho na escola é um bom caminho.

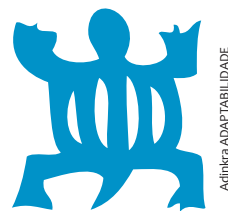
É recomendável uma reunião prévia com professores(as), diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as) e funcionários(as) para discutir o papel deles no processo. A preparação desses(as) profissionais(as) de educação ajuda na tarefa de explicar aos demais, no dia da avaliação, termos e assuntos que não sejam do conhecimento de todos(as). O envolvimento de familiares e ativistas que atuam no campo da igualdade racial também pode contribuir muito com o desenvolvimento do trabalho.

Nesses momentos, podem ser utilizados os materiais da Coleção como o **audiovisual 1 – Educação e Relações Raciais** e o **audiovisual 2 – Diálogos Brasil e África do Sul**, além movimentação dos Cartazes afrobrasilidades nas paredes da escola. Outros cartazes, murais, pequenas rodas de conversa podem ajudar os participantes a compreenderem o objetivo dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** e quais serão os passos para a realização da avaliação.

A duração do processo de utilização dos *Indicadores* é variada. Pode ser feita de forma concentrada, em um ou dois dias; pode ser distribuída em um conjunto maior de dias; ou ainda pode ocorrer por meio de encontros periódicos realizados ao longo de meses. O importante é planejar o começo e o fim do processo e estabelecer um prazo para que a avaliação seja concluída e dela resulte a construção coletiva de um plano de ação, composto por metas viáveis para enfrentar o desafio e alterar a situação identificada.

O *Grupo Referência* encontrará orientações detalhadas de como organizar o processo de uso dos *Indicadores* na introdução dos **Indicadores da Qualidade na Educação**, na primeira parte desta publicação.

7. IMAGENS EM MOVIMENTO: POSSIBILIDADES DE USO DOS AUDIOVISUAIS E DOS CARTAZES DA COLEÇÃO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS



Os audiovisuais¹²

Os dois audiovisuais que compõem a **Coleção Educação e Relações Raciais**: *apostando na participação da comunidade escolar* são “Educação e Relações Raciais: apostando na Participação da Comunidade Escolar” e “Diálogos Brasil e África do Sul”. A partir deles, podem ser propostas diversas atividades na escola, como pesquisas, exposições, entrevistas e debates com Referências, familiares, profissionais de educação, moradores da comunidade do entorno, entre outros grupos.

O primeiro filme tem duração de 16 minutos e foi construído com linguagem de animação. Trata dos desafios envolvidos no enfrentamento do racismo e caminhos para uma abordagem mais sistemática do problema nas escolas. Tem um caráter introdutório à questão racial e apresenta as bases da metodologia da **Coleção Educação e Relações Raciais**: *apostando na participação da comunidade escolar*. É um material de apoio a processos de sensibilização de Referências, profissionais de educação e familiares sobre a importância de uma ação planejada e articulada no ambiente escolar e na comunidade.

O segundo filme “Diálogos Brasil e África do Sul” tem duração de 58 minutos. O seu foco é o lugar da agenda racial nas políticas educacionais no Brasil e na África do Sul, dois países marcados por democracias recentes e históricas e profundas desigualdades raciais. A partir de entrevistas com gestores(as), pesquisadores(as) e ativistas dos dois países, o documentário explicita os desafios colocados para o campo das políticas públicas. O filme é um material mais complexo e adensado, que pode ser utilizado na íntegra ou em capítulos (Introdução, Brasil, África do Sul) em debates com a comunidade escolar, em processos de formação ou em horários de trabalho coletivo de profissionais de educação.

Apresentamos, a seguir, algumas sugestões de atividades, que podem ser incrementadas e ganhar novas possibilidades com a criatividade e os acúmulos de cada escola. As atividades devem ser adaptadas segundo a faixa etária dos(as) alunos(as) e podem ser articuladas a outras atividades e momentos propostos neste Guia Metodológico.

VÍDEO 1: Educação e Relações Raciais: apostando na Participação da Comunidade Escolar

I. Atividades com Referências

Conforme o tempo disponível, a proposta a seguir pode ser desenvolvida por meio de vários encontros com a turma.

¹² As propostas de uso dos audiovisuais da **Coleção Educação e Relações Raciais**, que constam deste guia, foram elaboradas pela educadora Jaqueline Lima Santos.

a. Exibir o audiovisual 1 (16 minutos)

b. Preparação para o trabalho em grupo

Perguntar aos *Grupos Referências* o que eles acharam da animação. Em seguida, retomar ao vídeo, para propor o debate sobre o racismo na nossa sociedade e na escola: Wendel, um dos personagens, aponta que o que mais lhe chama atenção no Brasil é a diversidade do país e, ao mesmo tempo, lamenta quando essas diferentes formas de “ser” são utilizadas para colocar alguns grupos como melhores do que outros. Jéssica, sua colega de escola, dá exemplos de como essas diferenças são transformadas em desigualdades, discriminação e racismo.

Após a exibição do filme, propor a divisão da turma de Referências em pequenos grupos para discutir como tais situações ocorrem no cotidiano escolar e na sociedade.

c. Formação dos grupos de trabalho

Explicar aos Referências que o trabalho será desenvolvido ao longo de quatro semanas e que, semanalmente, haverá um momento em sala de aula para que eles se reúnam, planejem e desenvolvam as atividades. Dividir a turma de alunos(as) em quatro grupos:

- **Comunicação** – Esse grupo tem o objetivo de elaborar um roteiro de perguntas e fazer entrevistas com alunos(as), profissionais da escola e famílias sobre como o racismo e outras discriminações aparecem na escola, na comunidade e na família. Após a realização das entrevistas, o grupo deve elaborar uma matéria sobre o tema, que será lida em sala de aula e divulgada aos colegas por meio de jornal mural, boletins, vídeos, entrevistas, programas de rádio e/ou do *blog* da escola etc.
- **Trabalho de Campo** – O grupo terá o desafio de escolher um local público (exemplo: feira, clube, *shopping*, igreja, balada, universidade, praça etc.) e fazer um trabalho de campo de observação sobre o ambiente em questão. A pesquisa de campo é orientada pelas perguntas: Que tipo de pessoas frequenta esse espaço? O que elas fazem lá? Como elas se vestem? Como aparecem as diferenças? Quais dessas diferenças parecem ser mais valorizadas?

Após o trabalho de campo, o grupo elaborará um painel com o tema “Diversidade” para apresentar para o grupo da escola.

- **Histórias** – O grupo terá o desafio de fazer uma pesquisa sobre biografias de personalidades negras, tendo como ponto de partida os nomes que aparecem no vídeo: Luiza Mahin, Machado de Assis, Carolina de Jesus, João Cândido, Lélia Gonzalez e Milton Santos. Se possível, podem pesquisar, além dessas personalidades reconhecidas nacionalmente, referências locais, como ativistas, pesquisadores(as) e lideranças comunitárias. Pesquisas sobre pessoas negras que deram nome a ruas, avenidas, praças, escolas e a outros equipamentos públicos do bairro e da cidade também podem ser estimuladas. Além de biografias de pessoas, pode-se pesquisar a história de coletivos e movimentos negros e de outros movimentos sociais da região ou do município que atuam ou atuaram na luta contra o racismo e de outras desigualdades sociais. É importante refletir com o grupo de trabalho o que é valorizado e o que não é valorizado por uma sociedade e a importância de várias pessoas, grupos e movimentos sociais, muitas vezes “anônimos”, na conquista de direitos e na construção da cidadania em nosso bairro, cidade, estado ou país.
- **Conceitos** – O grupo pode desenvolver uma pesquisa sobre os conceitos de raça, racismo, preconceito, discriminação e estereótipo. Posteriormente, fazer uma busca sobre como es-

ses conceitos aparecem no cotidiano e podem nos ajudar a compreender melhor notícias de jornal, revista e internet, livros ou depoimentos de colegas da escola. Para finalizar, os Referências devem colocar os conceitos-chave em cartazes para serem expostos na escola.

d. Produção de texto

Os(as) estudantes serão convidados(as) a escrever uma poesia/comentário/história/opinião/letra de música (ritmo afro-brasileiro: rap, funk, samba etc.) individual ou coletivamente sobre o tema e as descobertas ao longo da pesquisa que realizaram.

e. Apresentação dos grupos de trabalho e das produções literárias/artísticas

Em um encontro que pode envolver outras turmas da escola ou segmentos da comunidade escolar, os(as) alunos(as) deverão fixar nas paredes todos os materiais dos grupos de trabalho e expor os principais resultados de cada um. Serão convidados a apresentarem também suas produções literárias e artísticas. Todos esses materiais podem alimentar ações, projetos e planos de aula, serem expostos na “Parede da Memória e dos Tesouros” da escola (abordada na seção *Grupo Referência* deste Guia Metodológico) e apresentados em diferentes eventos das escolas.

II. Atividades com educadores e educadoras

Convidar profissionais da educação a refletirem sobre os três caminhos apresentados no audiovisual 1 para abordagem da educação das relações raciais na escola. Pode-se articular com as propostas colocadas para o Grupo de Diálogos.

a. Organização dos(as) educadores(as) em três grupos:

- Caminho 1: Valorização da Cultura e Estética Negra na Escola.
- Caminho 2: Inclusão da História Africana e Afro-brasileira no Currículo Escolar.
- Caminho 3: Educação antirracista no ambiente escolar.

b. Leitura

Distribuir para os três grupos os textos da Lei n. 10.639/2003¹³ e da Resolução 01/2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana¹⁴, e que alteraram o texto da LDB/1996, propondo que leiam essa legislação em voz alta.

Distribuir para cada um dos três grupos trechos do Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana¹⁵, aprovado em 10 de março de 2004 pelo Conselho Nacional de Educação e elaborado pela professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

- Caminho 1: Trecho do Parecer com o subtítulo Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização, de Ações Afirmativas.
- Caminho 2: Trecho do Parecer com o subtítulo História e Cultura Africana e Afro-brasileira.
- Caminho 3: Trecho do Parecer com o subtítulo Educação para as Relações Étnico-raciais.

13 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

14 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/reso12004.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

15 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

Tanto os três caminhos no vídeo como os textos são elementos disparadores para a discussão em grupo.

c. Pensando currículo e práticas pedagógicas

Observação: Preguar um cartaz na parede com a frase que consta no audiovisual 1: “Ir além do conteúdo, mexer com a cabeça e pensar mudanças de práticas e atitudes”.

- Cada grupo é convidado a identificar o que já existe na escola com relação ao seu eixo/caminho, considerando os elementos apontados no vídeo e no trecho do Parecer, e a construir novas propostas. Os principais pontos da discussão e as propostas devem ser sistematizados em cartazes.
- Os grupos apresentam seu eixo/caminho, introduzem a discussão sobre o trecho do Parecer que lhe foi atribuído e as respectivas propostas.
- O(a) facilitador(a) da atividade sistematiza em cartazes os resultados dos três grupos.
- Os participantes discutem o conjunto das propostas dos três grupos e planejam como as ações serão realizadas de forma integrada na escola, envolvendo outros segmentos da comunidade escolar: Referências, famílias, alunos(as), funcionários(as) etc.

VÍDEO 2: Diálogos Brasil e África do Sul

O filme é dividido em três partes: Introdução, Brasil e África do Sul. Podem ser desenvolvidas atividades que utilizem o material em sua íntegra ou somente um dos trechos.

Atenção: O filme é voltado para a formação de professores e Referências de Ensino Médio. Conforme o grupo, é recomendável que seja exibido por partes, em razão da densidade da discussão.

I. Atividades com Referências

a. Exibir o trecho “Introdução” (6 minutos)

Solicitar que, ao longo da exibição do trecho, os(as) Referências façam anotações sobre elementos que consideraram importante na introdução: imagens e narrativas.

b. Abrir para discussão

Deixar que os(as) alunos apresentem suas opiniões e, posteriormente, convidá-los(as) para um trabalho de um bimestre sobre os conteúdos abordados.

c. Provocando o potencial pesquisador

Dividir o grupo de Referências em três:

Grupo de Trabalho 1: Diáspora Negra

Explicar que Diáspora é quando as pessoas se espalham pelo mundo. Logo, Diáspora Negra são os(as) africanos(as) e seus descendentes espalhados pelo mundo.

Grupo de Trabalho 2: Brasil

Grupo de Trabalho 3: África do Sul

d. Atividades

- *Grupo de Trabalho 1:* Fazer uma pesquisa sobre a escravidão moderna (iniciada no século XV) que retirou milhares de africanos de seu continente e os espalhou pelo mundo. Com o foco no Brasil, abordar as formas de resistência criadas por africanos(as) escravizados(as) que

foram trazidos(as), ao longo desse processo, para o país. Identificar duas pessoas (um homem e uma mulher), um grupo ou um movimento social da Diáspora Negra e falar da importância deles e delas para a luta contra o racismo no mundo.

- *Grupo de Trabalho 2:* Fazer uma pesquisa sobre o movimento negro brasileiro no processo de redemocratização do país e as conquistas relacionadas às reivindicações desse sujeito político na Constituição de 1988. Pesquisar a atuação do movimento de mulheres negras e dos movimentos de juventude negra. Fazer uma linha do tempo e apontar as principais conquistas e a sua importância para toda a sociedade.
- *Grupo de Trabalho 3:* Fazer uma pesquisa sobre a luta contra o *apartheid* na África do Sul, sobre as biografias de Nelson Mandela, Steve Biko, Albertina Sisulu e Winnie Mandela. Abordar o lugar da África do Sul na luta contra o racismo no mundo.

e. Linguagem

Cada grupo deve escolher uma linguagem para apresentar os resultados dos trabalhos: dramatização, música, poesia, audiovisual, história em quadrinhos, dança etc.

f. Apresentação pública na escola

Os resultados dos trabalhos dos grupos e as produções culturais podem ser apresentados para a comunidade escolar em um evento público.

II. Atividades com educadores e educadoras

a. Exibir o vídeo (58 minutos)

Solicitar que anotem, ao longo da exibição, elementos que lhe chamaram atenção.

b. Roda de Diálogo

Abrir para que os(as) profissionais de educação dialoguem sobre os pontos que consideraram centrais no vídeo. Posteriormente, retomar o processo histórico que faz com que Brasil e África do Sul, embora diferentes, vivenciam um processo similar de exclusão educacional. Discutir os caminhos para transformar essa realidade e superar o racismo em nossa sociedade.

c. Trabalho em grupo

Dividir o grupo de professores em três:

- Grupo 1 – Avanços
Discutir o que a escola já avançou com as modificações implementadas pela Lei n. 10.639/2003 na LDB/1996. Se a escola já realizou a atividade Mapa da Mina, que consta neste Guia Metodológico, pode-se trazer os resultados das “memórias e tesouros” para o grupo. Caso não tenha feito, o trabalho em grupo pode ter este objetivo, o de levantar os acúmulos da escola.
- Grupo 2 – Obstáculos
O grupo “Obstáculos” tem como objetivo discutir quais são as principais dificuldades e entraves que a escola enfrenta para concretizar as alterações geradas pela Lei n. 10.639/2003 na LDB.
- Grupo 3 – Desafios e propostas para o futuro
Em uma perspectiva de mudança, o grupo aponta quais os desafios e as propostas para que a escola avance na implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003. Todos os grupos devem apresentar, em cartazes, os resultados das discussões.

A partir das atividades realizadas com os dois audiovisuais, podem ser tirados subsídios importantes para a construção do Plano de Ação da Escola.

A construção desse Plano é abordada em seção deste Guia Metodológico e nos **Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola**.

Os Cartazes Afro-brasilidades em Imagens¹⁶

As indicações desta seção constituem possibilidades para o uso dos cartazes *Afro-brasilidades em Imagens* junto à comunidade escolar. A escola tem como tarefa prevista na legislação educacional promover o respeito mútuo, a convivência entre todas as pessoas e a construção de uma sociedade igualitária. Espera-se que, de acordo com a realidade e os acúmulos de cada escola, muitos outros caminhos alimentem um processo permanente de trabalho comprometido com a reeducação das relações raciais

Produzidos por artistas plásticos negros, os cartazes utilizam técnicas diversas e são resultado de um trabalho intenso nas escolas com as quais a Ação Educativa desenvolveu parcerias, que subsidiaram a construção da **coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**.

É um conjunto de dez cartazes que, trabalhados em conjunto ou separadamente, suscitam leituras que acionam, cruzam e dialogam com diversas áreas do conhecimento. Longe de ser restrito à área de artes, eles podem ser abordados em todas as dimensões, áreas e disciplinas escolares.

A seguir é apresentado cada um dos cartazes com o seu título e o nome do artista que assina a obra. Na sequência, para o exercício do olhar sobre as imagens, sugerimos alguns pontos importantes, que não estão prontos nem se esgotam em si mesmos, mas que são possibilidades pra discussões.

- a. Qual o assunto que se destaca sobre a “fala” do(a) artista na imagem?
- b. Qual é o tema central desenvolvido na obra?
- c. Qual o enfoque que traz uma perspectiva e um modo de abordar o tema central?
- d. Quais pistas são apontadas nos elementos existentes na imagem e que permitem a leitura ou a compreensão do ponto de vista de quem observa a imagem?

No diálogo pode ser sugerido um trabalho de pesquisa para ampliação das possibilidades de visão e de leitura de cada obra.

Os cartazes

1. Áfricas – Michel Onguer¹⁷

- **Assunto** – A presença de elementos de diversas áreas do conhecimento, arquitetura, tecnologia escrita, geografia, religiosidade no histórico do continente africano em diálogo com a cultura afro-brasileira.

¹⁶ As propostas de uso dos Cartazes Afro-brasilidades em Imagens que constam neste Guia foram elaboradas pela educadora Márcia Regina da Silva.

¹⁷ Michel Onguer: @onguer

- **Enfoque** – A diversidade do continente africano e a produção e circulação de diversas formas de conhecimento, muitas vezes invisibilizadas ou estereotipadas no currículo escolar.
- **Pistas** – A presença de espiral do tempo que sustenta e envolve os elementos do cartaz (as pirâmides e a Esfinge do Egito), os povos tradicionais, as grandes cidades africanas, a tecnologia, os conhecimentos, o baobá como árvore que simboliza a força da vida que nasce, brota e cresce. Uma África plural, viva, dinâmica, complexa, que não cabe em estereótipos.
- **Extrapolações** – Comparar, nos diversos cartazes, a presença de espirais e realizar uma leitura crítica das intencionalidades e efeitos que possam representar a circularidade. Pesquisar sobre os vários países, culturas, histórias e conhecimentos que compõem a África e a situação atual nas diferentes regiões e contextos do continente.

2. Meu Cabelo é Tudo de Bom – Rosana Paulino¹⁸

- **Assunto** – Autoestima, beleza, diversidade estética, respeito.
- **Enfoque** – Valorização de todos os tipos de cabelo. O penteado como atitude afirmativa da identidade.
- **Pistas** – Representação de pessoas de idades, cabelos e penteados diversos.
- **Extrapolação** – Pesquisar características próprias de cabelos afros e os diferentes penteados: o penteado baseado no Black Power (Poder Negro) e a afirmação desse poder pelo movimento Panteras Negras, nos Estados Unidos, na década de 1970; o Black Power na África do Sul, no Brasil e em outros países. Pesquisar o uso e o significado das tranças nas sociedades africanas e no Brasil. Pesquisar as várias técnicas e tipos de tranças e turbantes. Realizar uma exposição de diferentes penteados e formas de lidar com o cabelo na escola e na sociedade. Propor uma atividade com os(as) alunos(as) que complete a frase: “Meu cabelo é tudo de bom porque...”. Problematizar criticamente os padrões de beleza presentes na sociedade e nos meios de comunicação e a relação deles com o racismo.

3. Meninas e Mulheres: garra e beleza – Rosana Paulino

- **Assunto** – A presença e a atuação da mulher negra na sociedade. A criação, a manutenção e a difusão do conhecimento pela memória e pela história. A presença das meninas negras no ambiente escolar.
- **Enfoque** – O saber tradicional somado às novas tecnologias de pesquisa e os lugares sociais conquistados. O espaço religioso como Referência e difusor dos saberes africanos. As meninas e as mulheres negras rompem lugares sociais impostos pelo racismo na sociedade.
- **Pistas** – A presença da mulher negra em diversas profissões, tempos e lugares. Fios que interligam as diversas personagens representadas. A figura da lalorixá (sacerdotisa ou mãe de santo) representa a proteção da memória e a guardiã de conhecimentos ancestrais.
- **Extrapolação** – Entrevistar mulheres negras da comunidade que atuam em setores diversos e como elas enfrentaram os obstáculos gerados pelo racismo e pelo machismo. Pesquisar sobre o papel das mulheres nas sociedades africanas e nos movimentos de resistência e reexistências. Contar histórias de mitos, lendas e princesas negras para os(as) alunos(as). Questionar os padrões de beleza valorizados na escola.

¹⁸ Rosana Paulino: @rosanapaulino.oficial.

4. Saber Ciência – Mateus Subverso¹⁹

- **Assunto** – Produção de conhecimentos e culturas no continente africano e aspectos da história e cultura afro-brasileira.
- **Enfoque** – A produção de conhecimento na África e suas ligações com o Brasil. Diferentes alfabetos e escritas africanas. Usos da linguagem no Brasil. As personalidades negras Milton Santos (geógrafo) e Carolina Maria de Jesus (escritora).
- **Pistas** – O último plano da imagem apresenta escritas de diferentes povos africanos. O desenho central é um símbolo Adinkra (dos povos africanos Akan, presentes na região de Gana, Costa do Marfim e Togo) e ganha destaque por ser uma escrita proverbial, que expressa valores fundamentais para aqueles povos.
- **Extrapolações** – Pesquisar a biografia de Milton Santos e de Carolina Maria de Jesus. Pesquisar sobre os símbolos Adinkras e os provérbios africanos e brasileiros. Inventar símbolos que abordem valores fundamentais para cada Referência. Pesquisar o uso de palavras de origem africanas na língua portuguesa falada no Brasil.

5. Resistências e Reexistências – Thiago Vaz²⁰

- **Assunto** – A histórica luta contra o racismo dos movimentos negros e as conquistas no campo dos direitos e das políticas públicas.
- **Enfoque** – Marcos, referências e personalidades fundamentais na luta contra o racismo.
- **Pistas** – A árvore como símbolo de resistência e da reexistência. Os frutos como as pessoas e os fatos que representam as conquistas da população negra. A árvore com suas raízes cravadas no continente africano. A silhueta da mulher negra como o tronco dessa árvore, expressão de força e de sustentação para os seus filhos e filhas na diáspora negra gerada pelo processo de escravização.
- **Extrapolações** – Pesquisar a história das pessoas, dos movimentos sociais e das lutas abordadas no cartaz. Produzir plasticamente uma árvore cujos frutos apresentam a imagem e a biografia ou história dessas pessoas, movimentos e lutas. Realizar uma leitura comparativa com o cartaz Axé: a força da vida, destacando o elemento árvore. Pesquisar pessoas ou grupos de referência na luta contra o racismo na comunidade local, no município e/ou no estado.

6. Mil Artes Negras – Michel Onguer

- **Assunto** – A diversidade da produção artística de grupos e movimentos de pessoas negras.
- **Enfoque** – Os muitos movimentos artísticos em diferentes momentos da história e lugares do País.
- **Pistas** – Construção em mosaico onde estão representados elementos da arte e de movimentos com consciência negra.
- **Extrapolações** – Pesquisar grupos e personagens artísticos envolvidos com a luta pelos direitos da população negra, em especial no teatro, nas artes plásticas, na dança e na literatura. Ampliar e/ou construir outros mosaicos que revelem o mesmo tema com pessoas da comunidade que atuam em movimentos de arte e consciência negra.

¹⁹ Mateus Subverso: @mateusubverso.

²⁰ Thiago Vaz: @thiagovaz.arts.

7. Mídias e Negritude – Thiago Vaz

- **Assunto** – A presença e a ausência de pessoas negras nas mídias, considerando a transformação dos meios de comunicação e da sociedade com base na luta por direitos.
- **Enfoque** – A representação das pessoas negras nos veículos midiáticos ontem e hoje. As transformações no cenário das mídias televisivas: da invisibilidade e subalternidade da população negra à busca e às conquistas de novos lugares nos meios de comunicação.
- **Pistas** – Linha do tempo: a luta para a inserção das pessoas negras na televisão. Cada figura de tela de TV mostra pessoas negras em situações diversas ao longo da história da televisão no Brasil.
- **Extrapolações** – Estimular estudos sobre o cotidiano e a representação/presença do negro na mídia em geral e ao longo da história. Promover uma mostra com materiais digitais que permitam uma análise das grandes questões que marcam as relações raciais nos meios de comunicação²¹. Discutir a situação dos meios de comunicação no Brasil, as concessões públicas e a grande concentração de poder dos grupos midiáticos. Apontar a necessidade da leitura crítica dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação.

8. Em movimento – Michel Onguer

- **Assunto** – Diferentes lugares de reconhecimento e de transformação das relações raciais no Brasil.
- **Enfoque** – A presença das pessoas negras no cotidiano, nas políticas públicas, nos espaços de poder e no reconhecimento do patrimônio histórico. A importância das ações afirmativas.
- **Pistas** – Pessoas negras em Brasília, jovens em manifestação de rua, cartazes com ações afirmativas, figura da Baiana do Acarajé.
- **Extrapolação** – Pesquisar e discutir sobre os movimentos negros, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), a LDB com modificações ocorridas após a Lei n. 10.639/2003. Pesquisar o que são as ações afirmativas e como elas vêm sendo usadas no Brasil e em outros países para acelerar o enfrentamento de discriminações e desigualdades contra pessoas negras, deficientes, mulheres, agricultores familiares etc. Discutir como cada um pode transformar as relações raciais no cotidiano da escola e da comunidade e nas políticas públicas.

9. Axé: a força da vida – Matheus Subverso

- **Assunto** – Mitologia e religiosidade de matriz africana.
- **Enfoque** – Os princípios e valores míticos (cosmogonia) presentes na África e que orientam o estar e se mover no mundo. A forte relação com a natureza. O respeito à ancestralidade como valor civilizatório africano.
- **Pistas** – Árvore com raízes aparentes que sugere solidez e capacidade de criação, geração, frutificação. A peneira do Ifá, instrumento que acolhe os búzios no jogo e possibilita a leitura do oráculo, presente em boa parte das religiões de matriz africana. As contas coloridas em volta da peneira e que reverenciam os diversos Orixás e os valores humanos que eles e elas

²¹ Sugerimos, para a formação de professores, planejamento do trabalho coletivo ou que, no desenvolvimento das atividades com os alunos (conforme a faixa etária), seja exibido na íntegra ou em partes o premiado filme A Negação do Brasil: o negro na televisão brasileira, do diretor Joel Zito Araújo. Disponível em: www.metacafe.com/watch/10800508/a_nega_o_do_brasil_2000/. Acesso em: 17 out. 2013.

representam (justiça, solidariedade, generosidade, saúde, perseverança, atitude, respeito ao próximo, educação etc.).

- **Extrapolações** – Pesquisar sobre as religiões de matriz africana no Brasil como espaço de resistência.

10. Diversidade – Matheus Subverso, Michel Onguer, Rosana Paulino e Thiago Vaz

- **Assunto** – As singularidades marcadas dos diversos grupos humanos e as múltiplas diferenças que compõem a diversidade em um mesmo espaço.
- **Enfoque** – A necessidade de diálogo e de alianças entre as pessoas em prol do enfrentamento das desigualdades, racismo e discriminações presentes na escola e na sociedade. O exercício de existir e resistir no mesmo lugar, buscar caminhos e maneiras de atuar em conjunto, reconhecendo as especificidades e as múltiplas e dinâmicas diferenças humanas.
- **Pistas** – Mar de aparente calma, mistério e profundidade, teia e trançado, rede que pode representar as relações e interdependências. Neurônios e inteligência coletiva.
- **Extrapolações** – Buscar informações sobre o histórico de direitos humanos. Problematizar a noção de direitos e deveres com base na atuação do movimento negro e de outros movimentos sociais. Pesquisar os marcos legais nacionais e internacionais em relação à diversidade, à superação das desigualdades e à promoção dos direitos humanos de todas as pessoas. Criar no ambiente escolar a representação de uma teia de relações (por meio de desenhos, esculturas, uso de tecidos etc.) em prol da dignidade e respeito de todos os seres humanos.

Como ler os cartazes na escola e fora dela

Uma imagem se constitui como linguagem na interação com quem vê. A leitura de imagens mobiliza emoções; envolve o questionamento, a busca, a criticidade; e delinea e fortalece as capacidades de discernir, valorizar, interpretar, compreender, representar e imaginar o que lhe cerca e também a si mesmo. Para a fruição dos cartazes (a maior relação com eles), propomos três enfoques.

- **Enfoque 1 – Leitura factual**

Processo em que se realiza a apreensão do que a imagem exhibe objetivamente. É o momento em que se descreve, isoladamente, os elementos que compõem a imagem: formas figurativas e/ou abstratas, cores, posições e afins.

Para iniciar esse processo, sugerimos as seguintes questões: O que você vê na imagem? Quais figuras aparecem? Há textura das imagens? Há sobreposição de imagens? Que cores aparecem? São claras ou escuras? Existe sombra? Como os elementos estão distribuídos no espaço? Qual é o centro da atenção? As figuras parecem estáticas ou sugerem movimento? Como estão dispostas as figuras? Elas têm o mesmo tamanho? Qual o tamanho da última figura humana que vemos em relação à primeira? Há predominância de imagens ou letras? Como estão dispostas as imagens/ formas/ cores? Elas apresentam cores “alegres, tristes, suaves ou fortes”?

- **Enfoque 2 – Leitura interpretativa**

Permite a tessitura de sentidos provocados pela articulação/diálogo entre os elementos factuais que compõem a imagem. A leitura crítica pressupõe contextualizar a produção da imagem e dos seus elementos e requer o diálogo entre diversas áreas do conhecimento.

Nesse ponto, é necessário retomar as colocações feitas durante o processo de leitura factual, lançando questões como: Quem seriam essas pessoas? Como são suas vestimentas? Elas estão

alegres, tristes, apressadas, tranquilas, preocupadas ou despreocupadas? Onde estão? Por que estão assim representadas? O que estão fazendo nesse lugar? Qual sua relação com os outros elementos/objetos? Para quem ou para onde se dirige o olhar do personagem? A representação do personagem revela o contexto sociocultural a que ele pertence? Quais as relações entre os objetos e as pessoas representadas? Qual elemento ocupa a posição central? Como esse elemento se relaciona com os demais? Qual assunto a imagem sugere? O que o faz chegar a tal hipótese ou suposição? Quais histórias podem ser contadas a partir dessa imagem? O que comunica essa imagem?

- **Enfoque 3 – Leitura crítica**

A leitura crítica pressupõe a contextualização da produção da imagem e dos seus elementos e requer o diálogo entre diversas áreas do conhecimento. Nessa etapa é necessário, além de provocar os conhecimentos prévios dos fruidores/leitores das imagens sobre o tema, acrescentar informações que contextualizam a produção.

Para provocar a leitura crítica sugerimos questões como: Você já conhecia essa imagem? Quem a produziu: homem, mulher, brasileiro ou estrangeiro? Ele é contemporâneo? Seria apenas um produtor ou mais pessoas? Por quê? Você considera que essa imagem foi feita por meio da observação direta, da memória ou da imaginação? Por quê? É possível associar essa imagem a outras imagens ou fatos? Quais? Essa imagem cria ou representa realidades? Qual a relação entre o que comunica essa imagem e o contexto histórico social atual? Qual(is) título(s) sugere a imagem? O que você acrescentaria ou suprimiria da imagem? É importante conhecer essa imagem?

As imagens na escola²²

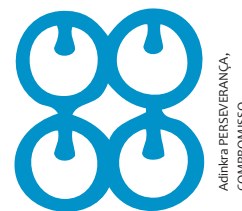
As imagens exercem papel importante na construção de princípios e valores que constituem o imaginário de negros e não negros e criam representações institucionais que estruturam as relações de poder, as posições ocupadas, a validade ou não dos discursos e dos saberes, isto é, a posição de uns em relação aos outros. É preciso tratar as imagens sem ingenuidade e com criticidade, refletindo sobre o que elas “dizem” e representam em nossa sociedade.

Por esse motivo, nesses cartazes estão presentes imagens que abordam saberes, estéticas e fazeres da cultura negra. Essas imagens se articulam a uma proposta mais ampla, sistêmica e permanente de educação antirracista e não discriminatória no ambiente escolar, o que é fundamental para a transformação das relações de poder em nossa sociedade.

22 Para saber mais: CALABRESE, Omar. A linguagem da arte. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987; COSTELLA, Antonio F. Para apreciar a arte. São Paulo: Senac/Mantiqueira, 1997; FRANZ, Terezinha Sueli. Educação para uma compreensão crítica da arte. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003; HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000; KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995; PAIVA, Eduardo França. História & imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002; SILVA, Dilma Melo; CALAÇA, Maria Cecília Félix. Arte africana e afro-brasileira. São Paulo: Terceira Margem, 2006; SILVA, Márcia. Arte-Educação: rompendo o silêncio sobre a questão étnico-racial. In: Jornal Bolando Aula de História. São Paulo: Gruhbas – Projetos Educacionais e Culturais ano 7, n. 47, nov. 2004; SOUZA, Ana Lúcia Silva et al. De olho na cultura: um ponto de vista afro-brasileiro. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.

8. PLANEJAR E AGIR

Para ver concretizado um projeto de mudança, é preciso planejar. O planejamento nos ajuda a definir e organizar as atividades que colocaremos em prática para alcançar nossos objetivos, a decidir quais serão as pessoas responsáveis por essas atividades e a prever o tempo necessário para sua execução.



O primeiro passo num planejamento é saber o que queremos alcançar. Em seguida, o que faremos para alcançar os objetivos e, então, de quais recursos (se financeiros, humanos, materiais, entre outros) precisaremos para colocar nosso plano em ação. No caso deste trabalho, nosso principal objetivo é construir uma escola de qualidade que supere o racismo. É importante identificar também as forças e fraquezas da escola para enfrentar esse desafio, ou seja, aquilo que reforça uma ação e aquilo que pode dificultá-la. As forças têm de ser potencializadas, e as fraquezas, controladas.

Para dar início ao Plano de Ação da Escola, é importante resgatar coletivamente os momentos e os resultados de cada um dos momentos anteriores desenvolvidos como parte do processo de uso da **Coleção Educação e Relações Raciais** (Pesquisas, Grupos de Diálogos, aplicação dos Indicadores, Mapa da Mina e/ou outras atividades diversas). É importante que todas as pessoas tenham nítida a trilha escolhida e percorrida pela escola para chegar à construção do Plano.

Com o objetivo de elaborá-lo, é hora de agendar um dia específico com toda a comunidade escolar para o resgate do processo e o levantamento das prioridades e principais ações a serem desenvolvidas. O detalhamento da operacionalização das ações poderá ser realizado posteriormente em um coletivo menor, constituído pelo *Grupo Referência*, Direção, Coordenação Pedagógica, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e outras instâncias e grupos da escola, e divulgado de diferentes formas: nos murais, nas reuniões e encontros, nos meios de comunicação existentes, entre outros. É fundamental que os(as) profissionais de educação, Referências e familiares conheçam e se apropriem do planejamento e da responsabilidade de cada um para sua concretização.

As prioridades do Plano de Ação deverão estar vinculadas de alguma forma aos três vértices do triângulo: valorização das culturas africanas e afro-brasileiras; currículo contextualizado, plural e significativo (dentro e fora da sala de aula); educação antirracista e não discriminatória (atitudes e relações no cotidiano). É importante que as ações também se incluam ao fortalecimento do “centro” do triângulo: uma gestão escolar ampla, diversa e democrática.

Difícilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começou. Há coisas que acontecem como o previsto, e outras nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo, mas sim que ele exige acompanhamento e avaliação. Assim, é preciso estar atento, alterando o que está dando errado e observando o que muda para melhor. Nesse sentido, reuniões periódicas ajudam a verificar se as ações estão acontecendo como foram planejadas e no tempo determinado anteriormente.

Uma boa verificação de resultados normalmente leva aos *indicadores*. No caso deste plano de ação, que visa à melhoria da qualidade da educação, contamos com os Indicadores Relações Raciais na Escola apresentados aqui. Então, para avaliar se as ações planejadas estão solucionando os problemas detectados nas dimensões discutidas, pode-se recorrer ao uso deste instrumental a

cada um ou dois anos, por exemplo. Se as cores que a comunidade escolar atribui a eles estiverem melhorando, o plano de ação estará surtindo efeito. Nesse caso, as cores devem passar do vermelho para o amarelo ou do amarelo para o verde.

Sugerimos que os painéis com as cores que trazem a dimensão e os indicadores sejam expostos em local visível na escola. Assim, toda a comunidade acompanhará a mudança dos sinais de qualidade da escola à medida que o plano de ação for executado. Outra sugestão é a de que o Plano de Ação não seja constituído por uma *lista* extensa de metas, mas por um conjunto de metas viáveis de serem implementadas (em curto, médio e longo prazo).

Como parte do monitoramento e da avaliação da implementação do Plano de Ação, é fundamental também identificar os passos dados e comemorar e visibilizar coletivamente os avanços cotidianos alcançados. Isso alimenta a confiança, o trabalho coletivo e a capacidade de persistir no desafio em prol de uma mudança profunda na escola e na sociedade, nas quais o racismo e as discriminações virem coisas do passado.

9. A BOLA NÃO PODE CAIR

Como vimos, diversas são as possibilidades para se desenvolver um trabalho sistemático que supere o isolamento e a fragmentação de muitas experiências que abordam os desafios de superação do racismo e de outras discriminações no ambiente escolar. Experiências que, muitas vezes, enfrentam resistências explícitas e silenciosas, bem como dificuldades nas escolas e nas políticas públicas. Apresentamos nesse Guia Metodológico algumas dessas possibilidades – a serem impulsionadas pelo *Grupo Referência* e sustentadas por ele e por outras instâncias escolares – mas outras tantas poderão ser propostas, inventadas e compartilhadas pelas escolas.



Nossa aposta está centrada no investimento em metodologias participativas e no fortalecimento de uma gestão democrática que situe a problemática das desigualdades, racismos e discriminações no grande desafio do país referente à melhoria da qualidade da educação e à garantia efetiva do direito humano à educação para todas as pessoas. Como abordado na Introdução da publicação **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola**, o impacto do racismo na qualidade educacional é muito maior e mais profundo do que alcança o predominante debate sobre a política educacional.

Vale a pena enfatizar mais uma vez que, no que se refere às mudanças almejadas, há desafios e demandas que estão sob governabilidade da escola e há outras que exigem políticas públicas consistentes, coordenadas, contínuas e com financiamento adequado, implementadas por governos municipais, estaduais e federal, por universidades e por outras instituições públicas.

É por meio da maior articulação entre o trabalho da escola e as políticas educacionais que se pode acelerar o enfrentamento das desigualdades, dos racismos e discriminações na educação brasileira. Por isso, mais uma vez, destacamos a importância do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 2009.

Todos os cantos da escola

A proposta metodológica da **Coleção Educação e Relações Raciais**: apostando na participação da comunidade escolar está comprometida em afirmar que a responsabilidade de superação do racismo é de toda a sociedade e é também de todas as pessoas que compõem a comunidade escolar. Por esse motivo, essa proposta visa ao engajamento de mais gente com esse desafio.

Um assunto que tem que ser abordado em sala de aula como parte do currículo, mas deve ser visto também como uma questão que permeia todos os momentos (reuniões pedagógicas, conversas, festas, férias, encontros etc.) e “cantos” da escola:

- o pátio (com suas brincadeiras, afetos, agressões, descobertas, regras etc.);
- a secretaria escolar (que preenche com as famílias o quesito cor/raça do Censo Escolar, orienta e reúne os dados educacionais);
- os refeitórios e a cozinha gerida pelas merendeiras;
- as salas dos professores, da coordenação pedagógica e da direção escolar;

- e até os banheiros da escola, que podem ser espaço de autocuidado, de conversas, de complicidade, como também de discriminações e violências contra aqueles e aquelas considerados “diferentes e inferiores”.

Que tipos de ação podem ser desenvolvidos pensando nesses diferentes espaços da escola? Essa é uma questão que também pode ser abordada no Plano de Ação e em seus desdobramentos.

Para que todo esse processo coletivo se enraíze mais na escola, é fundamental que ele esteja articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ao Regimento Escolar. Toda escola deve ter um PPP e um Regimento Escolar. O PPP é o documento que estabelece as metas da escola com relação à melhoria da qualidade de ensino e aos meios para alcançá-la. Nele, são explicitados também os caminhos para estreitar a relação com famílias, Referências e comunidade, com dados educacionais da escola e com diretrizes pedagógicas. O Regimento Escolar, por sua vez, define as regras de funcionamento da escola (administrativas, pedagógicas e disciplinares), abordando os direitos e deveres de todas as pessoas para uma convivência escolar democrática. Estes dois documentos adquirem mais sentido quando elaborados a partir de processos participativos com a comunidade escolar.

É fundamental que o PPP e o Regimento Interno explicitem a superação do racismo e de outras discriminações como princípio e meta e que sejam previstas estratégias pedagógicas de enfrentamento de tais problemas no cotidiano, na perspectiva da educação antirracista e não discriminatória.

Uma mudança profunda: de dentro pra fora, de fora pra dentro

Reeducar-se, educar outras pessoas e construir novas relações sociais pautadas pela igualdade na diferença é um desafio permanente que exige persistência e disposição para: assumir dúvidas; aprender com erros e com as outras pessoas; rever concepções, posturas e procedimentos arraigados; descobrir novas perspectivas e possibilidades; e construir coletivamente caminhos e alianças a partir de compromissos políticos.

Todo esse processo significa ter consciência de que quando falamos de racismo e discriminações, não estamos falando de estatísticas ou situações abstratas ou “naturais”. Estamos falando da dor, do sofrimento, da angústia, da negação de direitos, da exclusão gerados por relações sociais desiguais. Estamos falando de gente!

Em uma sociedade historicamente tão tolerante para com as desigualdades, essa é uma grande tarefa, na qual a escola brasileira – com todas as suas dificuldades, contradições, desafios, acúmulos e possibilidades – ocupa um lugar estratégico. Há muitas “sementes nas mãos”. Há muitas pessoas construindo novos caminhos que devem servir como referência e inspiração para a tarefa que se coloca do cotidiano às políticas públicas. Há muitos “tesouros” nas escolas, nas comunidades, nos movimentos negros e em outros movimentos sociais, nos grupos culturais, nas universidades, nas cidades e no campo e em outros tantos lugares que podem ser descobertos ou redescobertos e fazer a diferença na vida de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, indígenas, migrantes, ciganos e de outros grupos que enfrentam as várias faces do racismo em nosso país. É possível transformar essa situação de forma mais acelerada, se mais gente se envolver com ela!

CARTAZES “AFRO-BRASILIDADES EM IMAGENS”



Áfricas, Michel Onguer.

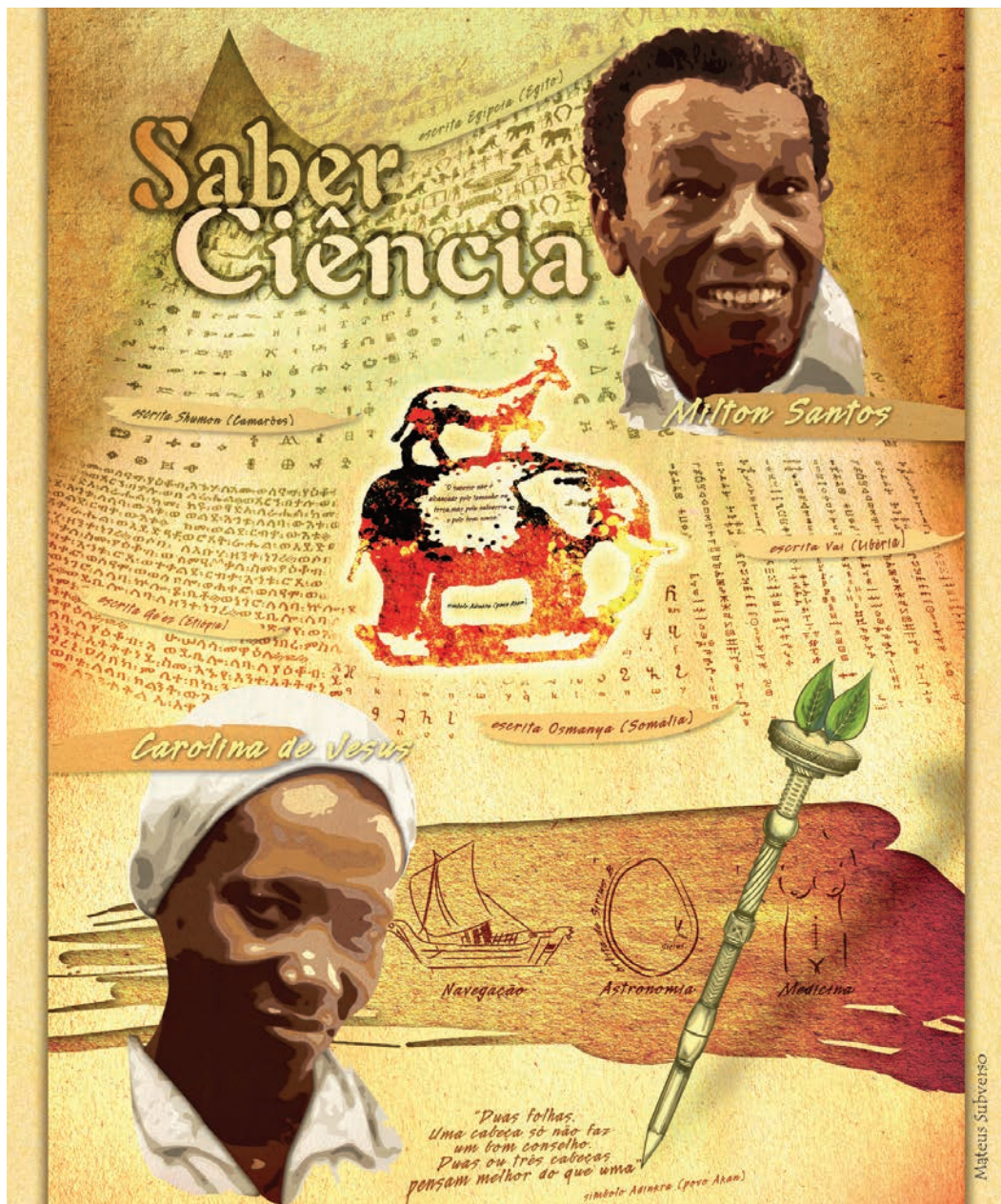


Meu cabelo é tudo de bom!!! Rosana Paulino.



Rosana Paulino

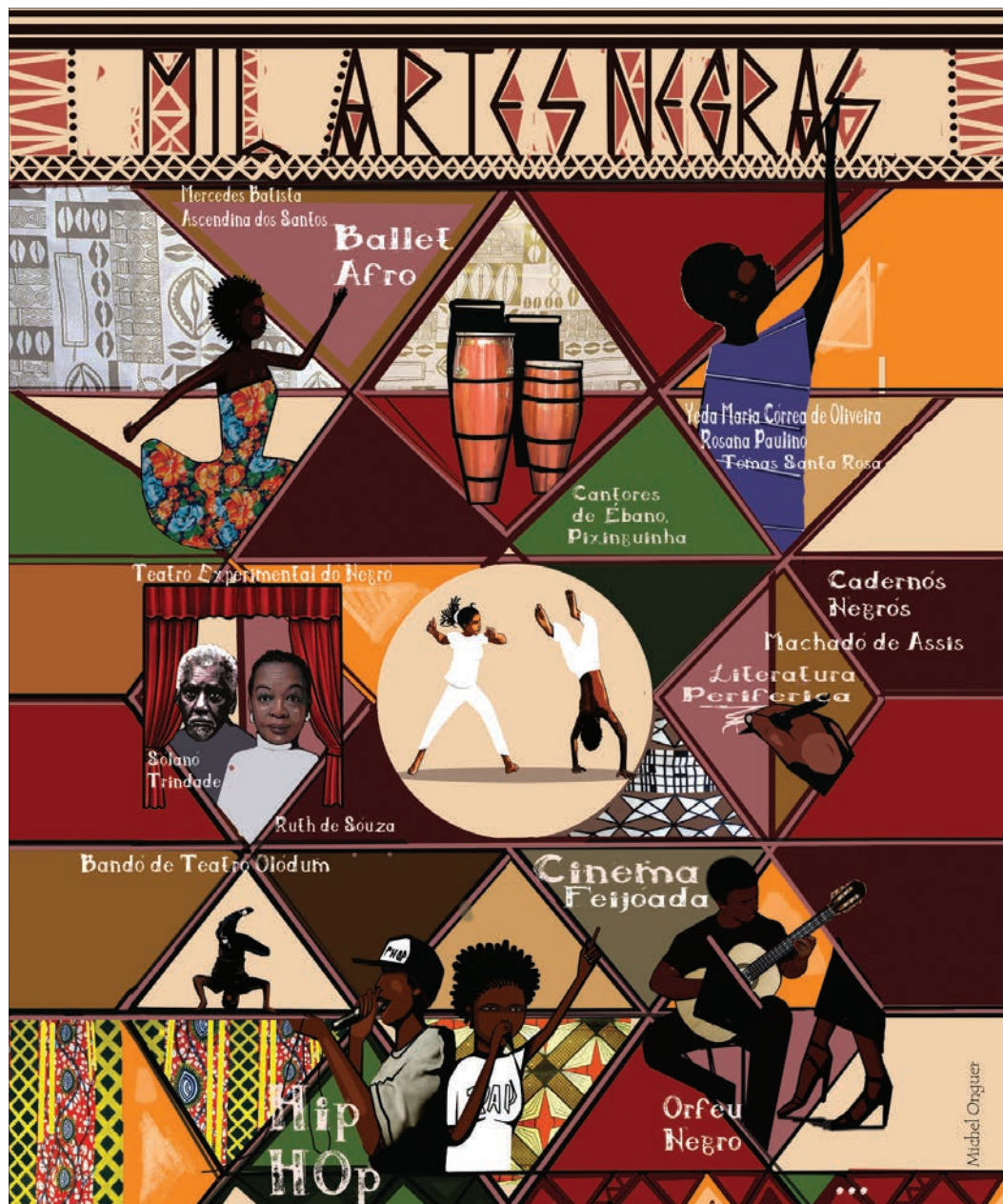
Mulheres negras. Garra e beleza. Rosana Paulino.



Saber Ciência. Mateus Subverso.



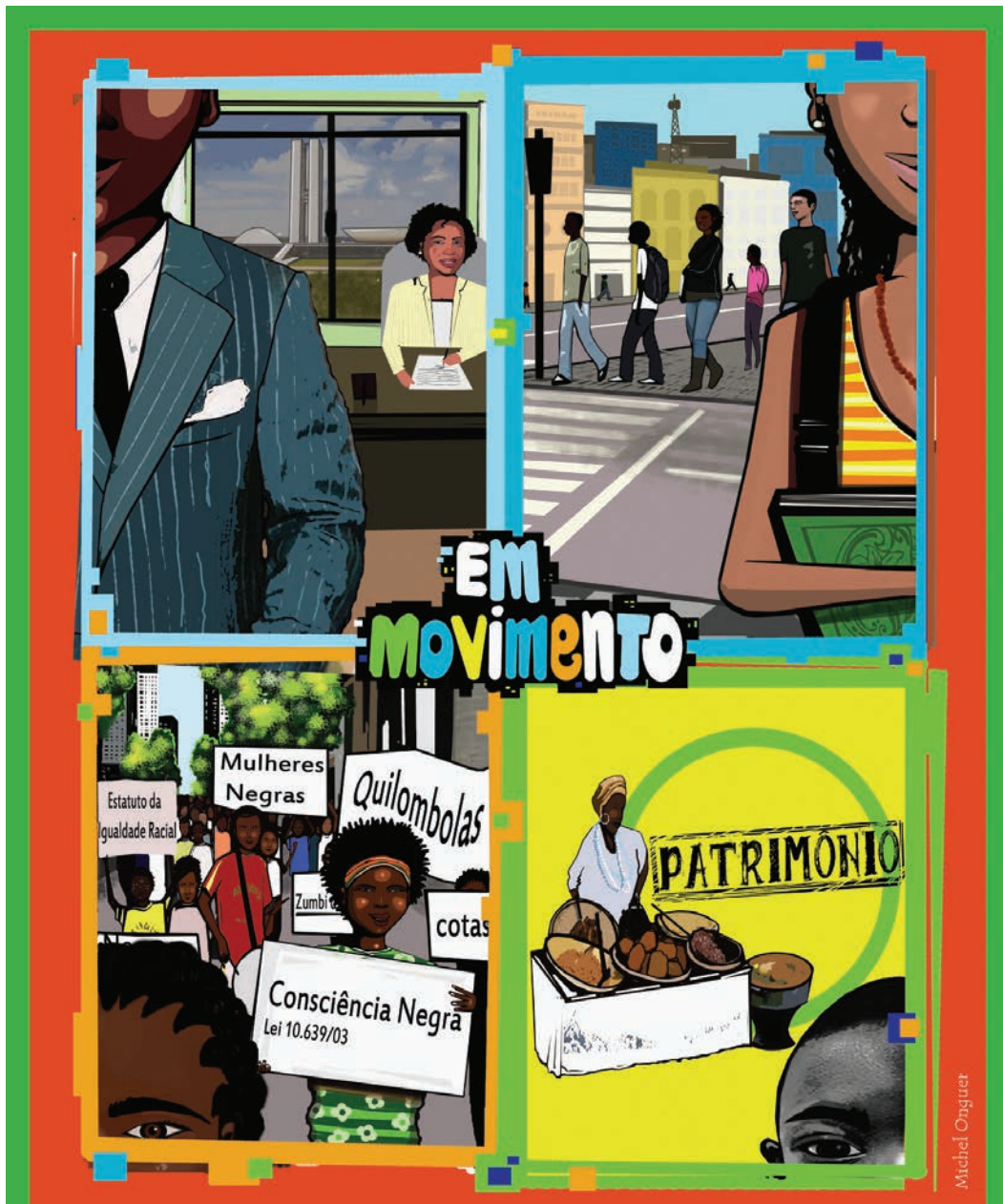
Resistências e reexistências. Thiago Vaz.



Mil artes negras. Michel Onguer.



Mídias e negritudes. Thiago Vaz.

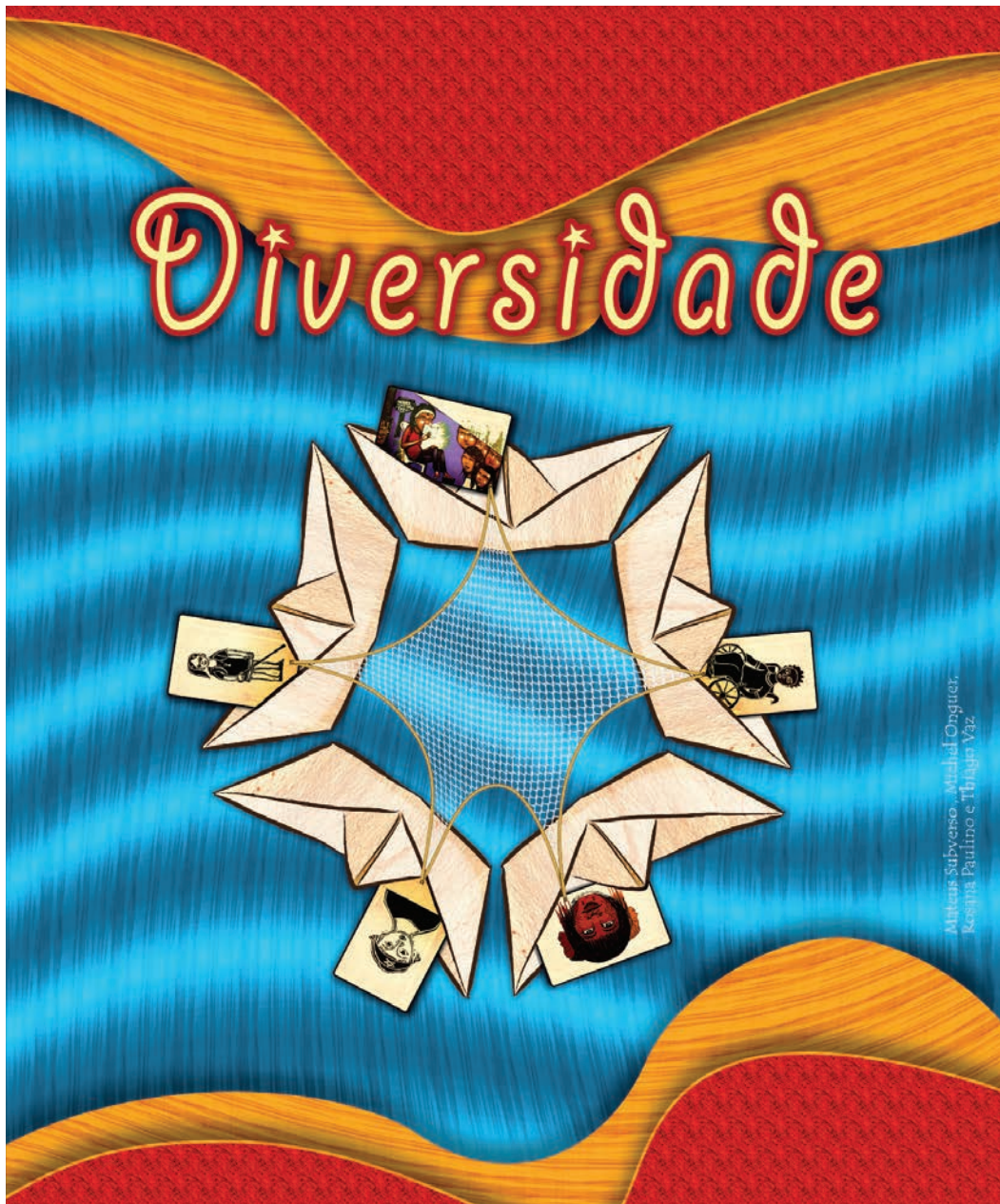


Michel Onguer

Em movimento. Michel Onguer.



Axé: a força da vida. Mateus Subverso



Diversidade. Rosana Paulino, Michel Onger, Thiago Vaz e Mateus Subverso.

Na celebração dos vinte anos da Lei n. 10.639/2003, grande conquista do movimento negro, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tornando obrigatório o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras na educação, a nova edição dos **Indicadores Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Antirracismo em Movimento** vem a público, atualizada com base nas mudanças legais e nas aprendizagens e reinvenções decorrentes do seu uso criativo ao longo dos últimos dez anos por escolas públicas e privadas e redes de ensino em diferentes contextos. Desenvolvida pela Ação Educativa, a metodologia de autoavaliação participativa escolar, em sua nova edição, conta com a parceria do Unicef, do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Igualdade Racial (MIR), do Projeto Seta, além do trabalho de docentes da Faculdade de Educação da USP e do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Comprometida com o fortalecimento da gestão democrática, a metodologia proporciona uma experiência formativa coletiva e é composta por dimensões e perguntas que contribuem para que a comunidade escolar faça o diagnóstico sobre quais os desafios para a superação do racismo e implementação da Lei n. 10.639/2003 e apresente propostas para um Plano de Ação Escolar e recomendações às políticas públicas. Esta nova edição também traz o **Guia Metodológico da Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**, publicação que diversifica as possibilidades estratégicas de construção de uma educação antirracista.

 **ação
educativa**

 unicef

 **SETA**
EDUCATION SYSTEM
FOR AN ANTIRACIST
TRANSFORMATION

 **MIR**
MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

 **MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO** **GOVERNO FEDERAL**
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO